



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL

MESSIAS VIEIRA BARBOSA

REFORMA AGRÁRIA NO TOCANTINS: UMA ANÁLISE DA LUTA
E CONQUISTA DA TERRA A PARTIR DO ASSENTAMENTO PAULO FREIRE I e II,
RIO DOS BOIS - TOCANTINS

PORTO NACIONAL/TO

2016

MESSIAS VIEIRA BARBOSA

**REFORMA AGRÁRIA NO TOCANTINS: UMA ANÁLISE DA LUTA
E CONQUISTA DA TERRA A PARTIR DO ASSENTAMENTO PAULO FREIRE I e
II, RIO DOS BOIS - TO**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia, Universidade Federal do Tocantins.

Orientador: Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira.

PORTO NACIONAL-TO

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da Universidade Federal do Tocantins
Campus Universitário de Porto Nacional

B238 Barbosa, Messias Vieira

Reforma agrária no Tocantins: uma análise da luta e conquista da terra a partir do assentamento Paulo Freire I e II, Rio dos Bois - Tocantins. / Messias Vieira Barbosa. – Porto Nacional, TO: UFT, 2016.

160 p.; il.

Orientador: Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

1. Geografia. 2. Reforma agrária. 3. Tocantins. I. Título.

CDD 333.31

Bibliotecária: Janira Iolanda Lopes da Rosa CRB-10/420

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

MESSIAS VIEIRA BARBOSA

**REFORMA AGRÁRIA NO TOCANTINS: UMA ANÁLISE DA LUTA E
CONQUISTA DA TERRA A PARTIR DO ASSENTAMENTO PAULO
FREIRE NO MUNICÍPIO DE RIO DOS BOIS – TO**

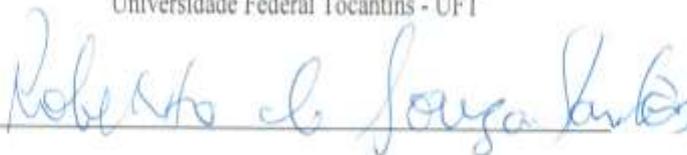
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus de Porto Nacional, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em: 31 de maio de 2016.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira (Orientador)
Universidade Federal Tocantins - UFT



Prof. Dr. Roberto de Souza Santos
Universidade Federal Tocantins – UFT



Profa. Dra. Gleys Ially Ramos dos Santos
Universidade Federal do Tocantins – UFT

Porto Nacional – TO
2016

DEDICATÓRIA

A todos os camponeses do Estado Tocantins,
que de forma direta ou indireta contribuíram
para realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade Federal do Tocantins e ao Curso de Geografia por proporcionar esta oportunidade de estudo.

Agradeço a CAPES parceira do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (PPGG/UFT), Mestrado acadêmico pela bolsa DS, um recurso indispensável para desenvolvimento e conclusão do curso.

Agradeço ao orientador prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira pelo apoio e incentivo quanto à superação dos desafios surgidos no decorrer dessa luta, acreditando na minha capacidade e ao mesmo tempo apontando as minhas limitações.

Agradeço ao NURBA- Núcleo de Estudos Urbanos e Agrários da UFT pelo apoio e suporte institucional.

Agradeço ao professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira pela contribuição dada relacionada a idealização e implantação deste Programa de Pós-graduação em Geografia da UFT-Campus de Porto Nacional e também pela disciplina Agricultura, Capitalismo, Revoluções e Reforma Agrária.

Agradeço ao Projeto Casadinho, trabalho desenvolvido pela Pós-graduação em Geografia da UFT-Campus de Porto Nacional e do IESA da Universidade Federal de Goiás, pelas contribuições dadas pelos docentes no decorrer da disciplina.

Agradeço ao professor Roberto de Souza Santos e a professora Gleys Ially Ramos dos Santos por ter aceitado fazer parte da banca examinadora e pelas contribuições dadas para estruturação do trabalho.

Agradeço a todos os assentados do assentamento Paulo Freire I e II pelo apoio e contribuição dado durante realização deste trabalho.

Agradeço ao MST no Estado do Tocantins pelo apoio e suporte institucional.

Agradeço ao departamento de Meio Ambiente e de Desenvolvimentos dos Assentamentos do INCRA, SR-26 pelas informações e fornecimento de documentos importantes para organização do trabalho.

Agradeço ao companheiro Miguel Paulo Araújo que sempre esteve à disposição para auxiliar nos trabalhos de campo.

Agradeço os meus pais e meus irmãos que me deram apoio, bem como os demais familiares que admiram a minha dedicação e luta. Por fim, agradeço a minha esposa Eliete Saraiva Brito Barbosa e as nossas filhas: Messiele Saraiva Barbosa e Emili Saraiva Barbosa pela força, compreensão e apoio nesta empreitada.

EPIGRAFE

A liberdade da terra não é assunto de lavradores.
A liberdade da terra é assunto de todos.
Quantos não se alimentam do fruto da terra.
Do que vive, sobrevive do salário.
Do que é impedido de ir à escola.
Dos meninos e meninas de rua.
Das prostitutas. Dos ameaçados pela cólera.
Dos que amargam o desemprego.
Dos que recusam a morte do sonho.
A liberdade da terra e a Paz do campo tem um nome.
Hoje viemos cantar no coração a cidade
para que ela ouça nossas canções
(Pedro Terra).

RESUMO

A pesquisa aborda como título dessa Dissertação a reforma agrária no Tocantins: uma análise da luta e conquista da terra a partir do assentamento Paulo Freire I e II localizado no município de Rio dos Bois-TO. Analisado aleatoriamente a partir de entrevista por meio de questionários semiestruturados e áudio com sujeitos que vivenciaram o processo de formação do assentamento. O assentamento é fruto da luta das famílias do acampamento Paulo Freire organizado pelo MST no Estado do Tocantins, montado às margens direita da Rodovia Belém Brasília, BR-153 sentido Sul a Norte, entre a cidade de Rio dos Bois e Miranorte. A pesquisa desenvolvida no assentamento Paulo Freire I e II baseia no referencial teórico de autores que trabalham com a questão agrária como José de Sousa Martins, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Manoel Correia de Andrade e Caio Prado Junho entre outros. O texto debate alguns fatores que contribuíram para criação do assentamento. Dentre os quais destaco as ações, ideológicas e econômicas da agricultura capitalista, as ações sociais do Estado relacionado à política de reforma agrária e as ações políticas organizativas dos movimentos sociais e sindicais protagonizadas pelos camponeses na luta pela conquista e reconquista da terra. No Tocantins essas ações e relações se apresentam por meio dos grandes projetos que articulam suas implantações em pontos estratégicos de modo convergir e divergir com relações capitalista e não capitalista de produção, gerando assim inúmeros conflitos no campo. Nesse contexto, apresento a trajetória de luta dos camponeses do assentamento Paulo Freire I e II, suas perspectivas e desafios. Esses camponeses, direta e indiretamente faz parte do histórico processo de exploração e expropriação provocado pela agricultura capitalista. Entretanto estes sujeitos tem se colocado em resistência contra as formas de exploração imposta pelo capitalismo e pelo Estado brasileiro. Uma estrutura política e econômica que resiste e luta contra mudanças que ameaçam os seus interesses. Diante desse quadro político, econômico e social, os camponeses sem terra percebem que alternativa a ser adotada é se envolver e participar de lutas contra essa estrutura opressora. Um processo que contribui para formação da consciência de classe, sentimento que desperta a partir do engajamento na luta vivenciando situações de conflitos e tensões nos diferentes territórios, espaços e momentos de lutas. (Acampamentos, assentamentos e as manifestações) surgem como forma de aproximação, socialização, formação política e integração dos camponeses sem terra. Esta relação, de acordo com o nível de organização e participação dos sujeitos no processo produtivo; das ações do Estado, da conjuntura política, econômica e social que possa garantir a reprodução social da classe no território conquistado.

Palavras-chave: Estrutura fundiária, luta de classe, luta pela terra, camponeses e movimentos sociais.

ABSTRACT

The research addresses a work whose theme agrarian reform in Tocantins: an analysis of struggle and conquest of the land from Paulo Freire I and II settlement in Rivers municipality of Bois-TO, fruit of the struggle of camp families Paulo Freire the movement of the Landless Rural Workers MST-mounted near the Highway Belem Brasilia BR-153 in Rio municipality of Bois-tO, between the city of Rio dos Bois and Miranorte-tO. The research developed in the settlement Paulo Freire I and II, it is based on a set of factors which eventually resulted in the achievement of the peasants landless. Among the factors highlight the actions political, ideological and economic of capitalist agriculture; social actions related state land reform policy; and organizational policy actions of the movement spearheaded by the peasants in the struggle for conquest and re-conquest of the land. In the state of Tocantins these actions and relations are presented through the major projects that articulate their deployments at strategic point in order to converge with capitalist relations and production of non-capitalist in the field, thus generating numerous conflicts in the field. In this context, I present the history of struggle of the settlement of peasants Paulo Freire I and II, its prospects and challenges. These peasants who historically are victims of the capitalist system that exploits, expropriates and excludes, demonstrated and demonstrate feeling resistance against the system under all when they make social challenges, manifested through the struggles and against social and economic policy structure that exploits, appropriates and expropriates the peasants. A structure that resists and fights against any change that threatens their interests. Given this political, social and economic framework, landless peasants realize that the alternative route is the fight. Process that helps to develop the class consciousness, consciousness awakening from conflicts caused by tensions and antagonism that demarcate the social identity of individuals and groups. A process that starts with the struggles in different actions, areas and territories (camps, settlements and demonstrations) emerge as an approximation, socialization, training and political integration of landless peasants. It shows that the time of participation in the struggles, the number of participants, the organicity levels of rooms and territories contribute to the subject and the community have a critical view and political reality.

Keywords: land structure, class struggle, the struggle for land, peasants and social movements.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Migração para o Estado do Tocantins	40
Gráfica 2- Brasil- Estrutura Fundiária por regiões - número de imóveis rurais por ano 1998, 2003, 2010, 2011, 2012 e 2014	46
Gráficos 3- Evolução estrutura fundiária por regiões referente o número de imóveis	47
Gráfico 4 - Estrutura fundiária brasileira por regiões - áreas dos imóveis rurais em hectares	49
Gráficos 5- Evolução estrutura fundiária - Região Norte hectares	50
Gráficos 6- Brasil. Evolução da estrutura fundiária por número de imóveis e por áreas dos imóveis rurais em hectares	52
Gráficos 7- Evolução da estrutura fundiária no Estado do Tocantins entre 1998 a 2014 ...	57
Gráfico 8- Brasil. Número de assentamento rurais entre – 1979 a 2014	71
Gráfico 9- Brasil. Número de famílias assentadas em assentamentos rurais entre os anos de 1979 a 2014.....	72
Gráfico 10- Brasil. Assentamentos criados por regiões entre 1979 a 2014	73
Gráfico 11- Brasil - Número de famílias assentadas por regiões, entre 1979 a 2014	74
Gráfico 12- Assentamentos implantados no Tocantins entre 1987 a 2015	76
Gráfico 13- Assentamentos criados no Estado do Tocantins entre 1987 a 2015.....	78
Gráfico 14- Número de famílias assentadas no Estado do Tocantins entre 1987 a 2015 ...	79
Gráfico 15 - Formas de obtenção da terra para reforma agrária	80

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1- Estrutura fundiária do Estado do Tocantins entre 1998 a 2014	56
Quadro 2- Assentamentos implantados no Tocantins entre 1987 a 2015	76
Quadro 3- Famílias assentadas no Tocantins entre 1987 a 2015	77
Quadro 4- INCRA, Formas de obtenção de terra	79
Quadro 5- Assentamentos implantados no Tocantins entre 1987 a 2015	83
Quadro 6- Formas de obtenção de terra	83
Quadro 7- Formas de obtenção de terra	84
Quadro 8- Assentamentos do Crédito Fundiário do Tocantins entre 2001 a 2016	85
Quadro 9- Assentamentos criados pelo Governo Federal no Tocantins	86
Quadro 10- Assentamentos de reforma agrária no Tocantins classificados por regiões	88
Quadro 11- Assentamentos localizados na região Norte do Tocantins	91
Quadro 12- Assentamentos localizados na região Centro-Oeste do Tocantins	93
Quadro 13- Assentamentos localizados na região Leste e Nordeste do Tocantins	94
Quadro 14- Assentamentos localizados na região Sul do Estado do Tocantins	96
Quadro 15- Distâncias e rodovias de acesso ao assentamento	106

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Assentamentos de Reforma Agrária no Tocantins- Cartografia da Luta e Conquista da Terra	89
Mapa 2- assentamentos localizados na região Norte do Tocantins	90
Mapa 3- assentamentos localizados na região Centro-Oeste do Tocantins.....	92
Mapa 4- assentamentos localizados na região Leste e Nordeste do Tocantins	94
Mapa 5- assentamentos localizados na região Sul do Tocantins	95
Mapa 6- Localização do assentamento Paulo Freire I e II	105

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Casa sede da fazenda Sobra da Mata	119
Figura 2- Vista espacial da antiga casa sede da fazenda Sombra da Mata	130
Figura 3- Vista espacial de parte do rio dos Bois	130
Figura 4- primeira Escola do assentamento, agrovila Paulo Freire I	131
Figura 5- Escola atual (2015-2016) do assentamento, agrovila Paulo Freire I	132
Figuras 6- Vista dos barracões de reuniões do assentamento, agrovila Paulo Freire I	133
Figuras 7- Vista dos barracões de reuniões do assentamento, agrovila Paulo Freire I	133
Figura 8- Vista do poço artesiano e da caixa d'água da agrovila, Paulo Freire I	135
Figura 9- Antena/torre telefônica da agrovila, Paulo Freire I	136
Figura 10- Habitação do assentamento, agrovilas, Paulo Freire I e II	137
Figura 11- Habitação abandonadas nas agrovilas, Paulo Freire I e II	138
Figura 12- Plantação de abacaxi no assentamento Paulo Freire I e II	142
Figura 13- Criação de gado no assentamento Paulo Freire I e II	143
Figura 14- Criação de galinha no assentamento Paulo Freire I e II.....	144
Figura 15- Linha do Trem da Ferrovia Norte Sul	144

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Brasil. Estrutura fundiária 1998 e 2003	42
Tabela 2- Brasil. Estrutura fundiária 2010 e 2011	43
Tabela 3- Brasil. Estrutura fundiária 2012 e 2014	44
Tabela 4- Brasil. Estrutura fundiária entre 1998 a 2003, por Classe de áreas e por número de imóveis	53
Tabela 5- Brasil. Estrutura fundiária do país entre 2010 a 2011, por Classe de áreas e por número de imóveis	54
Tabela 6- Brasil. Estrutura fundiária do país entre 2012 a 2014 por Classes de áreas e por número	55
Tabela 7- Brasil - Número de assentamentos e reassentamentos rurais – 1979 a 2014	69
Tabela 8- Municípios que contribuição para formação do assentamento Paulo Freire I e II	114
Tabela 9- Participação da luta nos acampamentos do MST-TO	128

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP – Áreas de Preservação Permanente
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FETAET – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Tocantins
GETAT – Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB – Movimento dos Atingidos Por Barragens
MATOPIBA – Maranhão, Tocantins, Pará, Piauí e Bahia
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
ONG – Organizações não Governamental
PA – Projeto de Assentamento
PIN – Projeto de Integração Nacional
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento.
PÓLO – AMAZÔNICO – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura Familiar
PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e à Agroindústria do N e do NE.
PSDB – Partido Socialista Democrático Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente
SIPRA – Sistema de Informações de Terras e Projetos de Reforma Agrária
SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural
SR-26 – Superintendência Regional de número 26
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TDA – Título da Dívida Agrária.
UFT – Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPITULO I	
1. A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	24
1.1 Política de Estado.....	24
1.2 Luta de classe no campo, uma abordagem necessária	29
1.3 Agricultura camponesa verso agricultura familiar: diferenciando os conceitos.....	33
CAPITULO II	
2. ESTRURA FUNDIÁRIA, LUTA PELA TERRA E REFORMA AGRÁRIA	39
2.1 Tocantins, formação e estrutura fundiária	39
2.2 Estrutura fundiária brasileira por regiões relacionadas ao número de imóveis rurais bem como as áreas dos imóveis por ano	45
2.3 Estrutura fundiária brasileira por classe de áreas e número de imóveis	53
2.4 Estrutura fundiária no Estado do Tocantins	56
2.5 Agricultura capitalista e expropriação camponesa no Tocantins	58
2.6 Lutas dos movimentos sociais no campo e a política de reforma agrária no Brasil	64
2.7 Geografia dos assentamentos de reforma agrária no Estado do Tocantins	86
2.8 Uma análise sob a espacialização da luta do MST na região Central do Tocantins	100
CAPITULO III	
3. ASSENTAMENTO PAULO FREIRE I e II: O PROCESSO DE LUTA PELA TERRA.....	105
3.1 Localização e caracterização	105
3.2 Massificação e organização do acampamento Paulo Freire à margem da rodovia Belém-Brasília – 153	109
3.3 Divisão parcelar e a propriedade da terra no assentamento Paulo Freire I e II	121
3.4 Os espaços comunitários e a produção camponesa no assentamento Paulo Freire I e II casa sede e o córrego Rio dos Bois.	129
3.5 Projeto capitalistas e sua influencia negativa no assentamento Paulo Freire I e II	144
CONSIDERAÇÕES	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	150
APÊNDICE	154
NEXO	157

INTRODUÇÃO

Este trabalho de Dissertação de Mestrado tem como objeto de pesquisa o assentamento Paulo Freire I e II, um assentamento de Reforma Agrária, localizado no município de Rio dos Bois-TO. Esse assentamento teve sua formação a partir da luta dos camponeses do movimento sem terra no Estado Tocantins, que residiam no acampamento Paulo Freire, montado a margem direita da Rodovia Belém Brasília BR-153, sentido Sul a Norte, município de Rio dos Bois-TO, entre a cidade de Rio dos Bois e Miranorte-TO, próximo ao antigo posto de gasolina Tupi, posto que na época (2001e 2002) já se encontrava desativado. Uma etapa inicial do processo da luta em busca da conquista da terra, estabelecendo assim um enfrentamento contra o latifúndio e o Estado brasileiro.

O objetivo do estudo é analisar que o processo que contribuiu para a formação do assentamento Paulo Freire I e II é resultado de uma luta política, econômica e social incansável, historicamente travada pelos camponeses ao longo do tempo com intuito de conquistar e reconquistar a terra, numa disputa que envolve além dos camponeses os latifundiários e o Estado brasileiro que se posiciona contra os camponeses. O qual o Estado brasileiro contribuiu para implantar medidas que resultaram na apropriação do território através de concessões de sesmarias, ação política de distribuição terras por parte do Estado e também exploração da força de trabalho¹. Um modelo proveniente de experiências desenvolvidas pelos europeus a partir do século XVI em diversas localidades do continente americano e africano. Essas ações constituíram como um dos elementos para o surgimento da questão agrária no Brasil. ANDRADE (1988).

Tudo isso financiado pelo capitalismo que veio carregado de influências ideológicas permeadas pelo jogo político e econômico de interesses ditando e expandindo-se suas ações em diversas localidades da terra onde era possível explorar visando assim implantação uma política de dominação territorial e econômica sobre os povos, colônias recém-invasidas e nações apropriadas. Dessa forma o capitalismo desenvolvia-se suas atividades e quando encontrava obstáculo que poderia colocar em risco suas ações, adotavam-se medidas de proteção, como forma de garantir sua reprodução. Neste sentido a “libertação” dos escravos em 1888 é entendida por pesquisadores da questão agrária como Ariovaldo Umbelino de Oliveira e José de Sousa Martins como elemento para garantir a conservação e reprodução do capitalismo.

¹ Escravização dos povos indígenas e a utilização de escravos exportados da África.

Para Karl Marx, (apud Catani, 1989), uma das regras do capitalismo se baseia na existência de três elementos básicos que são: “propriedade privada dos meios de produção, divisão social do trabalho e a troca”. No caso brasileiro, parte desses elementos ainda faltava para se consolidar. Portanto, com vistas à expansão do mercado consumidor, era necessário forçar o Estado e os latifundiários (senhores feudais) a se adequarem às regras impostas pelo capitalismo. Entretanto, mesmo oferecendo certo nível de resistências, ainda pontuais e tardiamente, do ponto de vista do capitalismo, foram obrigados a cederem.

Diante desta situação o Estado brasileiro, apoiado em bases extremamente conservadoras, criou-se meios para que os exploradores, contrário às mudanças impostas pelo capitalismo, não fossem prejudicados, contrariando em partes, os propósitos do capitalismo. Entretanto o Estado brasileiro, pressionado pelo capitalismo adotou medidas que culminaram na criação da Lei de terras de Nº. 601, em setembro de 1850 e posteriormente a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888 “libertação” dos escravos. No geral, essas leis contribuíram para inviabilizar todas as possibilidades dos camponeses terem acesso à terra por meios legais e ao mesmo tempo participarem do processo de exploração menos agressivo. Diante dessa situação, os conflitos resultados da luta pela terra, se tornaram inevitáveis. Luta essa que até hoje, início do século XXI, permanecem com altos índices de violência e injustiça social no campo (BARBOSA, 2009 p, 14).

Para Martins (1981), os camponeses brasileiros, entre os séculos XVI e XXI, protagonizaram diversas lutas como, por exemplo: Zumbi dos Palmares, Guerra de Canudos e Guerra do Contestado, como fatos que apesar de terem sido relevantes para nossa história, grande parte da sociedade brasileira ainda desconhece. Para o autor, esta classe social, foi à única classe social no Brasil, que conseguiu impor severas derrotas às forças oficiais (militares-exército brasileiro) e que o desconhecimento sob as informações e registros dessas lutas por grande parte da sociedade brasileira, se constitui como elemento político e ideológico adotado pelo o Estado contra os camponeses. Neste sentido, os proprietários de terra-latifundiários sempre utilizou-se e utiliza-se, as estruturas do Estado para inviabilizar algo que possa beneficiar a classe social inimiga/adversaria, nos aspectos que contraria os seus interesses. Uma atitude e posicionamento que geralmente é conhecido no campo das categorias das lutas políticas, sociais e econômicas relacionadas às reivindicações e conquistas de benefícios, como luta de classe.

A análise de estudos relacionados às questões econômicas e sociais, realizada por Karl Marx e Friedrich Engels afirma que: “a história de todas as sociedades até agora tem sido

a história da luta de classe”, (MARX 1818 a 1883 p, 8 2008), entendida também como motor que move a sociedade. Embora nessa época estes autores tenham manifestado opinião mais sob as lutas ocorridas entre proletário e burguês, se percebe que esta mesma relação se encontra também no campo brasileiro desde século XIX até os dias atuais, marcadas por históricas lutas enérgicas entre proprietários de terra-latifundiários e camponeses motivado principalmente, pela a implantação e expansão da agricultura capitalista, provocando assim exploração e expropriação dos camponeses do campo.

No Brasil, o processo de desenvolvimento da agricultura capitalista, não foi homogenia em todas as regiões do país. Em algumas regiões como Centro-Oeste e Norte esse processo demorou um pouco mais. Na região Centro-Oeste, começou a partir das décadas de 1960 a 1980 com a mineração a pecuária e a monocultura de grãos. Já na região Norte, esse processo iniciou a partir de 1930 com extração da borracha, exploração agropecuária, extração mineração, extração de madeira, construção de barragens para instalação de usinas hidrelétricas, instalação de redes de cabos para condução de energia elétrica e a monocultura de grãos. Um processo de exploração desenvolvido em etapas, conforme a necessidade do mercado de consumo externo (exportação) fator que orienta o desenvolvimento da atividade produtiva exigida. Tudo isso determinado por uma lógica baseada na exploração, apropriação e expropriação dos povos que vivem no/do campo. Um processo de exploração onde está implícita e explícita a luta de classe manifestada pelos conflitos e representada pela questão agrária.

Nesse sentido, se apresenta a questão agrária na região Norte do país, onde destaco o Estado do Tocantins, um território que desde a década de 1970 do século XX, o campo atravessando um intenso processo de exploração e extinção dos recursos naturais, de exploração e expropriação dos camponeses, provocado principalmente pelo avanço da fronteira agrícola que procura de todas as formas avançarem, sobre tudo e todos, transformando o ambiente natural e social numa paisagem sem vida. Um fenômeno que inicialmente passa-se uma falsa impressão de “crescimento, desenvolvimento econômico” dos territórios (municípios e região), um reflexo que ludibria autoridades políticas, governamentais, empresa privada instituições de ensino e a sociedade civil. (BARBOSA, 2013).

No Tocantins, a exemplo do que ocorreu e ocorre em outros Estados do país, os fatores provocados pela agricultura capitalista têm se constituído um entrave para o avanço da reforma agrária. Esse modelo de agricultura, historicamente sempre se posicionou contra os

camponeses. As lutas e perspectiva de conquistas dos camponeses têm sofrido inúmeras frustrações, pois o Estado brasileiro, sob controle da agricultura capitalista sempre contribuiu para limitar e inviabilizar políticas que possa beneficiar agricultura camponesa. Entretanto, faz-se necessário que os camponeses continuem lutando, num processo do qual, a cada possibilidade de conquistas que se constroem, poucas são as que se materializa na prática. Fatores que inicialmente apresenta-se um cenário de “boas perspectivas”. Porém, na grande maioria das lutas, há um sentimento de esperança que no decorrer do processo de lutas são frustradas. Os “proprietários” de terra-latifundiários recorrem aos seus aliados estratégicos² que sempre estão prontos, ocupando posição de destaque nas diversas esferas do poder (executivo, judiciário, legislativo e instituições/órgãos público de segurança) os quais, criam meios para garantir os interesses dos latifundiários. Numa ação que, além de inviabilizar a luta e conquista da terra, criminalizando assim os movimentos sociais do campo e os sujeitos camponeses.

Os camponeses, organizados pelos movimentos sociais de massa, pelos os movimentos sindicais, pelos os movimentos de pastorais sociais (Igreja), pelos os movimentos de organização política social articulada por famílias ou por pessoas juntos aos órgãos oficiais e instituição econômica que recorre ao programa (crédito fundiário), envolvendo famílias ou pessoas residentes no campo e na cidade com objetivo conquistar e reconquistar um pedaço de terra. São grupos e pessoas que lutam por direitos, independentemente se tem ou não consciência política de classe social. Entretanto, os camponeses que não estão organizados em movimentos sociais de massa, em movimentos sindicais e em movimentos de pastorais sociais, costumam encontrar mais dificuldades no momento de articular meios de luta e conquista da terra.

Consciente dos seus direitos e conhecendo a realidade fundiária do país, os movimentos de luta pela terra, que há séculos travam intensas batalhas pela reforma agrária, estão sempre lutando. Entretanto, os latifundiários e o Estado brasileiro, quando se sentem ameaçados ou pressionados, procuram de alguma maneira, reprimir de forma enérgica as ações dos movimentos sociais. No entanto, grande parte dos movimentos sociais de luta pela terra, entende que de acordo a correlação de forças e a conjuntura política, econômica e social do momento, podem ocorrer derrotas e conquistas.

Baseado nestes fatores e aspectos, os movimentos sociais de luta pela terra no campo, têm conseguido algumas conquistas e benefícios. Estas conquistas e benéficos que

² Chefe do poder executivo, poder legislativo, poder judiciário e instituições/órgãos públicos de segurança.

pode ser entendida como concessão por parte do Estado brasileiro e também como conquistas dos camponeses. Para os movimentos sociais, embora o Estado classifique-o como concessão, os movimentos sociais consideram como conquistas, pois se trata de algo que só foi possível ter acesso, através de lutas e lutas históricas.

Nesse contexto, se deu o processo de luta dos camponeses do Movimento Sem Terra -MST do assentamento Paulo Freire I e II do município de Rio dos Bois-Tocantins, uma luta que resultou na conquista do assentamento, um território antes controlado pelo latifúndio que a partir do mês de novembro do ano de 2002, passou a pertencer aos camponeses. Ressalta-se ainda que o processo de luta dos referidos camponeses foi além da luta pela posse da terra, eles lutaram e lutam contra exploração imposta pelo sistema capitalista que conseqüentemente contribui na perda de valores e de saberes camponeses. Dessa maneira, eles viram na luta não só a possibilidade de retorno a terra, mais a conquista da liberdade, do resgate da sua identidade, do cultivo de seus saberes e principalmente da reprodução social da classe e do modo de vida.

Contudo, a luta dos camponeses do assentamento Paulo Freire I e II não foi apenas pelo acesso à terra, que se materializou na criação do assentamento e no desenvolvimento das atividades produtivas, mas também pela luta contínua em busca de recursos que garanta sua vivência junto à terra conquistada. Dessa forma, os camponeses estão buscando alternativas através da organicidade na base com vistas à autossustentabilidade produtiva e econômica das famílias. Assim, procuram discutir, planejar e elaborar meios de resistência contra possíveis formas de subordinação e exploração imposta pelo sistema capitalista.

Desse modo, os camponeses do assentamento Paulo Freire I e II, veem na organização política, na econômica e no aspecto social formas de manter sua permanência no campo. Para isso, desenvolvem-se ações voltadas para implantações de infraestrutura (construção estradas, abastecimento d'água e energia elétrica), atividades produtivas (plantações de cultura diversas, criação de animais e aves) bem como serviços públicos (educação e a saúde) essenciais para comunidade. Essas ações se materializam nas lutas coletivas juntas aos órgãos oficiais do Estado. Uma forma de lutas reivindicativas que abrangem aspectos socioambientais e territoriais no assentamento. Lutas que procuram ir além de reivindicações sindicais.

Nesta pesquisa abordo o assentamento Paulo Freire I e II que se encontra no município de Rio dos Bois-Tocantins. O assentamento foi implantado numa área de 4.622 hectares, conforme informação do INCRA, SR-26, e do Movimento Sem Terra. O processo de

assentamento das famílias na terra iniciou-se a partir do mês de novembro de 2002. Nessa época, foram assentadas 152 famílias em parcelas que variavam entre doze e vinte hectares para cada, além das áreas destinadas para conservação e preservação ambiental que soma mais de 35% da área total do assentamento.

O trabalho faz uma abordagem a parti de um recorte temporal, espacial envolvendo as lutas e conquistas dos movimentos sociais, dos movimentos sindicais, do movimento de pastorais sociais e de movimento de associação diversa de luta pela terra no campo, bem como a organização regional dos territórios camponeses no Estado do Tocantins compreendendo os anos de 2000 a 2015. Em relação o assentamento Paulo Freire I e II a análise está dividida em duas etapas a primeira refere-se ao ano 2000, período em que as famílias camponesas residiram no acampamento à margem da rodovia Belém Brasília, a segunda etapa se refere ao ano de 2001, período em que as famílias camponesas permaneceram acampadas na terra e na terceira etapa se refere ao no de 2002 a 2015 período de ocupação das parcelas e desenvolvimento das atividades produtivas.

A Dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo abordo aspectos políticos, econômicos e sociais relacionados à reforma agrária em nosso país, com destaque para as políticas de reforma agrária desenvolvidas no Tocantins, bem como as ações motivadas por influencias de natureza exógeno, implantando assim, sob a ótica do capitalismo, as bases de sua produção e reprodução no campo.

A região do Norte país, por ser uma região cujo processo de exploração da agricultura capitalista no campo iniciou-se a partir da metade século XX, encontrou um grande número de camponeses que já havia vivenciado os reflexos desse processo de exploração e expropriação na região Nordeste entre o século XVIII e metade do século XX e atualmente, início do século XXI, esse processo infelizmente ainda continua.

No segundo capítulo abordo aspectos políticos, econômicos e sociais da questão agrária. Um problema que historicamente sempre fez parte das lutas camponesas no Brasil, que teve seu início na luta dos povos quilombolas durante a escravidão, a revolta do Contestado, a guerra de Canudos, nas lutas das ligas camponesas na década de 1950, nas manifestações dos “Cangaceiros” no Nordeste, no movimento de Trombas e Formoso do Araguaia, bem como as lutas dos movimentos sociais, sindical, pastorais sociais e movimentos associativos diversos que a partir da década de 1970 vem lutando contra a exploração e expropriação dos camponeses.

Neste sentido há necessidade de ressaltar que vários fatores contribuíram para intensificar a luta pela terra nos estados da região Norte. Nesse contexto, conseqüentemente envolve a porção Norte do Estado de Goiás, atual Estado do Tocantins, território que motivando pela implantação de grandes projetos na região central do país onde se destaca primeiro a construção de Brasília-Capital Federal, golpe militar de 1964, segundo a construção da rodovia Belém Brasília BR -153, terceiro início da construção da rodovia Transamazônica, BR-230, e quarto a implantação de projetos como: PIN-Projeto de Integração Nacional, quinto o PNDs-Plano Nacional de Desenvolvimento, sexto o PROTERRA-Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste, sétimo o PÓLO-AMAZÔNICO-Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia se constituíram como elementos que impulsionaram a ocupação da Amazônia pelo grande capital, principalmente a agricultura capitalista responsável pela exploração e expropriação dos camponeses na região (LIRA, 2011).

Essa contextualização se faz necessária porque as lutas dos camponeses do assentamento Paulo Freire I e II estão vinculadas ao processo de exploração provocado pela agricultura capitalista no campo. Esses camponeses expropriados pelo o processo de modernização agrícola que transformaram um conjunto de relações sociais existente no campo. Assim os camponeses atingidos por essa modernização eram arrendatários, meeiros, assalariados no campo, assalariados na cidade e posseiros que moravam em sua grande maioria em diversos estados da região Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país.

Os camponeses, desterritorializado e constrangido, são obrigados a migrarem para as cidades aonde vão se tornaram proletariados ou partem para a luta, em busca da terra novamente. Para os que optam pela terra é necessário ingressar na luta dos movimentos sem terra e fazerem enfrentamento direto com o Estado e com os latifundiários, alternativa adotada por muitos camponeses que se encontram nesta situação, dentre eles, os camponeses do assentamento Paulo Freire I e II.

No terceiro capítulo faço uma abordagem sobre a trajetória da luta dos assentados do assentamento Paulo Freire I e II demonstrando a importância da organização do movimento durante o processo de luta no acampamento, bem como os desdobramentos, posteriormente no assentamento. Essa luta, não foi apenas uma luta pela terra, mas também na terra num enfrentamento contra forças adversas (subordinação, exploração e alienação influencias que podem descaracterizar a organicidade do assentamento), lutas por benefícios sociais e por meios que facilite o desenvolvimento dos sistemas produtivos.

A luta para conquistar e permanecer na terra fez com que os camponeses buscassem alternativas para garantirem seu modo de vida. Dentre as alternativas utilizadas, encontram-se as formas de organização social de natureza política informal (grupos de famílias) e política formal (associações) ambas, na medida do possível procuram desenvolver trabalhos comunitários.

Essas atividades não possuem uma norma específica, mas se baseiam nas relações sociais e na solidariedade que envolve as famílias e a comunidade, qualidades motivadas e vivenciadas durante o engajamento no processo de luta pela terra no período em que residia no acampamento. Logo, não são atividades estranhas ao modo de vida camponesa. Pelo contrário são baseadas justamente nos modos de vida dos camponeses, onde a divisão social do trabalho não é vivenciada.

É importante mencionar que as ações comunitárias não ocorrem apenas no aspecto econômico, mas também no aspecto política. Através da organicidade que reflete na realização de atividades associativas, educativas, comemorativas, de lazer e religiosa, aonde os assentados do assentamento Paulo Freire I e II vêm procurando implementar um conjunto de benefícios para a comunidade. Esses benefícios não são apenas materiais e imediatos, mas se constituem como uma forma de resistência contra a subordinação e exploração dos camponeses imposta pelo Estado e o capital. Assim, a pesquisa no assentamento Paulo Freire I e II, possibilita analisar como se deu a luta dos camponeses e como se encontra a situação deles atualmente. Tenta-se observar também as estratégias de resistência utilizadas pelos camponeses diante da expansão do capitalismo no campo.

A pesquisa de campo realizada a partir de 2015 abordou além de análises materiais trabalhou com diversas entrevistas envolvendo os camponeses(as), representante de órgãos oficiais e lideranças de movimentos sociais, trabalho fundamental para aquisição de informações empíricas.

Assim, espera-se que as considerações tratadas na presente pesquisa possam contribuir para ampliar o leque de informações sobre a reforma agrária no Tocantins, sobre o assentamento Paulo Freire I e II e ao mesmo tempo, subsidiar atividades desenvolvidas em prol do assentamento.

CAPÍTULO I

1. QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

1.1 Política de Estado

No Brasil a questão agrária é problema que surgiu a partir de 1.500, e com a chegada dos portugueses. Nessa época tem início a apropriação das terras e a exploração dos recursos naturais através da extração do pau Brasil, do ouro, do cultivo da Cana-de-açúcar e da agricultura de subsistência. Atividades desenvolvidas por meio da mão-de-obra escrava proveniente da cultura indígena e da cultura Africana.

Após a chegada dos portugueses, houve uma convivência relativamente pacífica entre os europeus e indígenas. Os nativos trabalhavam para o colonizador na extração do pau Brasil, na indicação dos locais onde se encontravam os minérios, bem como ajudava na extração dos mesmos, e em troca recebia objetos (canivete, pente para os cabelos, espelhos e tecidos) de pouco valor. Mais ainda sem serem forçados a essa atividade.

Quando os indígenas perceberam que a tentativa do colonizador era escravizá-los, apossar de suas terras e destruir sua principal fonte de sobrevivência. Nesse momento, os indígenas começaram a reagir, iniciando assim, os primeiros conflitos pela posse da terra no Brasil, como afirma Brandão, (2003).

Após a invasão, inicia-se o processo de concentração de terras, em 1534, quando o rei de Portugal divide o Brasil em capitânicas hereditárias distribuindo-as a amigos de Portugal. A ação distributiva foi o início da concentração de terra por particulares através da compra legal e ilegal; da grilagem e da posse pela violência para-militar, ou das negociações diretas com os poderes públicos. Consequentemente o resultado dessas ações se caracterizou pelo massacre de milhões de nativos, de negros e de pequenos trabalhadores rurais e seus familiares, desencadeando manifestações de descontentamento e mobilizações de indígenas e de trabalhadores rurais em várias partes do Brasil (BRANDÃO, 2003, p. 23).

Observando estes aspectos, percebe-se que os portugueses não se apropriaram somente dos recursos naturais, mas também da cultura dos povos que aqui residiam. Para OLIVEIRA, (1997), antes dos portugueses chegarem ao Brasil, já encontrou em pleno desenvolvimento um modelo de produção comunitária entre a população indígena, um modelo de produção também chamado de comunismo primitivo, uma forma de produção, reprodução e relação baseada numa estrutura familiar e comunitária, que naturalmente

contribuiu de forma direta e indiretamente para a cultura e a origem do camponês brasileiro, que segundo Tavares dos Santos se dava da seguinte forma:

A reprodução da força de trabalho familiar efetiva-se pela procriação e complementação através do processo de socialização das crianças. Considerando o núcleo familiar em um núcleo produtivo. Dessa forma, as crianças são encenadas como personagens da divisão social do trabalho no interior da unidade produtiva do camponês. (OLIVEIRA, 1997, p. 60).

Basicamente, no Brasil, o camponês surgiu, reproduziu e se reproduz a partir das relações sociocultural e socioeconômica entre senhores de engenho, trabalhadores livres, escravos e indígenas que; através da agricultura de subsistência, produzido para o consumo da colônia e para o consumo próprio da comunidade e da família, estabelecia uma progressiva e contraditória relação de resistência-persistência de modo a beneficiar os invasores.

Dessa forma, a política da divisão territorial brasileira implantou uma estrutura de concentração de terra e também de poder. Neste sentido, observamos que o problema que afeta o camponês está associado ao modelo de organização fundiária criada exclusivamente para expropriá-lo. Segundo Oliveira (1997), no Brasil a distribuição de terras sempre foi desigual, primeiro foram às capitânicas hereditárias e seus donatários, segundo as sesmarias e terceiro a Lei de terras, nº. 601, criada em setembro de 1850. Lei esta que foi definida 1842, pelo o conselho³ de Estado da época, onde entre outras normas, estabeleceu que: o direito de possuir terra, só seria possível por meio da compra e venda. Fato que beneficiou direto e indiretamente os latifundiários, pois estes detinham o poder econômico e político. De acordo com o exposto, observamos que oito (8) anos antes da criação da referida Lei de terras, os governantes criaram mecanismos para proteger os latifundiários, situação que teoricamente permaneceu até o dia 30 de novembro de 1964, quando foi aprovado o Estatuto da Terra, Lei nº 4.504.

Segundo o autor, estas leis serviram de instrumento para legalizar de fato a expropriação do camponês, ou seja, eliminar todas as possibilidades do camponês continuar no campo. Esse modelo de organização fundiária refletiu e reflete diretamente no seio da sociedade camponesa, criando assim um estado de insegurança, onde o camponês brasileiro, até hoje, continua tentando entrar na terra. Pois a ideologia capitalista que visa o lucro acima de tudo, atua no campo em três formas: primeira, modernização da agricultura no campo; segundo, a implantação de novas culturas e terceiro, a invasão do espaço para reserva de mercado. Atitude que causa a segregação social da classe camponesa e indígena.

³ Em julho de 1842, o Governo Imperial solicitou à Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado que formulasse modificações e critérios para obtenção de terras no Brasil.

Um tipo de segregação que, acredita-se contribuiu para surgimento dos principais problemas existente na Cidade e no Campo (favelas, desemprego, violência, êxodo rural e conflitos agrários) fatores, que se concretizou com a abolição da escravatura-Lei Áurea, a 13 de maio de 1888⁴. Momento em que os escravos ficaram “libertos”, porém sem oferecer nenhuma alternativa de trabalho, pois a Lei de terra, nº 601 de 1850⁵ inviabilizava as possibilidades de ter acesso a uma gleba de terra. Para aqueles que não tinham recursos financeiros, sejam eles indígenas, escravos ou trabalhadores “livres” o jeito foi engrossar a fileira dos segregados, situação que infelizmente, até hoje permanece. Portanto, pode-se dizer que tanto a Lei de Terras como a Lei Áurea, são consideradas como Leis que legalizaram a criação dos *Sem terras* e dos *Sem tetos* em nosso País. A concentração de terras vem da época colonial. A luta dos povos indígenas contra os invasores portugueses na época da colonização está relacionada à questão agrária, o que configura, portanto, em lutas camponesas. Segundo Guimarães, (2005, p.18), pode-se afirmar que a ocupação do continente americano se deu através das correntes migratórias provenientes da África e da Ásia, atravessando o estreito do Alasca, também conhecido como estreito de Bering.

A conquista, a dominação e a apropriação da nova terra através das invasões, das intensas lutas e conseqüentemente o extermínio de muitos povos que aqui residiam, foram extremamente violentas, aos poucos, esta forma de dominação resultou numa prática contínua que ao longo dos tempos vem cada vez mais se diversificando e aperfeiçoando.

No Brasil, o processo de conquista, de dominação e de apropriação se baseou na colonização e subcolonização através da concessão de sesmarias⁶, relacionada à monocultura (cana-de-açúcar) e à utilização de trabalho escravo. Vale ressaltar que esta prática que até hoje início do século XXI, vem sendo praticada pelos latifundiários brasileiros em diferentes atividades e localidades do país, dos quais se identifica políticos influentes no cenário Regional e Nacional dentre eles se destaca o Senador tocantinense João Ribeiro legislatura (2003 a 2010), flagrado em operações realizadas pelos os fiscais do Tribunal Regional do Trabalho e pelos agentes da Polícia Federal.

Durante o processo de ocupação territorial, realizado por meio da implantação de ações políticas com vistas à garantia do domínio territorial, adotando medida de segurança contra possíveis invasões empreendidas por outras nações que pretendiam, também, esta terra

⁴ Lei que Instituiu a Libertação dos Escravos, assinada pela Princesa Isabel, 13 de maio de 1888.

⁵ Lei que regulamentou as regras para aquisição de terra no Brasil entre 1850 até 1964.

⁶ Grandes extensões de terras que eram doadas ou apropriadas pelas pessoas ligadas ao poder político e econômico.

“ocupar”, do que pela a implantação de um modelo de desenvolvimento coerente com a realidade encontrada. Com receio de que isso ocorresse, os integrantes da coroa portuguesa planejaram diversas ações estratégicas, como afirma Guimarães:

Os portugueses que aqui chegaram e invadiram nosso território, em 1500, o fizeram financiados pelo nascente capitalismo comercial europeu, e se apoderaram do território por sua supremacia econômica e militar, impondo as leis e vontades políticas da monarquia portuguesa. No processo da invasão, como a História registra, adotaram duas táticas de dominação: cooptação e repressão. E assim, conseguiram dominar todo o território e submeter os povos que aqui viviam ao seu modo de produção, às suas leis e à sua cultura, (GUIMARÃES, 2005, p. 19).

De acordo com Guimarães, (2005) estas ações perpassaram por vários momentos que veio desde 1500 (per) a 1988 (Constituição Federal). Um processo que apesar de lento, alguns autores consideram importante porque legitima a luta pela terra no Brasil, conforme determina o Artigo 2º. do Estatuto da Terra, onde fala: “É assegurado a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta lei”. Segundo Portela e Fernandes, (1998) este “avanço” que houve em 1964 (estatuto da terra) está relacionado diretamente com as históricas ações de repressões e massacres contra os camponeses no Brasil. Sobre este aspecto afirmação a seguir:

Com o advento do regime militar em 1964 essas organizações populares foram intensamente reprimidas, e muitos líderes camponeses foram presos torturados ou exilados. Como consequência, a luta pela reforma declinou, embora a situação no campo continuasse sendo alvo de intensos protestos, dessa vez internacional. Equipes de estudiosos da ONU (Organização das Nações Unidas) visitaram o País no período e constataram que era necessário melhorar a situação dos camponeses e realizar a reformas urgentes no campo. Essa atitude pode ser bem resumida por uma frase de John F. Kennedy, presidente dos EUA (1960-1963): “Aqueles que impossibilitam a reforma pacífica tornam a mudança violenta inevitável”. Ou seja, suas palavras querem dizer que é preferível fazer uma mudança “vinda de cima para baixo”, de forma controlada, a conservar uma situação tão explosiva que originar revoluções “vinda de baixo para cima” populares e espontâneas, que iriam contra os interesses capitalistas. (PORTELA e FERNANDES, 1998, p. 12).

A Constituição de 1988, ainda vigente atualmente, estabelece como norma e princípio o atendimento à função social da propriedade, conforme preconiza o:

Art. 5º - “Todos são iguais perante a lei”, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes dos incisos: XXII - é garantido o direito de propriedade; XXIII - a propriedade atenderá a sua função social.

A função social da propriedade restringe-se ao direito de propriedade e estabelece-se como um direito social e um dever individual do proprietário. No que diz respeito aos indígenas, a Constituição de 1988, chamada de Constituição Cidadã,

refere, em seu artigo 20 que: “Que as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas são bens da União”.

Já o artigo 184 da Constituição Federal diz: “Art. 184º afirma que “Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização a títulos da dívida agrária”. Latifúndios, com baixo emprego e pouca ou nenhuma produção, não cumprem sua função social.

O Novo Código Civil Brasileiro: Lei nº 10.406, que entrou em vigor no dia 11 de janeiro de 2003, a “inovação” do Código Civil vigente está no § 1º do art. 1.228, o qual enfatiza as finalidades econômicas e sociais do direito de propriedade:

Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.
§ 1º O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.

Mesmo diante dessas vantagens apontadas nas leis, à reforma agrária a qual tanto almejamos tem se tornado algo difícil de ser realizada, nesse aspecto convém destacar a afirmação de Schilling (2005).

A Constituição Brasileira, no que se refere ao direito de propriedade, é eminentemente conservadora. O § 16, do art. 141, que reza: “É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante e justa indenização em dinheiro” constitui-se num obstáculo intransponível a qualquer reforma agrária efetiva.
A soma de recursos necessários à indenização das terras utilizáveis numa reforma agrária, procedida em ritmo adequado às necessidades de nossas populações rurais, considerando pagamento “à vista e pelo o “justo valor” ultrapassar em muito a capacidade de investimento não só do governo, como de todo povo brasileiro. (PAULO R. SCHILLING, 2005, p. 239).

Relacionado a estes aspectos, Caio Prado Junior, (1979) observa que as leis que rege sob a reforma agrária que foi editada, por se só, para inviabiliza a reforma agrária por que essa forma de direcionamento da questão agrária para o mercado - compra e venda de terra, coloca o próprio estado numa situação delicada, pois não dispõe de recursos financeiros para implementar uma política dessa dimensão. Neste sentido o autor tem razão, ou seja, essa lei já foi pensada para não dá certo.

A única coisa que existe na matéria é a obrigação, prevista no mesmo dispositivo constitucional citado, o da “justa e previa indenização em dinheiro”. Essa indenização “previa” é praticamente irrealizável no caso da reforma agrária. Não

somente haveria recursos financeiros líquidos suficientes para a massa de desapropriações exigidas pela reforma, como também ainda que existissem, o impacto produzido pelo brusco e avultado afluxo de poder aquisitivo para as mãos de uma categoria social relativamente insignificante que seriam os proprietários desapropriados, provocaria desequilíbrios e desajustadamente financeiros insuportáveis para a economia nacional. (JUNIOR, 1979, p.115).

O autor entende que se condicionar a política de reforma agrária a essa lei, como está, se torna realmente difícil. Portanto, diante do exposto, tudo indica que o caminho para realizarmos a reforma agrária seria o da revolução, porque à luz das leis vigentes as coisas se tornam mais difíceis. Essas leis são contraditórias e extremamente conservadoras de modo a beneficiar a classe latifundiária capitalista. Neste caso o mais coerente deveria instituir mudanças nas leis e assim avançar no processo de reforma agrária. Como afirma Baran apud Schilling (2005, p. 254). Onde formas tradicionais de pensamento e trabalho impedem a introdução de novos métodos, meios de produção, apenas uma reorganização geral da sociedade e uma mobilização total de todas as suas potencialidades criadoras, podem tirar a economia do ponto morto em que se encontra.

1.2 - Luta de classe no campo, uma abordagem necessária

A concepção ideológica expressada de forma subjetiva e objetiva no seio da sociedade materializa-se em ações de interesses diversos gerando assim inúmeras contradições, das quais se destacam a ocupação territorial, a implantação de sistema político, econômico e social em escala nacional, continental e mundial conforme a forma de exploração utilizada. A economia, a política e a comunicação são elementos que o sistema político, econômico (capitalismo) impõe contra as classes trabalhadoras, as que são realmente produtoras de bens e serviços indispensáveis à sociedade e a economia. Neste sentido os latifundiários capitalistas e os capitalistas que atuam em diversos ramos de produção seja na cidade ou no campo vêm se apropriando das terras e dos recursos naturais com vistas à expansão e a atuação, constituindo-se, cada vez mais, num sistema que tem obrigado a sociedade viver e conviver com frequentes momentos e períodos (cíclicos) de crises de ordem político-administrativa e crises de ordem político-econômica, fenômenos que ocasiona conflitos e guerras em diversas partes no mundo.

As contradições existentes num sistema político, econômico e social num dado momento, período e localidade pode ser entendida como elementos, indicadores de que a situação precisa ser modificada ou transformada. Entretanto, para o sistema capitalista, as

contradições e suas consequências são tidas como oxigênio que alimenta a capacidade de sua recuperação e reprodução. Por isso, o capitalismo utiliza diversas formas atuação: apropriação privada dos meios de produção, exploração desordenada dos recursos naturais, incentivo a urbanização, mecanização da produção-industrialização, consumo intenso, êxodo rural, apropriação e exploração do trabalho.

Esse conjunto de ações serviram para consolidar o capitalismo e ao mesmo tempo contribuir para alimentar o ciclo contínuo que garanti a capacidade de sua existência e que se manteve e mantém às custas da exploração das classes sociais subalterna (povos e sociedades menos favorecidas) sobretudo as recém “libertadas do colonialismo e da escravidão”. As classes sociais subalternas pelo processo de exploração se manifestam exigindo/propondo mudanças estruturais na forma como atua o sistema político, econômico e social bem como a organização social da sociedade o qual afirma (TOMPSON, 2012) que:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais (THOMPSON, Apud, BADARÓ 2012: p. 84-85).

As consequências mais graves da exploração capitalista, reproduzida e difundido na maioria dos países europeus e também da América, continuam aparecendo nos tempos atuais, camuflado sob formas complexas e aparentemente aceitáveis, uma prática que na realidade oculta as formas de explorações que ameaça decompor as bases da sociedade em diversos fatores e aspectos. Dessa forma, o indivíduo consciente dos seus direitos reconhece que o caminho a ser tomado é a organização e a luta contra a burguesia (classe social) que controla o sistema político e econômico impondo diversas formas de exploração e dominação.

No plano teórico, valorizar o indivíduo significa valorizar todos os indivíduos. Já no plano prático a igualdade básica do ser implica uma distribuição equitativa do ter entre os indivíduos e grupos como forma de tentar equilibrar a situação. Caso contrário o ter de uns significará o não-ter de outros, assim a apropriação por parte de alguns dos bens, recursos e benefícios que seriam ou são de todos, resultará da expropriação dos outros, (MARX, apud ALMEIDA, 1987-88).

Neste contexto observa-se que, com a chegada dos portugueses ao Brasil, em 1500, tem início o processo de apropriação e exploração dos recursos naturais, um processo de apropriação que não era somente dos recursos naturais (minerais e vegetais) mas também da

terra e da cultura dos povos que aqui residiam. Para (OLIVEIRA, 1997), antes dos portugueses chegarem ao Brasil, já encontrou em pleno desenvolvimento um modelo de produção comunitária entre a população indígena, um modelo de produção também chamado de comunismo primitivo, uma forma de produção, reprodução e relação social baseada numa estrutura familiar e comunitária, que naturalmente contribuiu de forma direta e indiretamente para a cultura e para produção e reprodução social do camponês brasileiro, conforme afirma:

A reprodução da força de trabalho familiar efetiva-se pela procriação e complementação através do processo de socialização das crianças. Considerando o núcleo familiar em um núcleo produtivo. Dessa forma, as crianças são encenadas como personagens da divisão social do trabalho no interior da unidade produtiva do camponês, (SANTOS apud, OLIVEIRA, 1997: 60).

Basicamente, no Brasil, o camponês se reproduziu a partir da relação sociocultural e socioeconômica entre senhores de engenho, trabalhadores livres, escravos e indígenas que; através da agricultura de subsistência, produzido para o consumo da colônia e para o consumo próprio da comunidade, estabelecia uma progressiva e contraditória relação de resistência de modo a beneficiar os invasores exploradores.

Dessa forma, a política da divisão territorial brasileira impôs uma estrutura de concentração de terra e também de poder. Neste sentido, observa-se que o problema que afeta o campo está associado ao um modelo de organização fundiária totalmente expropriativa. De acordo com (OLIVEIRA, 1997), no Brasil a distribuição de terras sempre foi desigual, primeiro foram às capitânicas hereditárias e seus donatários, segundo as sesmarias e terceiro a Lei de terras, nº. 601, criada em setembro de 1850. Lei definida ainda em 1842, pelo o conselho de estado da época, onde entre outras normas, estabelecia que: o direito de possuir terra, só seria possível mediante compra e venda. Fato que beneficiou direto e indiretamente os latifundiários, pois estes detinham o poder econômico e político. De acordo com o exposto, observamos que oito (8) anos antes da criação da referida Lei de terras, já havia criado mecanismos para proteger os latifundiários, situação esta, que em tese, permaneceu até 1964, com aprovação do Estatuto da Terra, Lei nº. 4.504.

Para OLIVEIRA (1997)⁷, afirma que estas leis serviram de instrumento para legalizar de fato a expropriação do camponês, e ao mesmo tempo, contribuir para surgimento dos sem terra, que se concretizou de fato, com a abolição da escravatura-Lei Áurea, a 13 de maio de 1888. Teoricamente os escravos ficaram “libertos”, porém sem alternativa que lhes

⁷ Ariovaldo Umbelino de Oliveira, um pesquisador que situa-se na terceira Corrente de Pensamento dos Estudos Agrários, da qual discorda da ideia de que no Brasil existiu feudalismo. Para ele, o camponês continua se reproduzindo dentro das relações contraditória do capitalismo e que não vai desaparecer.

garantissem direitos em ter acesso aos meios de produção e trabalho, pois a Lei de terra, nº. 601 de 1850 inviabilizou a possibilidade de acesso a terra. Em geral, pode-se afirmar que tanto a Lei de terras como a Lei Áurea, é considerada como instrumentos que legalizaram a criação dos sem terra no Brasil, ou seja, dificultou todas as possibilidades do camponês ter acesso a terra.

Para GUIMARÃES⁸, (1981 p, 35). No geral, essas medidas, não deixam de serem estratégias do capitalismo para penetração e estruturação de suas bases na agricultura, portanto no campo, onde o capitalismo ao penetrar na agricultura procura logo dominar a terra, monopolizar a terra, monocultura lá, ou seja, obter o domínio absoluto dos meios de produção na agricultura, principalmente da terra. No entanto, a ação do capitalismo convergiu com a essência principal do modelo de organização fundiária existente na Europa – monopólio colonial feudal, baseado nos grandes latifúndios.

O desenvolvimento desse modelo político, econômico e social reflete diretamente no seio da classe camponesa, criando assim um estado de insegurança, de lutas e de conflitos, onde o camponês brasileiro, até hoje, continua tentando entrar na terra MARTINS (1981). Pois o sistema econômico e político ordenado por organismos internacionais e nacionais, determinado pelo o capitalismo que desenvolve uma prática de acumulação dos recursos gerados meios de produção que ao longo dos séculos até os tempos atuais continuam provocando segregação e expropriação. Entretanto, os camponeses indignados com mazelas produzidas pelo o modelo de agricultura capitalista desenvolvido no campo, obrigando assim, diversas categorias de trabalhadores a se manifestam, exigindo de forma direta e indiretamente mudanças na estrutura fundiária em determinada localidade, região e país. Os sujeitos que estão em luta por mudanças são:

Posseiros em luta pela terra de trabalho. São as nações indígenas demandando a demarcação de seus territórios. São os membros dos trabalhadores rurais sem terra acampados. São os bóias-frias em greve por melhores salários e condições de trabalho. É a colonização assumida pelo o governo como “válvula de escape” para acalmar tensão. Em fim a Reforma Agrária na “Nova República” propondo “paz na terra” em pé de guerra” (OLIVEIRA, 1986: 52).

Diante desta situação, o Estado costuma se posicionar agindo da seguinte forma: no primeiro momento defende os latifundiários e quando vê que a situação é extremamente delicada no ponto vista político e social sob a ótica da opinião pública de modo que não tem como ocultar elementos que possa favorecer seus interesses. Porém, neste caso, se utiliza de

⁸ Alberto Passos Guimarães, pesquisador que situa-se na primeira Corrente de Pensamento dos Estudos Agrários, corrente da qual reconhece que no Brasil existiu Feudalismo o que a exemplo do que ocorreu com o Feudalismo o Camponês também vai desaparecer.

mecanismo ligado ao poder judiciário para agilizar as ações que possa beneficiar os capitalistas latifundiários. O Segundo momento ocorre quando o Estado percebe que a correlação de forças por parte dos trabalhadores está forte. Nesta situação, ele entende que é obrigado a dar uma resposta, atendendo, pelo menos em partes, as reivindicações dos camponeses.

1.3- Agricultura camponesa versus agricultura familiar: diferenciando os conceitos

A agricultura tem um significado histórico envolvendo a produção, a relação social e em fim, as formas de relação com a natureza. Ao longo do tempo a atividade agrícola tem incorporado influências econômicas, influências políticas e influências ideológicas que conseqüentemente motiva interesses diversos. Basicamente a forma de lidar com os processos produtivos, com os meios de produção se constituiu como sujeito e ator do/no de um processo o camponês o sujeito próprio de uma classe que detém não só controle dos meios de produção, mas as formas de produzir como afirma ENGELS (1894).

Por pequeno camponês entendemos aqui o proprietário ou rendeiro nomeadamente, o primeiro de um bocadinho de terra, não maior do que aquele que, em regra, ele pode cultivar com a sua própria família, e não mais pequeno do que aquele que sustenta a família. Este pequeno camponês, tal como o pequeno artesão, é também um operário que se diferencia do proletário moderno por estar ainda na posse do seu meio de trabalho; [é], portanto, uma sobrevivência de um modo de produção passado. Diferencia-se triplamente do seu antepassado, do camponês servo, adscrito ou muito excepcionalmente também livre, mas obrigado a renda e a corveia. (ENGELS, 1894).

O resgate do conceito de camponês e conseqüentemente o conceito de agricultura camponesa é uma forma legítima de associar o sujeito à sua atividade, dando-lhe uma identidade de classe social que motiva estabelecer uma organização política em defesa de seus interesses a partir de suas bases. Neste sentido o Movimento Sem Terra com auxílio de pensadores vem procurando reconstruir/construir no Brasil um sentido histórico e real de identidade de classe, de luta de classe, de disputa e conflito. Na realidade o Estado brasileiro já tinha conhecimento das lutas e resistências dos camponeses em diversas localidades da Europa e, temendo que o mesmo acontecesse aqui no Brasil, tratou de criar meios e formas para dificultar e até impedir conforme afirma José de Sousa Martins abaixo:

O camponês europeu está relacionado à realidade da idade média, apresentando características de um forte enraizamento territorial e resistência contra o capitalismo. Já a formação do campesinato brasileiro guarda as suas especificidades. Aqui, o campesinato é criado no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista. Até então, o camponês recebia denominações

locais próprias conforme a sua história e sua região de origem como: caipira em São Paulo, Minas Gerais e Goiás; caçarano litoral paulista; colono ou caboclo no sul - dependendo de sua origem, se imigrante ou não (MARTINS, 1981).

Essas denominações acima apresentadas nos mostram que, esta é uma ação que, historicamente o Brasil fez e faz o possível para modificar, camuflar e esconder, seja de forma oficial ou popular-conservadora. Em relação ao aspecto oficial, se materializa quando denomina e conceitua, “agricultores familiares”. Uma atitude e posicionamento adotado por parte do Estado brasileiro como uma ação cujo objetivo é dificultar a articulação e organização dos camponeses, ou seja, são formas e mecanismos que se criou e se cria para não resolver problemas do/no campo relacionados aos camponeses.

O uso corrente da expressão agricultura camponesa por amplas parcelas das próprias famílias camponesas no processo de construção da sua identidade social, pelos movimentos e organizações populares no campo, por organismos governamentais, pela intelectualidade acadêmica e por parcela dos meios de comunicação de massa tem sido crescente nas últimas décadas. Isso decorre, por um lado, da aceitação da concepção, no Brasil contemporâneo, de que a agricultura camponesa é expressão de um modo de se fazer agricultura distinto do modo de produção capitalista dominante, e, nesse sentido, o campesinato se apresenta na formação social brasileira com uma especificidade, uma lógica que lhe é própria na maneira de produzir e de viver, uma lógica distinta e contrária à dominante. (CARVALHO; COSTA, p. 30-31, 2012).

Podemos observar que partes dos problemas relacionados aos camponeses provem de análises abordadas por autores como, como Engels (1981) e Kautsky (1986), em suas teorias, de acordo com a realidade vivenciada na época sobre o avanço da agricultura capitalista que apontaram de forma teoricamente fundamentada à desapropriação do campesinato pela agricultura capitalista provocado pelos vínculos de mercado, pelas as grandes empresas e pela as instituições nacionais que desestruturavam as bases sociais da existência camponesa, (ABRAMOVAY, 2007, p. 139).

Para ABRAMOVAY (2007), parte da existência dos camponeses só poderá resistir metamorfoseando-se de agricultura camponesa para agricultura familiar um termo que surgiu por conveniência ideológica para se contrapor e fragmentar, por meio de ações política e sociais do Estado brasileiro, seja no aspecto do modo de vida, seja no aspecto da luta de classe, os camponeses. Uma classe social que, baseado em seu aspecto histórico e conceitual, está assentado num conjunto amplo de relações políticas, econômicas e sociais que envolvem todas as atividades existentes no campo brasileiro, sobretudo as relações não capitalistas de produção que abarca além da agricultura também a cultura conforme afirma (NEVES, 2012).

Nessa perspectiva, o termo deve ser entendido pelos critérios que distinguem o produtor por seus respectivos direitos, nas condições asseguradas pela legislação

específica (decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, especialmente artigo 3º, e demais instrumentos que vão adequando os desdobramentos alcançados e incorporados): agricultor familiar é o que pratica atividades no meio rural, mas se torna sujeito de direitos se detiver, a qualquer título, área inferior a quatro módulos fiscais; deve apoiar-se predominantemente em mão de obra da própria família e na gestão imediata das atividades econômicas do estabelecimento, atividades essas que devem assegurar o maior volume de rendimentos do grupo doméstico. (NEVES, 2012, p.37).

Na realidade, essa concepção foi gestada pelo sistema capitalista que, como afirma Octávio IANNI (1974), a América Latina sempre houve um compromisso entre o Estado brasileiro e o sistema econômico, principalmente no setor agrícola, onde essa relação se constituiu e continua cada vez mais se reproduzindo. Isso se tornou mais evidente com a criação de órgãos governamentais e de incentivos para facilitar a alocação de recursos públicos como mencionado acima.

Para (NEVES p. 39, 2012), o conceito de agricultura familiar, em termos gerais ou abstratos obteve reconhecimento acadêmico, político e jurídico, consensualmente definido como: modelo de organização da produção agropecuária onde predominam a interação entre gestão e trabalho, a direção do processo produtivo pelos proprietários e o trabalho familiar, podendo ser complementado também pelo trabalho assalariado. Neste sentido, academia acaba contribuindo para construção e afirmação ideológica de políticas econômicas e sociais que conseqüentemente favorece a exploração e expropriação dos camponeses pela agricultura capitalista, que facilmente consegue-se estruturar e desenvolve-se em larga escala.

Neste contexto, o que se quer aqui não são as relações sociais imediatas entre estes dois sujeitos de campos sociais distintos. Mas, busca-se a possibilidade de construir reflexões teóricas e metodológicas sobre uma experiência social da classe trabalhadora (THOMPSON, 1981), a partir do encontro e suas mediações entre movimento social popular e instituição universitária de ensino, pesquisa, e até extensão – a perna atrofiada deste tripé, que supostamente seria o elo de ligação da universidade com as questões das classes sociais subalternizadas (THOMPSON, Apud, BADARÓ 2012).

Em termos práticos a compreensão do conceito “Agricultura Familiar” foi um meio que o Estado brasileiro encontrou para dividir/fragmentar/separar político e institucionalmente, por meio de Lei, as diversas formas de articulação e organização dos modos de produção, da classe e das categorias de trabalhadores existentes no campo, todas conhecida historicamente como camponeses, a qual forma também a classe-camponesa conforme descreve:

A conquista de tais definições e respectivos direitos é importante para a diminuição de certo insulamento político e cultural. E para o enfrentamento da atribuída e imposta precariedade material dos camponeses, dos pequenos produtores, dos arrendatários, dos parceiros, dos colonos, dos meeiros, dos assentados rurais, dos

trabalhadores sem-terra – designações mais aproximativas da diversidade de situações socioeconômicas assim abarcadas. (NEVES p.37, 2012).

Para Martins (1987) as múltiplas denominações atribuídas aos camponeses relacionadas às atividades e o modo de vida desenvolvido pelos sujeitos que vivem no campo brasileiro, sempre foi uma ação que ocorreu com frequência por parte do Estado brasileiro que de forma direta e indiretamente contribuiu para criar, propagar e popularizar termos considerado pejorativo e entendido também como preconceito. Termos que na realidade serviram para dificultar a compreensão do sujeito camponês sob a sua identidade de classe social, o que conseqüentemente pode causar divisão interna entre os camponeses, fato que inviabiliza a capacidade de articulação e organização dos mesmos quanto aos seus direitos.

Portanto, os latifundiários e o Estado, entendendo que o termo “camponês” refere-se a uma conceito-classe social, que carrega consigo um histórico de luta e resistência bastante conhecida na Europa entre os séculos XVI e XIX, resolveram adotar a tática de criar e apoiar denominações que desvirtuassem o verdadeiro sentido e a importância desse termo. Pois temiam que os camponeses brasileiros tivessem consciência de classe social próximo ou semelhante às dos camponeses europeus.

Neste sentido, o Estado em pleno governo neoliberalismo (1990 a 1996), pressionado pelo a agricultura capitalista que pretendia expandir cada vez mais o processo de exploração, apropriação e expropriação dos camponeses de suas terras, cumpriu seu papel, criando a lei nº 11.326/2006, lei que conceitua agricultura familiar cujo objetivo é integrar os modos e os meios de produção dos camponeses à agricultura capitalista e ao mesmo tempo enfraquecer e desestruturar as lutas sociais no campo. Isso quer dizer que, sendo agricultura familiar, envolve-se num conjunto de relações entre o Estado, à agricultura capitalista e o capital, de tal maneira que dificulta formas de ação e relações comunitárias de modo que inviabiliza a capacidade de lutas sociais por interesses comuns, há também um forte incentivo na competição com ênfase para os interesses individuais.

Entretanto, há um conjunto de autores que não concordam com a leitura que defende o desaparecimento ou metamorfose do camponês, dentre eles destaque CHAIANOV (1981), MARTINS (1981), OLIVEIRA (1986), NEVES (2012) e CARVALHO (2005). Em sua identificação, CARVALHO (2005) afirma que no campesinato brasileiro se apresenta três tipos de paradigmas que tratam do futuro da propriedade camponesa: o paradigma do fim do campesinato, o paradigma do fim do fim do campesinato e o paradigma da metamorfose do campesinato.

O paradigma do fim do campesinato classifica o campesinato como resquício em vias de extinção, já foi tratado neste ensaio quando se falou da questão agrária na Europa. Segundo Carvalho (2005) este paradigma possui duas leituras, uma se baseia na diferenciação gerada pela renda capitalizada da terra que destrói o campesinato, transformando pequena parte em capitalistas e grande parte em assalariados. E a outra leitura acredita simplesmente na inviabilidade da agricultura camponesa perante a supremacia da agricultura capitalista.

O paradigma do fim do fim do campesinato apontado por Carvalho (2005) entende que a destruição deste pela sua diferenciação não determina o seu fim. Concorde que o capital ao se apropriar da riqueza produzida pelo trabalho da agricultura familiar camponesa, por meio da renda capitalizada pela exploração da terra que gera diferenciação nas relações sociais do campesinato como afirma.

Igualmente, é fato que ao capital interessa a continuação desse processo para o seu próprio desenvolvimento. Em diferentes condições, a apropriação da renda capitalizada da terra é mais interessante ao capital do que o assalariamento. Por essa razão, os proprietários de terra e capitalistas oferecem suas terras em arrendamento aos camponeses ou oferecem condições para a produção nas propriedades camponesas. (CARVALHO, 2005, p. 24).

O autor aponta, ainda, quais seriam as três formas de recriação do campesinato: o arrendamento, a compra da terra e a ocupação da terra. “E assim se desenvolve num constante processo de territorialização e de desterritorialização da agricultura camponesa, ou de destruição e recriação do campesinato” (CARVALHO, 2005, p. 24).

O paradigma da metamorfose do campesinato. Este paradigma apontado por CARVALHO (2005) é o da metamorfose do campesinato em agricultura familiar, defendido por ABRAMOVAY (2007), LAMARCHE (1993) entre outros. Surgiu na última década do século XX.

Essa lógica dualista é processual, pois o camponês para ser moderno precisa se metamorfosear em agricultor familiar. [...] Esse processo de transformação do sujeito camponês em sujeito agricultor familiar sugere também uma mudança ideológica. O camponês metamorfoseado em agricultor familiar perde a sua história de resistência e se torna um sujeito conformado com o processo de diferenciação que passa a ser um processo natural do capitalismo. (CARVALHO, 2005, p. 25).

Neste sentido as diferentes concepções teóricas de compreensão do desenvolvimento do capitalismo no campo podem ser divididas em dois paradigmas: o paradigma do capitalismo agrário e o paradigma da questão agrária.

O paradigma do capitalismo agrário trata-se de um pensamento consensual, que defende a expansão do capitalismo de maneira única e homogênea, uma ideia articulada por um grupo de teóricos ligados RIMISP - Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural vinculado ao Banco Mundial (2005), entende que o futuro do campesinato está na metamorfose do camponês em agricultor familiar. Ou seja, como é inevitável a tendência ao desaparecimento do campesinato, a única possibilidade de sobrevivência ao camponês consiste na transformação dele em agricultor familiar, inserindo-o plenamente no mercado, racionalizando ao máximo a sua produção. Portanto, para esse paradigma, o futuro do campo terá três opções: a inserção do camponês ao mercado, a pluriatividade ou então, políticas compensatórias.

O paradigma da questão agrária é entendido por teóricos ligados CLACSO – Centro Latino Americano de Ciências Sociais vinculado à Via Campesina (2005), defende que a luta pela terra e pela reforma agrária como forma privilegiada de criação e recriação do camponês. O camponês é aquele que luta pela terra. Sem a luta o camponês deixa de existir. Para esse paradigma, a análise da luta camponesa compreende espaço, sujeito e o tempo de forma dialética constatando que, ao aumentar a concentração de terras, aumenta simultaneamente o número de camponeses em luta pela terra no Brasil. Assim, a luta pela terra no Brasil é elemento que está relacionado à história do campesinato movido pela a luta e conflitos entre a territorialidade da agricultura capitalista e a territorialidade da agricultura camponesa.

CAPÍTULO II

2. ESTRURA FUNDIÁRIA, LUTA PELA TERRA E REFORMA AGRÁRIA

2.1 Tocantins, formação e estrutura fundiária

Basicamente o Estado Tocantins se constituiu a partir do artigo 13 das disposições transitórias da Constituição Federal que foi promulgada no dia 5 de outubro de 1988, quando se desmembrou uma porção significativa em termos de área do território do Estado de Goiás, pertencente à região Centro-Oeste do país. O processo para criação de um território autônomo na porção Norte do Estado de Goiás é uma luta política ideológica que existia desde o período colonial.

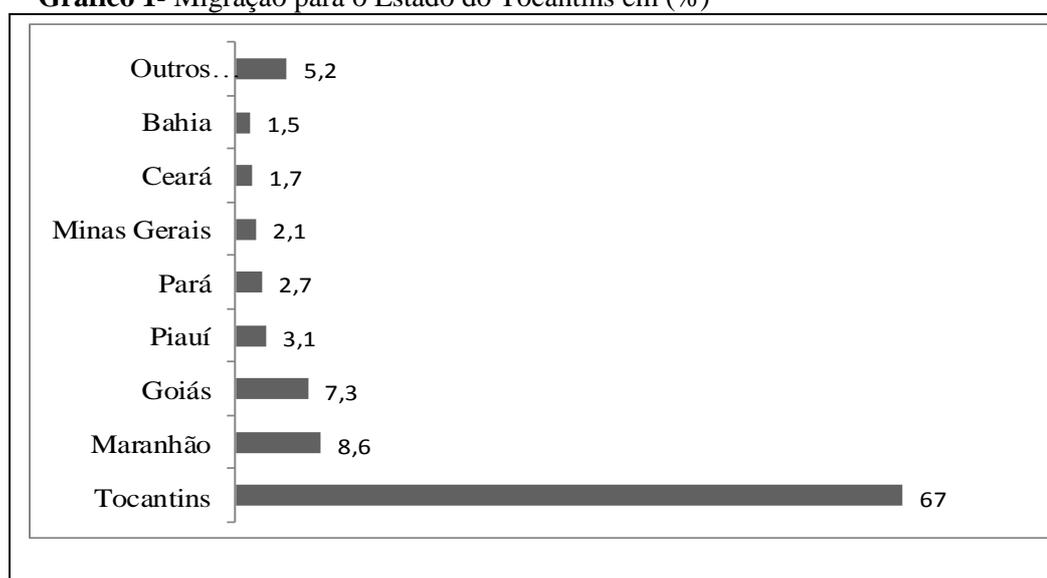
A mobilização popular e política da região norte fizeram com que o governo eleito de Goiás, em 1986, Henrique Santilo, apoiasse a proposta de divisão, passando a ser grande articulador da questão. A efetivação dessas articulações deu-se durante a Assembleia Constituinte, que elaborou a nova Constituição Nacional, promulgando em 1988, e que contemplou a criação do estado do Tocantins, efetivamente, a partir do dia 1º de janeiro de 1989. Em 1988, foi aprovado pela Assembleia Nacional constituinte o projeto de divisão territorial que criou o Estado do Tocantins. A divisão partia do desmembramento da porção norte do estado de Goiás, desde aproximadamente o paralelo 13º, até a região do Bico do Papagaio, na divisa do Estado do Pará e o Maranhão. No entanto, a divisão vinha sendo buscada desde o período colonial. (GOIÁS, 2016, p.01)

No decorrer das discussões relacionadas à criação do Estado do Tocantins, havia também a indefinição política sobre qual região deveria pertencer o novo Estado, continuar na região Centro-Oeste se incorporar à região Norte. Diante desse impasse, venceu a proposta defendia integração junto à região Norte. Uma definição que, segundo opinião pública, foi motivada por interesses político-econômica, sobretudo no que tange as aquisições mais favoráveis de recursos públicos, apoio e incentivos.

Integrado à grande região Norte do país, uma região que já era territorialmente extensa, com a inclusão do Estado do Tocantins, passou a ocupar uma área de 659.637,9 km², o que corresponde a 42,27%, quase metade do território Nacional. Tem um contingente populacional estimada em 16.318.163 habitantes e está composto por sete Estados que são: Pará, Amazonas, Rondônia, Amapá, Macapá, Acre e Tocantins. O Estado do Tocantins ocupa o décimo primeiro lugar em extensão territorial, tem uma área de 277.720,520 km², ocupando 5,3% da área da Amazônia Legal e tem um contingente populacional superior a 1.417.694 habitantes distribuída em 139 municípios (estimativa do IBGE, 2012).

Conhecido como o mais novo Estado da região Norte do país, teve sua formação constituída a partir da contribuição e participação direta proveniente de contribuições de outros Estados, inclusive da própria região Norte. Além da contribuição que variava em torno de 10% da renda de cada Estado que era arrecadado pela União e repassado para estruturação do novo Estado da Federação, receberam também um contingente populacional que por sua vez migraram de outros Estados do país para ajudar povoar o Estado do Tocantins, conforme mostra o gráfico a seguir: (IBGE 2012).

Gráfico 1- Migração para o Estado do Tocantins em (%)



Fonte: NASCIMENTO, 2009 et ali, BARBOSA 2009, p. 44).

Analisando o gráfico, percebe-se que o Estado do Tocantins, em relação aos demais Estados. Um crescimento populacional motivado pelo processo migratório iniciado a partir da década de 1970. Conforme o IBGE (2012), a população tocantinense se encontra assim distribuídas: 67% são tocantinenses natos, o que equivale a 2/3 da população tocantinense com destaque para o Estado do Maranhão com 8.6%, o Estado de Goiás com 7.3%, o Estado do Piauí com 3.1% o Estado do Pará com 2.7%, o Estado de Minas Gerais com 2.1%, o Estado do Ceará com 1.7% o Estado da Bahia com 1.5%, e outros Estados da federação com 5.2%. O gráfico acima mostra que 51% da população afirma ser tocantinense, 33% vieram de outros Estados e 16% informaram que veio dos Estados da região Nordeste. Dessa forma, podemos afirmar que o fator migração se constituiu como um dos elementos que contribuiu para formação do Estado. Outro fator que também contribuiu para formação do Estado, pelo menos no aspecto político institucional e momentâneo, foi à elevação de diversas localidades à categoria de municípios.

O Estado do Tocantins, no decorrer do seu processo de formação, embora tenha recebido muitos habitantes não conseguiu alterar a situação de sua estrutura fundiária do Estado, pelo contrário, à medida que a população foi aumentando, também continuou aumentando os índices de concentração de terra tanto no que se refere ao número de imóveis-propriedades como também as áreas desses imóveis em hectares. Neste sentido, analisando o problema da estrutura fundiária é importante observamos que o conceito de estrutura fundiária se refere ao perfil de distribuição e da concentração de terra numa dada sociedade, (RECLUS, In: ANDRADE, 1985). Neste aspecto a região Norte se destaca como uma porção do território que se constitui em uma área onde, predomina no meio rural diversos tipos de exploração capitalista, dentre os quais destacam: exploração mineral, construção de Barragens para instalação de usinas hidrelétricas, o agronegócio representado pela agricultura patronal, a agroindústria de insumos agrícolas e processamento de produtos. E são esses produtos que se caracterizam como modelo de desenvolvimento capitalista no campo.

Para MARTINS (1997, p.156), estudos abordados por geógrafos nas décadas de 1970-80, apresentam a existência de um conjunto de ações conduzida por um modelo de desenvolvimento representado por diversas faces de reprodução ampliada do capital, sobretudo no meio rural, atinge diretamente os camponeses, causando assim inúmeros impactos que vão desde exploração, apropriação, expropriação dos recursos naturais bem como dos camponeses que vivem no campo.

Esse processo, empreendido pelo capital com apoio do Estado, “Segundo Marx, a propriedade dos meios de produção determina a posição dominante da burguesia no modo de produção capitalista. O modo de produção é, por sua vez, determinante na organização da sociedade”. Neste sentido a exploração da agricultura capitalista no campo, embora envolvendo um número menor de pessoas, tem sido sempre a mais beneficiada pelos órgãos governamentais. Por outro lado, a agricultura camponesa, embora envolva no seu conjunto, um número maior de pessoas é a que recebe menos benefícios governamentais, onde a classe social dos latifundiários, juntamente com uma parte significativa da burguesia, controla, de acordo com os seus interesses, além dos meios de produção, também o processo produtivo.

Um dos meios de produção mais importante em disputa no campo, é a terra, que se encontra sob controle ferrenho de duas classes sociais, de um lado os latifundiários, (empresas e bancos) controladores da agricultura da capitalista e do outro lado, os camponeses. O primeiro grupo sempre teve a seu favor as condições para garantir o predomínio da concentração de terra, ou seja, a produção e reprodução dos latifúndios nas mãos de poucas

peessoas. Já os camponeses, além da histórica dificuldade de terem acesso a terra, quando conseguem, há um conjunto de forças adversas envolvendo o Estado, agricultura capitalista e o latifúndio, que explora e expropria os camponeses de suas terras, conforme as tabelas a seguir, produzidas pelo DATALUTA (2015), referente à estrutura fundiária brasileira registrada entre os anos de (1998 e 2003), (2010 e 2011) e (2012 e 2014) mostrando que a concentração da propriedade da terra além de se manter no decorrer desses anos, ainda continua aumentando.

Para melhor entender o processo da estrutura fundiária ocorrida no Estado do Tocantins, apresentado nas tabelas (1) abaixo e nas tabelas (2 e 3) a seguir, das quais descrevo mais especificamente esse processo e seus resultados a começar abordando os anos de 1998 e 2003.

Tabela 1- Brasil. Estrutura fundiária 1998 e 2003.

REGIÃO/UF	1998				2003			
	Total de Imóveis	%	Área total (hac)	%	Total de Imóveis	%	Área total (hac)	%
NORTE	2.255.520	6,3	93.013.658,0	22,4	345.339	8,1	90.156.765,0	21,5
AC	13.267	0,4	5.244.582,8	1,3	19.980	0,5	4.176.064,6	1,00
AM	36.182	1,0	17.190.488,6	4,1	57.059	1,3	11.180.633,5	2,7
AP	5.406	0,2	1.188.688,7	0,5	9.235	0,2	1.364.496,5	0,3
PA	73.218	2,0	38.019.689,8	9,2	111.820	2,6	40.095.952,0	9,6
RO	43.453	1,2	6.557.893,8	1,6	67.328	1,6	8.227.026,1	2,0
RR	15.884	0,4	5.188.083,80	1,3	24.424	0,6	3.853.122,5	0,9
TO	38.110	1,1	18.931.230,3	4,6	55.493	1,3	21.259.467,1	5,1
NORDESTE	1.007.819	28,1	79.723.554,0	19,2	1.207.064	28,1	84.632.098,0	20,2
AL	35.924	1,00	1.297.714,7	0,3	40.770	0,1	1.412.876,0	0,3
BA	381.825	10,7	30.550.947,9	7,4	477.902	11,4	31.003.684,3	7,4
CE	120.214	3,4	8.375.460,7	2,0	131.003	3,1	8.215.658,6	2,0
MA	63.114	1,8	15.336.605,9	3,7	87.979	2,1	17.624.568,2	4,2
PA	98.888	2,8	3.643.608,7	0,9	102.061	2,4	3.549.763,2	0,9
PE	124.751	3,5	4.705.910,6	1,1	148.931	3,5	5.381.928,7	1,3
PI	90.331	2,5	11.481.562,2	2,8	106.480	2,5	12.737.653,6	3,0
RN	42.007	1,2	3.005.648,6	0,7	47.432	1,1	3.125.564,8	0,8
SE	50.765	1,4	1.326.087,7	0,3	64.515	1,50	1.580.400,3	0,4
CENTRO - OESTE	275.905	7,7	132.732.287,0	31,9	335.100	7,8	133.118.666,0	31,8
DF	6.653	0,2	205.357,9	0,1	8.601	0,20	245.326,5	0,1
GO	116.683	3,3	27.320.410,9	6,6	142.002	3,3	29.726.702,4	7,10
MS	94.712	2,6	72.814.441,7	17,5	115.526	2,7	70.388.184,2	16,8
MT	57.857	1,6	32.392.076,2	7,80	68.971	1,6	32.758.452,4	7,8
SUDESTE	945.961	26,4	66.361.007,0	16,0	1.158.037	27,0	68.856.373,0	16,5
ES	73.131	2,0	3.627.478,6	0,9	94.474	2,20	3.908.043,5	0,9
MG	515.980	14,4	40.661.687,9	9,8	617.571	14,4	41.836.348,7	10,00
RJ	56.112	1,6	2.415.906,4	0,6	73.029	1,70	2.785.533,8	0,7
SP	300.518	8,4	19.655.934,0	4,7	372.963	8,7	20.326.446,8	4,9
SUL	1.131.320	31,5	43.718.380,0	10,5	1.124.991	29,0	41.719.431,0	10,0
PR	400.518	11,2	11,2	3,9	439.900	10,3	15.758.525,5	3,8
RS	492.303	13,7	13,7	4,9	530.429	12,4	18.737.783,4	4,5
SC	238.499	6,7	6,7	1,7	274.662	6,40	7.222.895,00	1,7
BRASIL	3.586.525	100	100	100	4.290.531,00	100	418.483.332,3	100

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2015. www.fct.unesp.br/nera.

Conforme a tabela (1) na página anterior apresenta os dados relacionados ao total de número de imóveis registrado pelo INCRA em 1998 no Estado do Tocantins que chegava a 38.110 propriedades o que representa, em relação à região Norte 1,1%, especializadas numa área de 18.931.230,3 hectares o que representava em relação à região Norte 4,6% do total de área da região. Já o ano de 2003, os dados relacionados ao número de imóveis no Estado apresentavam um total de 55.493 propriedades o que representava em relação à região Norte 1,3% distribuídas numa área 21.259.467,1 hectares o que representava, em relação à região Norte 5,1% do total de área da região. Ao analisar os dados da quantidade de imóveis identifica-se uma diferença de 31,3% entre esses anos. Ao analisamos também os dados das áreas dos imóveis registrados em 1998 e 2003 identifica-se uma diferença de 10,9% entre esses anos.

Dando continuidade à discussão, apresento a tabela (2) abaixo, continuando a seguir, se refere à estrutura fundiária Nacional registrada em 2010 e 2011, onde nos mostra a situação da estrutura fundiária ocorrida durante os respectivos anos.

Tabela 2 – Brasil. Estrutura fundiária 2010 e 2011.

REGIÃO/UF	2010				2011			
	Total de Imóveis	%	Área total (hac)	%	Total de Imóveis	%	Área total (hac)	%
NORTE	409.067	7,9	171.600.897,3	30,0	419.599	7,8	177.577.758,3	30,1
AC	24.479	0,5	7.864.733,6	1,4	25.046	0,5	7.724.573,2	1,3
AM	63.890	1,2	30.734.350,0	3,4	65.046	1,2	32.802.573,3	5,6
AP	9.631	0,2	3.056.995,4	0,5	9.725	0,2	3.069.250,7	0,5
PA	132.935	2,6	62.146.157,7	10,9	135.623	2,5	61.924.301,2	10,5
RO	83.796	1,6	30.750.288,8	5,4	87.269	1,6	30.613.159,0	5,2
RR	25.653	0,50	10.877.830,2	1,90	26.005	0,5	14.694.754,9	2,5
TO	68.683	1,3	26.170.541,6	4,6	70.658	1,3	26.724.044,2	4,5
NORDESTE	1.441.786	27,8	110.137.304,4	19,3	1.487.602	21,8	113.161.784,2	19,2
AL	44.470	0,9	1.547.952,0	0,3	45.518	0,9	1.598.562,3	0,3
BA	561.682	10,8	40.801.952,0	7,1	577.131	10,8	41.557.371,7	7,0
CE	167.636	3,2	9.251.814,1	1,6	174.516	3,3	9.830.809,3	1,7
MA	121.518	2,4	25.084.396,3	4,4	126.485	2,4	25.702.429,6	4,4
PA	115.813	2,2	4.460.778,8	0,8	119.375	2,2	4.566.837,39	0,8
PE	171.316	3,3	6.135.634,2	1,1	176.069	3,3	6.291.989,0	1,1
PI	124.809	2,4	17.565.776,4	3,1	129.293	2,4	18.185.611,0	3,1
RN	55.058	1,1	3.502.087,5	0,6	56.580	1,1	3.595.601,4	0,6
SE	79.484	1,5	1.787.695,5	0,3	82.635	1,5	1.832.572,3	0,3
CENTRO - OESTE	417.859	8,1	158.015.829,0	27,6	432.433	8,1	165.390.986,9	28,00
DF	10.362	0,20	337.856,0	0,1	10.586	0,29	346.029,4	0,1
GO	185.646	3,6	34.106.807,6	6,0	194.209	3,6	34.863.339,8	5,90
MS	143.049	2,8	89.664.807,6	15,7	146.758	2,7	89.900.347,5	15,2
MT	78.802	1,5	33.906.329,3	5,9	809.980	1,5	40.281.270	6,8
SUDESTE	1.410.504	27,2	80.331.536,6	14,1	1.4647.603	27,4	82.047.601,5	13,9
ES	123.017	2,4	4.898.952,6	0,9	127.011	2,4	4.426.914,0	0,8

MG	773.670	14,9	50.298.279,6	8,80	816.526	15,2	51.881.730,2	8,8
RJ	87.370	1,7	3.227.307,3	0,6	90.004	1,7	3.740.628,3	0,6
SP	426.447	8,2	21.906.997,2	3,8	434.062	8,10	21.998.339,0	3,7
SUL	1.502.429	29,00	51.655.352,1	9,0	1.594.188	28,9	52.538.744,5	8,9
PR	514.632	9,9	18.812.316,0	3,3	524.711	9,80	19.071.013,8	3,2
RS	647.552	12,5	23.953.384,4	4,2	674.552	12,6	24.604.504,9	4,2
SC	340.245	6,6	8.889.651,7	1,6	350.241	6,5	8.836.225,8	1,50
BRASIL	5.181.645	100	571.740.919,4	100	5.356.425	100	590.716.875,3	100

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2015. www.fct.unesp.br/nera

A tabela (2) iniciado na página (43) anterior, nos mostra que os dados relacionados ao quantitativo do número de imóveis registrados pelo INCRA em 2010 no Estado do Tocantins soma um total de 68.683 imóveis o que representava, em relação à região Norte 1,3%, situadas numa área de 26.170,541,6 hectares o que representava em relação à região Norte 4,6 % do total de área da região. Já o ano de 2011, os registros relacionados ao número imóveis no Estado, representava um total de 70.658 propriedades o que soma em relação à região Norte 1,3% distribuídas numa área de 26.724,044,2 hectares o que representava, em relação à região Norte 4,5% do total de área da região. Ao observamos os dados sob a quantidade de imóveis relacionados a 2010 e 2011, identificamos uma diferença de 2,9%. Diante desta análise, observamos também que os dados das áreas dos imóveis registrados em 2010 e 2011 constata-se uma diferença de 2,7%.

Os dados da tabela (3) abaixo continuando a seguir, referente à estrutura fundiária Nacional em 2012 e 2014, nos mostra que a situação da concentração da terra no Tocantins está em constante crescimento.

Tabela 3- Brasil. Estrutura fundiária 2012 e 2014.

REGIÃO/UF	2012				2014			
	Total de Imóveis	%	Área total (hac)	%	Total de Imóveis	%	Área total (hac)	%
NORTE	432.713	7,9	182.468.381,6	30,6	491.928	8,0	244.933.667	33,1
AC	25.901	0,5	8.748.328,8	1,5	27.953	0,5	11.614.214,7	1,6
AM	67.012	1,2	32.922.933,9	5,5	73.201	1,2	44.979.143,7	6,1
AP	9.784	0,2	3.083.734,7	0,5	11.030	0,2	11.555.752,6	1,6
PA	138.252	2,5	64.382.829,7	10,8	156.905	2,5	94.237.522,2	12,7
RO	92.661	1,7	31.112.077,0	5,2	115.016	1,6	35.219.705,7	4,8
RR	26.801	0,5	15.493.043,5	2,6	28.895	0,5	17.333.180,7	2,3
TO	72.302	1,3	26.725.434,1	4,5	78.928	1,3	29.994.147,8	4,1
NORDESTE	1.532.395	27,9	116.502.914,3	19,5	1.800.024	29,3	155.820.352	21
AL	46.734	0,8	1.673.572,8	0,3	53.265	0,9	1.936.360,4	0,3
BA	588.887	10,7	42.270.340,7	7,1	677.124	11,0	49.167.635,4	6,6
CE	182.177	3,3	10.739.760,1	1,8	244.693	4,0	12.548.988,6	1,7
MA	133.232	2,4	26.551.255,0	4,4	158.392	2,6	49.690.047,4	6,7
PE	122.584	2,2	4.313.874,9	0,7	137.918	2,2	4.780.649,0	0,6
PI	181.145	3,3	6.466.568,6	1,1	212.729	3,5	8.197.309,6	1,1

PI	134.771	2,5	18.895.387,6	3,2	151.878	2,5	22.806.551,9	3,1
RN	57.757	1,1	3.716.547,2	0,6	67.437	1,1	4.483.001,2	0,6
SE	85.108	1,5	1.875.607,4	0,3	96.588	1,6	2.209.809,0	0,3
CENTRO - OESTE	444.605	8,1	161.377.235,5	27,0	500.221	8,1	188.641.652	25,5
DF	10.797	0,2	355.634,1	0,1	12.015	0,2	421.760,1	0,1
GO	201.228	3,7	35.289.440,9	5,9	225.939	3,7	42.528.849,8	5,7
MS	149.743	2,7	91.478.969,5	15,3	168.567	2,7	106.911.008,8	14,4
MT	82.837	1,5	34.253.190,9	5,7	93.700	1,5	38.780.033,6	5,2
SUDESTE	1.511.986	27,5	83.282.993,6	13,9	1.656.571	27,0	92.845.261	12,5
ES	130.334	2,4	4.457.224,9	0,7	143.570	2,3	4.802.920,5	0,6
MG	201.228	15,4	53.070.267,2	8,9	941.209	15,3	59.158.381,2	8,0
RJ	848.443	1,7	3.573.573,9	0,6	101.987	1,7	5.316.664,8	0,7
SP	82.837	8,0	22.181.927,6	3,7	469.805	7,7	23.567.294,8	3,2
SUL	1.576.752	28,7	53.387.283,8	8,9	1.691.374	27,5	58.160.713	7,9
PR	532.840	9,7	19.410.967,8	3,3	567.927	9,2	21.508.014,4	2,9
RS	689.075	12,5	25.056.377,3	4,2	749.222	12,2	27.097.904,3	3,7
SC	354.837	6,5	8.919.938,8	1,5	374.225	6,1	9.554.793,8	1,3
BRASIL	5.498.451	100,0	597.018.808	100	6.140.118	100	740.401.646	100

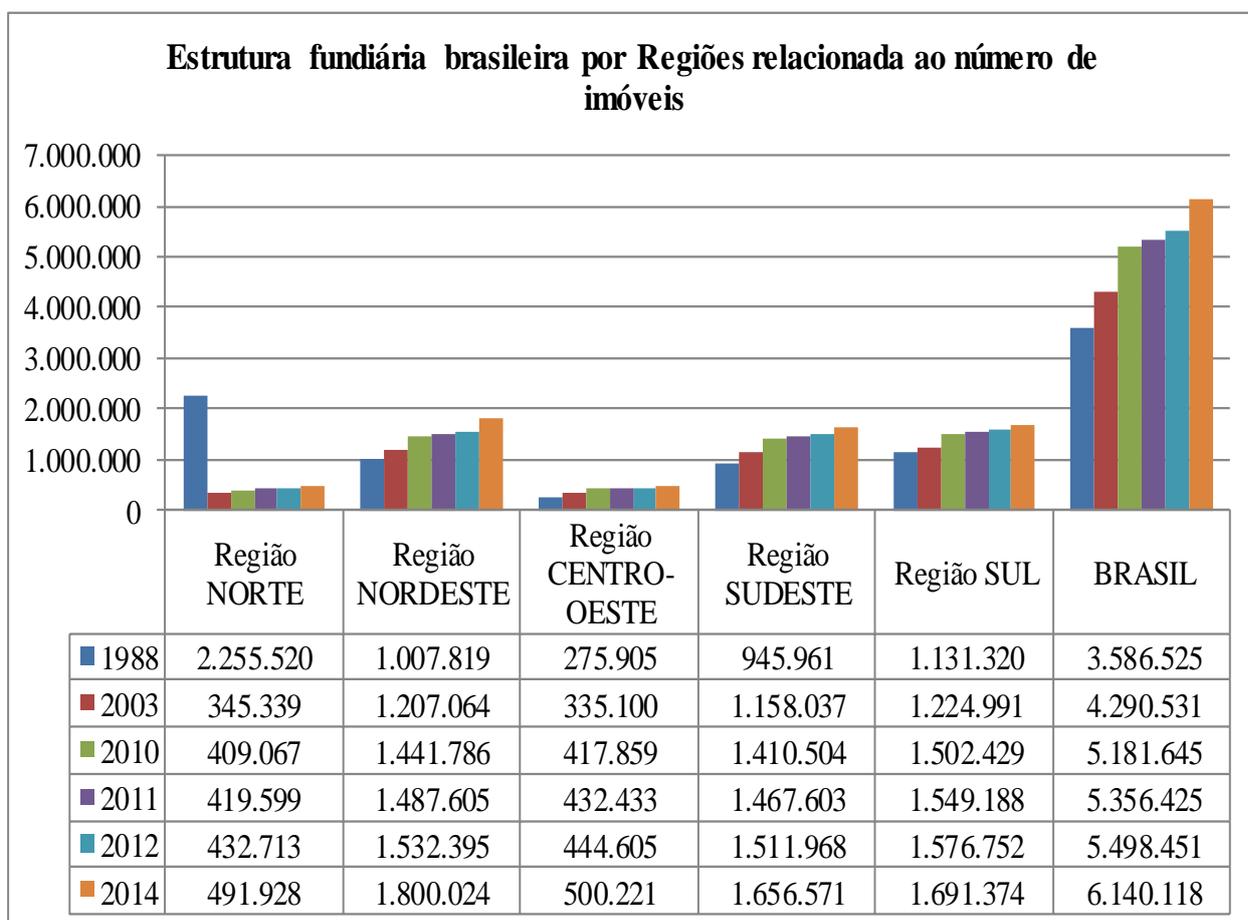
Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2015. www.fct.unesp.br/nera

Podemos perceber que a tabela (3) iniciada na página (44) anterior, mostra que os dados relacionados à quantidade de imóveis registrados pelo INCRA em 2012 no Estado do Tocantins somam um total de 72.302 propriedades o que representa em relação à região Norte 1,3%, situadas numa área de 26.725.434,1 hectares o que representava em relação à região Norte 4,5% do total de área da região. Já o ano de 2014, os dados relacionados ao número de imóveis no Estado, apresenta um total de 78.928 propriedades o que soma em relação à região Norte 1,3% especializadas numa área de 29.994.147,8 hectares o que representa em relação à região Norte 4,1% do total de área da região. Ao observamos os dados sob a quantidade de imóveis relacionados a 2012 e 2014, identificamos uma diferença de 8,4% entre esses anos. Se analisarmos também os dados das áreas dos imóveis registrados em 2012 e 2014 identificamos uma diferença de 10,9% entre esses anos.

2.2 Estrutura fundiária brasileira por regiões relacionadas ao número de imóveis rurais bem como as áreas dos imóveis por ano.

A análise da estrutura fundiária brasileira, destacada a partir das cinco grandes regiões compreendendo a região Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país, apresentando a quantidade do número de imóveis ou propriedades sistematizadas e relacionados de acordo com os anos (1998, 2003, 2010, 2011, 2012 e 2014) gráfico (2) a seguir:

Gráfico 2: Brasil- Estrutura Fundiária por regiões - número de imóveis rurais por ano- 1998, 2003, 2010, 2011, 2012 e 2014.



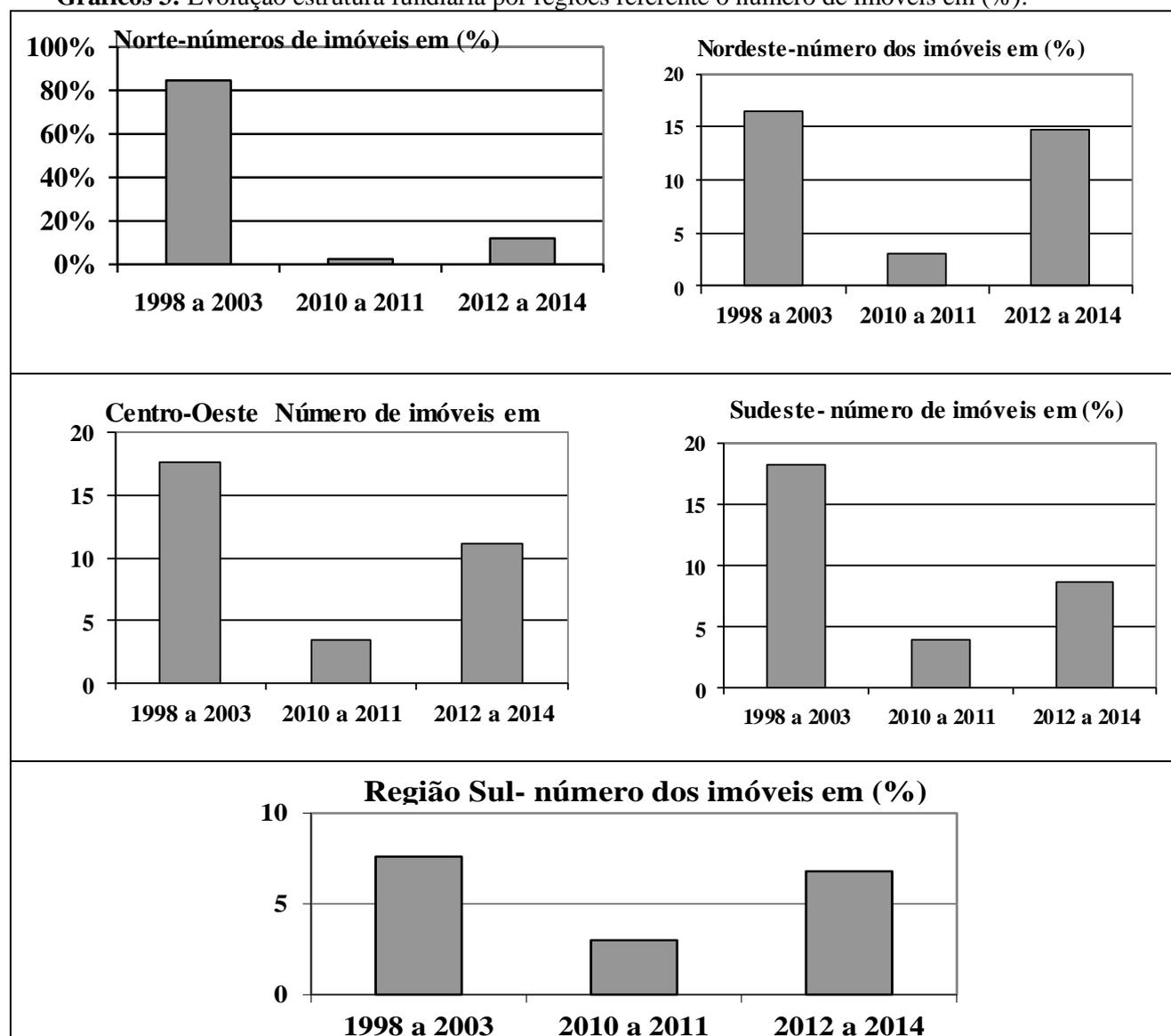
Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2015. Organizado pelo autor, 2016.

As descrições das regiões relacionadas aos respectivos anos acima mencionados apresentam um conjunto de informações sob o número e imóveis de cada região levantados. Nas descrições do gráfico acima é possível identificarmos um aumento gradativo na quantidade de imóveis ocorridos no decorrer dos (6) seis anos conforme mostra a tabela do gráfico acima.

Evolução da estrutura fundiária por regiões sob a quantidade do número de imóveis rurais

Para melhor analisarmos e termos uma base mais clara sobre os reflexos dos dados relacionados à quantidade do número de imóveis por regiões descritas em cada ano, sistematizado a partir dos dados onde estabelece a diferença por a proximidade entre os anos de (1998 a 2003), (2010 a 2011) e (2012 a 2014), dos quais passo a denominar como período o intervalo de tempo entre anos conforme os gráficos a seguir:

Gráficos 3: Evolução estrutura fundiária por regiões referente o número de imóveis em (%).



Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2015. Organizado pelo autor, 2016.

Nos gráficos (3) acima, podemos perceber que em todas as regiões do país houve aumento na quantidade do número de imóveis ou propriedades rurais. Neste sentido destaco as diferenças ocorridas entres os períodos de (1998 a 2003), (2010 a 2011) e (2012 a 2014) dos anos descritos de acordo a quantidade do número de imóveis rurais de cada região. Neste sentido temos a região Norte do país gráfico (3) acima, onde registra uma diferença 1.910.181 imóveis rurais entre (1998 e 2003) que corresponde 84,7 %, ou seja, de 1998 para 2003 houve uma redução do número de imóveis rurais. Em relação a esse fato, tudo indica que até o ano de 1998 poderia existir um número significativo de imóveis rurais ou poderia existir muitas informações incorretas ou desatualizadas juntos às instituições dos órgãos oficiais, pois é somente nessa região que apresenta uma disparidade de dados tão alarmante. Entretanto, se analisamos as características ainda que empíricas da região Norte, podemos atribuir essas

duas hipóteses, a primeira da existência de muitas propriedades rurais (muitos camponeses no campo) e a segunda hipótese é a da existência de muitas informações e dados incorretos nas instituições dos órgãos oficiais. No geral, essa região, sobre tudo no período de 1998 a 2003 de acordo com os dados, houve um índice extremamente alto de extinção de imóveis rurais, o que representa concentração de terra na mão de poucas pessoas.

Em relação ao período de (2010 a 2011) gráfico (3) na página (47) temos uma diferença de 10.532 imóveis o que representa um aumento no número de imóveis-propriedade rurais em 2,5%. Já em relação ao período de (2012 a 2014), temos uma diferença de 59.215 imóveis rurais que representa um aumento de 12,0%. Sob esses dois últimos períodos, os dados mostram um aumento de 7,2% em média, confirmando aumento do número de imóveis rurais.

A região Nordeste do país gráfico (3) página (47), observando o período de (1998 a 2003) apresenta uma diferença de 199.245 imóveis rurais o que representa um aumento 16,5%. O período de (2010 a 2011) mostra uma diferença de 45.819 imóveis rurais o que representa um aumento no número de 3,0%. Em seguida, vêm o período de (2012 a 2014) com uma diferença de 267.826 imóveis rurais, o que representa um aumento de 14,9%. Como podemos perceber, a região Nordeste, no decorrer desses três períodos ocorreu um aumento do número de imóveis rurais em 11,4% em média.

A região Centro-Oeste, analisando os dados sob (1998 a 2003) gráficos (3) página (47) temos uma diferença de 59.195 imóveis rurais, o que representa um aumento de 17,7%. O período de (2010 a 2011), apresenta uma diferença de 14.574 imóveis rurais o que representa um aumento de 3,4%. Em seguida, vem o período de (2012 a 2014) com uma diferença de 55.616 imóveis rurais, o que representa um aumento de 11,1%. Como podemos analisar a região Nordeste, no decorrer dos três períodos houve aumento do número de imóveis rurais de 10,7% em média.

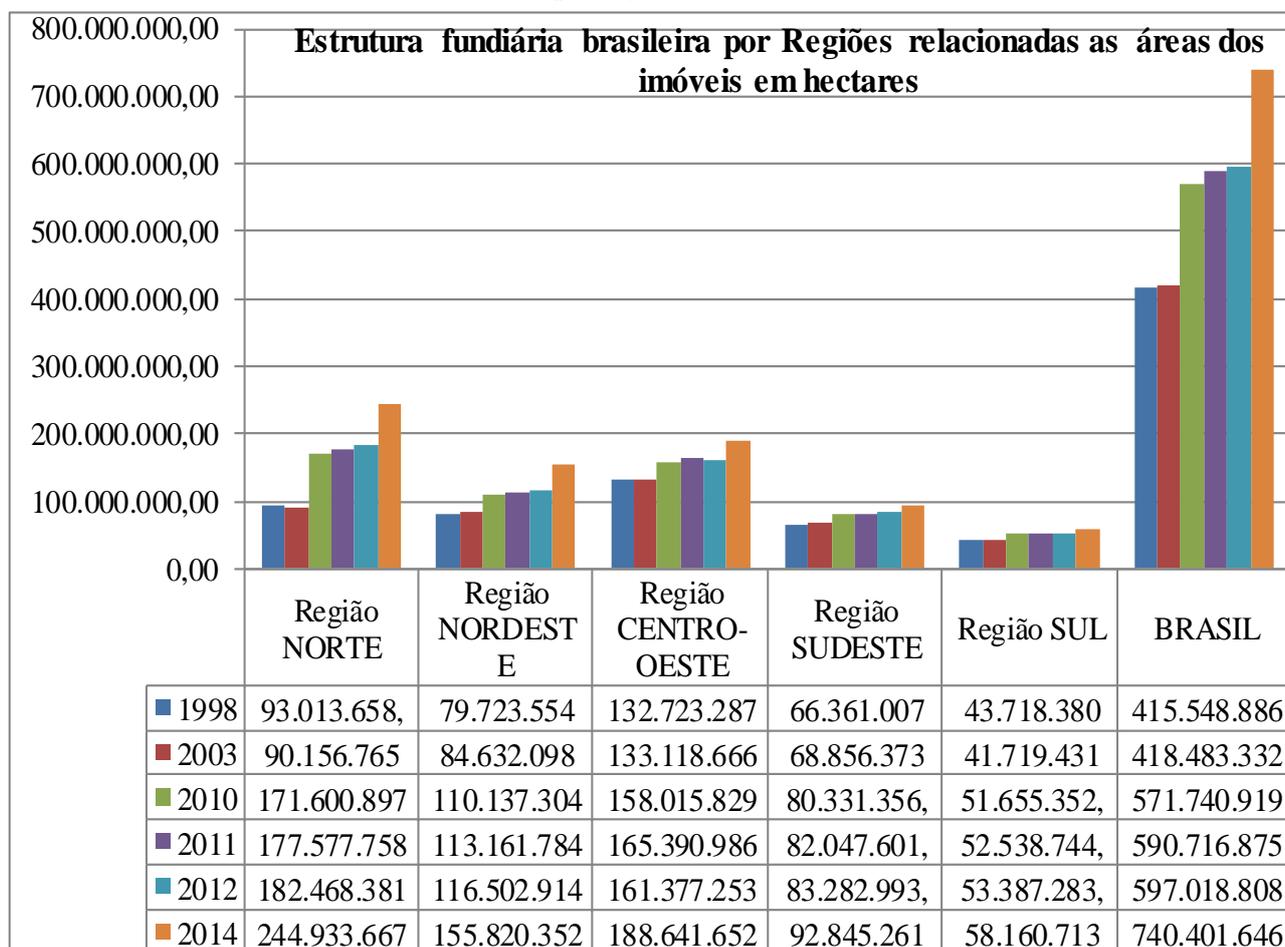
A região Sudeste do país gráfico (3) página (47), observando o período (1998 a 2003) apresenta uma diferença de 212.076 imóveis rurais, o que representa um aumento de 18,3%. O período de (2010 a 2011) gráfico (3) na página (47), apresenta uma diferença de 57.099 imóveis rurais, o que representa um aumento de 3,9%. Já o período de (2012 a 2014), temos uma diferença de 144.603 imóveis rurais, o que representa um aumento de 8,7%. Em relação a esses três períodos, se confirma aumento do número de imóveis rurais de 10,3% em média.

Já a região Sul do país, gráficos (3) página (47), analisando o período de (1998 a 2003) apresenta uma diferença de 93.671 imóveis rurais o que representa um aumento de 7,6%. O período de (2010 a 2011) gráfico página (47), temos uma diferença de 46.759 imóveis rurais, o que representa um aumento de 3,0%. Já o período de (2012 a 2014), temos uma diferença de 114.622 imóveis rurais, o que representa um aumento de 6.8%. De acordo os três períodos analisados, compreende-se que tivemos um aumento do número de imóveis rurais de 5,9% em média.

Estrutura fundiária brasileira por regiões relacionadas as áreas dos imóveis rurais.

A análise da estrutura fundiária brasileira, destacada a partir das cinco grandes regiões compreendendo a região Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país, apresentando a quantidade das áreas dos imóveis ou propriedades rurais sistematizadas de acordo com os anos (1998, 2003, 2010, 2011, 2012 e 2014) gráfico a abaixo:

Gráfico 4: Estrutura fundiária brasileira por regiões- áreas dos imóveis rurais em hectares.



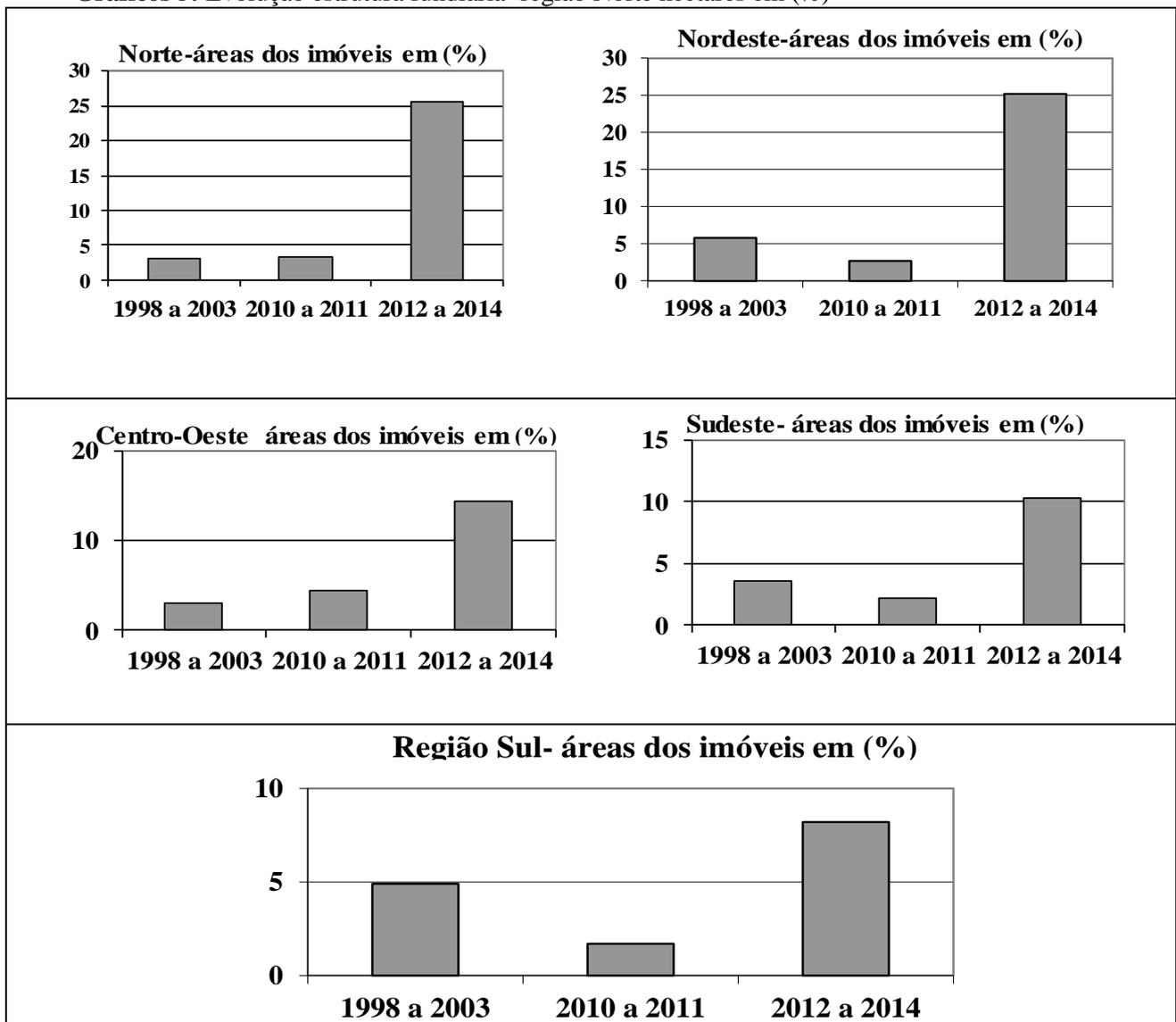
Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2015. Organizado pelo autor, 2016.

As descrições das regiões relacionadas aos anos na tabela do gráfico (4) da página anterior mostra um conjunto de informações sob as áreas dos imóveis rurais de cada região descritas. Através dos dados é possível identificarmos um aumento gradativo das áreas dos imóveis rurais ocorridos no decorrer dos seis anos.

Evolução da estrutura fundiária por regiões relacionadas as áreas dos imóveis rurais

Para analisarmos os dados relacionados às áreas dos imóveis rurais de acordo com as regiões descritas em cada período sistematizado conforme os anos onde apresento a diferença das áreas dos imóveis rurais entre os anos (1998 a 2003), (2010 a 2011) e (2012 a 2014), de acordo os gráficos (5) abaixo:

Gráficos 5: Evolução estrutura fundiária -região Norte hectares em (%)



Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2015. Organizado pelo autor, 2016.

Nos gráficos (5) da página anterior, podemos perceber que em todas as regiões do país houve aumento na quantidade de áreas dos imóveis ou propriedades rurais. Neste sentido destaco as diferenças ocorridas entres os intervalos ou períodos de (1998 a 2003), (2010 a 2011) e (2012 a 2014) dos anos descritos de acordo a áreas dos imóveis rurais de cada região.

A região Norte do país, gráfico (5) da página anterior, mostra uma diferença 2.856.893 hectares nas áreas dos imóveis rurais entre (1998 e 2003) que corresponde 3,0% negativo, ou seja, de 1998 para 2003 houve uma redução nas áreas dos imóveis rurais. Esse fato indica que até o ano de 1998 poderia existir mais áreas nos imóveis rurais ou registro de dados incorretos nas instituições dos órgãos oficiais, pois somente nessa região e neste período é que apresenta disparidade nos dados. No geral, essa região, sobre tudo no período de 1998 a 2003, apresenta diminuição nas áreas dos imóveis rurais. Os anos de (2010 a 2011) mostra uma diferença de 5.976.861 hectares nas áreas dos imóveis rurais o que representa um aumento de 3,3%. Já em relação ao período de (2012 a 2014) temos uma diferença de 62.465.286 hectares nas áreas dos imóveis rurais, o que representa um aumento de 25,5% o que demonstra que houve aumento nas áreas dos imóveis rurais de 10,6% em média.

A região Nordeste do país gráfico (5) da página anterior, observado os anos (1998 a 2003) apresenta uma diferença de 4.908.544 hectares nas áreas dos imóveis rurais o que representa um aumento 5,8%. O período de (2010 a 2011) mostra uma diferença de 3.024.480 hectares nas áreas dos imóveis rurais o que representa um aumento de 2,7%. No período de (2012 a 2014) apresenta uma diferença de 39.317.438 hectares nas áreas dos imóveis rurais o que representa um aumento de 25,2%. Como podemos ver, a região Nordeste, ocorreu no decorrer dos três períodos, aumento nas áreas dos imóveis rurais de 11,2% em média.

A região Centro-Oeste analisado o período de (1998 a 2003) gráfico (5) da página anterior página, temos uma diferença de 395.379 hectares nas áreas dos imóveis rurais o que representa um aumento de 0,3%. O período de (2010 a 2011) apresenta uma diferença de 7.375.157 hectares nas áreas dos imóveis o que representa um aumento de 4,4%. Em seguida temos o período de (2012 a 2014) com uma diferença de 27.264.399 hectares nas áreas dos imóveis o que representa um aumento de 14,4%. Conforme os dados dos três períodos, percebemos que na região Centro-Oeste, tivemos aumento nas áreas dos imóveis rurais de 6,3% em média.

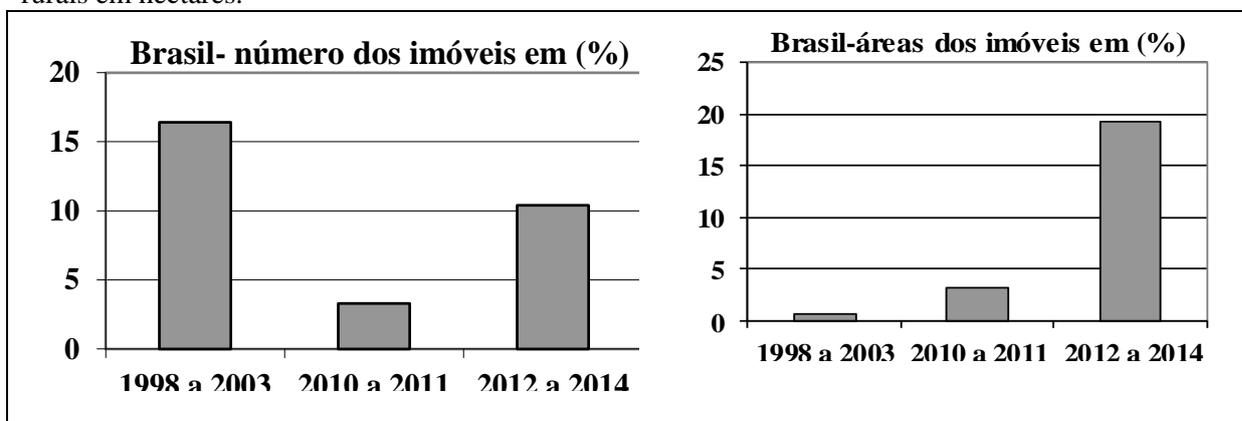
A região Sudeste do país gráfico (5) da página anterior, o período de (1998 a 2003) apresenta uma diferença de 2.495.366 hectares nas áreas dos imóveis rurais o que representa um aumento 3,6%. No período de (2010 a 2011) apresenta uma diferença de 1716245

hectares nas áreas dos imóveis o que representa um aumento de 2,1%. Já o período no (2012 a 2014) temos uma diferença de 9.562.268 hectares nas áreas dos imóveis o que representa um aumento de 10,3%. De acordo com os dados dos três períodos, percebemos que na região Sudeste, teve aumento nas áreas dos imóveis rurais de 5,3% em média.

Já a região Sul do país gráfico (5) página (50), analisando o período de (1998 a 2003) apresenta uma diferença de 1.998.949 hectares nas áreas dos imóveis rurais, o que representa uma redução de 4,6%. O período de (2010 a 2011) apresenta uma diferença de 883.392 hectares nas áreas dos imóveis rurais, o que representa um aumento 1,7%. E no período de (2012 a 2014) temos uma diferença de 4.773.430 hectares nas áreas dos imóveis rurais, o que representa um aumento de 8,2%. Conforme os dados dos três períodos, compreende-se que na região Sul teve um aumento nas áreas dos imóveis rurais de 4,8% em média.

Os dados relacionados ao número de imóveis rurais e as áreas desses imóveis das grandes regiões do país, mostra que no Brasil há uma contradição entre o número de imóveis rurais e as áreas dos imóveis rurais conforme os gráficos abaixo:

Gráficos 6: Brasil. Evolução da estrutura fundiária por número de imóveis e por áreas dos imóveis rurais em hectares.



Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2015. Organizado pelo autor, 2016.

Os gráficos acima mostram que no Brasil o número de imóveis rurais no período de (1998 a 2003) apresenta uma diferença de 704.006 imóveis rurais, o que representa um aumento de 16,4%. O período de (2010 a 2011) apresenta uma diferença de 174.780 imóveis rurais, o que representa um aumento 3,2%. E no período de (2012 a 2014) temos uma diferença de 641.667imóveis rurais, o que representa um aumento de 10,4%. Conforme os dados dos três períodos compreende-se que tivemos um aumento no número de imóveis rurais de 10% em média.

O gráfico acima mostra que no Brasil as áreas dos imóveis no período de (1998 a 2003) apresenta uma diferença de 2.934.446 hectares nas áreas dos imóveis rurais, o que

representa um aumento de 0,7%. O período de (2010 a 2011) apresenta uma diferença de 18.975.956 hectares nas áreas dos imóveis rurais, o que representa um aumento 3,2%. E o período de (2012 a 2014) apresenta uma diferença de 143.382.838 hectares nas áreas dos imóveis rurais, o que representa um aumento de 19,3%. Conforme os dados dos três períodos apresenta-se um aumento nas áreas dos imóveis rurais de 7,3% em média.

A análise dos gráficos da página anterior relacionados à evolução do número de imóveis rurais e também das áreas dos referidos imóveis, apresentam de acordo com as informações elementos que nos permitem afirmar que a concentração da estrutura fundiária está ocorrendo em dupla ação, ou seja, tanto em relação ao número de imóveis rurais como em relação às áreas dos imóveis. Embora a percepção sob a afirmação de que o aumento do número de imóveis rurais também esteja relacionado à concentração da estrutura fundiária brasileira esteja implícito, porém quando correlacionado com o aumento das áreas dos imóveis rurais vemos que a concentração de terra continua crescendo. Diante desta situação, tudo indica que o aumento do número de imóveis rurais em sua grande maioria, esteja relacionado à regularização de terras públicas apropriadas irregularmente por latifundiários as quais o próprio Estado vem procurando promover a regularização da grilagem de terra.

{...o governo do PT da DS (Democracia Socialista) no MDA/INCRA parecia que não tinha mais limite, pois, Luiz Inácio e Cassel, descaradamente, em nome da reivindicação da base aliada, transformaram (plagiaram) o projeto de lei do deputado Asdrúbal Bentes, na Medida Provisória nº 422 de 25/03/2008. Seu texto seguindo o caminho da "MP do Bem", também alterou novamente a Lei nº 8.666/93, permitindo a dispensa de licitação para alienar os imóveis públicos da União até 15 módulos fiscais (1.500 hectares) dando preferência aos seus grileiros. Esta MP foi aprovada pelo Congresso Nacional e transformada na Lei nº 11.763 de 01/08/2008. (OLIVEIRA, AGRÁRIA, São Paulo, N°. 12, pp. 3-113, 2010).

Como exemplo desta ação temos o Programa Terra Legal, ligados ao MDA/INCRA criado exclusivamente para desempenhar esse papel na Amazônia Legal.

2.3 Estrutura fundiária brasileira por classe de áreas e número de imóveis

Complementando a discussão sob a estrutura fundiária brasileira, apresentamos também uma análise sob as Classes de áreas por número de imóveis baseado no índice de Gini conforme tabela abaixo continuando na página a seguir:

Tabela 4: Brasil. Estrutura fundiária entre 1998 a 2003, por Classe de áreas e por número de imóveis.

Classe de Área (há)	1998		2003	
	Nº de	Área (há)	Nº de	Área (há)

	Imóveis		Imóveis	
Total	3.586.525	362.376.956,70	4.290.531	418.439.923,20
Menos de 1	68.512	35.181,90	81.995	43.409,10
1 a menos de 2	118.926	160.875,80	141.481	191.005,50
2 a menos de 5	440.708	1.483.892,60	559.841	1.874.158,80
5 a menos de 10	515.823	3.737.828,60	626.480	4.530.025,20
10 a menos de 25	939.198	15.265.972,30	1.109.841	18.034.512,20
25 a menos de 50	573.408	20.067.945,60	693.217	24.266.354,60
50 a menos de 100	403.521	27.902.893,30	485.956	33.481.543,20
100 a menos de 200	239.219	32.260.122,40	272.444	36.516.857,80
200 a menos de 500	166.686	51.491.978,60	181.919	56.037.443,20
500 a menos de 1.000	62.643	43.317.666,40	68.972	47.807.934,80
1.000 a menos de 2.000	30.325	41.651.744,70	35.281	48.711.363,10
2.000 a menos de 5.000	20.120	59.497.823,80	26.341	77.612.461,90
5.000 a menos de 10.000	4.758	33.839.004,90	5.780	41.777.204,40
10.000 a menos de 20.000	1.648	22.485.749,70	635	8.600.834,20
20.000 a menos de 50.000	768	22.468.684,80	294	8.502.361,60
50.000 a menos de 100.000	154	10.504.269,00	32	2.181.546,40
100.000 a mais	108	29.377.251,20	22	8.314.316,30
ÍNDICE DE GINI		0,989		0,102

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2015. www.fct.unesp.br/nera.

Os dados da tabela (4) iniciados na página anterior continuando acima mostram que o número de imóveis no período de (1998 a 2003) apresenta uma diferença de 704.006 imóveis rurais, o que representa um aumento de 16,4%. Já as áreas dos imóveis rurais apresentam uma diferença de 56.062.966,50 hectares o que representa um aumento de 13,4%. Nesta tabela, o índice de Gini 0,989 destaca o ano de 1998 com 0,989 onde apresenta um nível de concentração de terra elevadíssimo.

Estrutura fundiária brasileira por classe de áreas e número de imóveis 2010 a 2011

Tabela 5 – Brasil. Estrutura fundiária entre 2010 a 2011, por Classe de áreas e por número de imóveis.

Classe de Área (há)	2010		2011	
	Nº de Imóveis	Área (há)	Nº de Imóveis	Área (há)
Total	5.181.645	462.568.936,17	5.243.378	544.545.560,96
Menos de 1	107.572	54.516,68	113,160	57.066,67
1 a menos de 2	161.313	218.441,69	165.560	224.511,20
2 a menos de 5	702.979	2.357.993,06	734.298	2.465.145,60
5 a menos de 10	772.676	5.584.385,37	805.588	5.821.439,70
10 a menos de 25	1.316.237	21.345.231,82	1.358.537	22.022.892,37
25 a menos de 50	814.138	28.563.707,07	838.694	29.435.561,05
50 a menos de 100	578.783	40.096.597,35	595.961	41.306.259,46
100 a menos de 200	332.817	44.898.322,02	342.041	46.171.314,37

200 a menos de 500	230.529	71.258,207,77	237.231	73.317.570,54
500 a menos de 1.000	85.305	59.299.369,71	85.218	59.287.289,60
1.000 a menos de 2.000	40.046	55.269.002,25	40.454	55.876.890,16
2.000 a menos de 5.000	31.218	91.775.306,94	31.566	92.893.149,58
5.000 a menos de 10.000	6.084	43.642.939,54	6.099	43.730.865,46
10.000 a menos de 20.000	1.026	14.088.771,59	1.067	14.650.668,60
20.000 a menos de 50.000	595	17.742.882,69	608	18.008.767,32
50.000 a menos de 100.000	131	9.131.626,72	135	9.513.092,82
100.000 a mais	196	66.413.617,15	208	75.934.390,83
ÍNDICE DE GINI	0,112		0,962	

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2015. www.fct.unesp.br/nera.

Os números da tabela (5) iniciado na página anterior e continuando na página atual, apresentam o número de imóveis no período de (2011 a 2011) onde mostra uma diferença de 61.733 imóveis rurais, o que representa um aumento de 1,1%. Os dados sob as áreas dos imóveis rurais apresentam uma diferença de 81.976.624,79 hectares o que representa um aumento de 15,0%. Nesta tabela, o índice de Gini 0,962 destaca o ano de 2011 com 0,962 o que indica um nível a concentração de terra alto.

Estrutura fundiária brasileira por classe de áreas e número de imóveis 2012 a 2014

Tabela 6: Brasil. Estrutura Fundiária entre 2012 a 2014 por Classes de áreas e por número de imóveis.

Classe de Área (há)	2012		2014	
	Nº de Imóveis	Área (há)	Nº de Imóveis	Área (há)
Total	5.498.451	503.237.769,23	6.140.118	707.348.994,71
Menos de 1	117.301	58.875,48	274.671	68.179,10
1 a menos de 2	168.738	229.075,39	183.693	250.433,37
2 a menos de 5	759.005	2.549.567,34	841.217	2.827.508,40
5 a menos de 10	829.862	5.996.899,20	908.886	6.566.924,32
10 a menos de 25	1.391.712	22.560.429,52	1.499.140	24.305.032,47
25 a menos de 50	860.300	30.210.990,87	932.481	32.802.217,70
50 a menos de 100	611.745	42.414.477,17	665.642	46.170.133,05
100 a menos de 500	593.026	122.332.189,00	645.700	133.446.464,51
500 a menos de 1.000	85.437	59.426.508,45	93.658	65.276.368,53
1.000 a menos de 2.000	41.206	56.933.642,14	48.234	66.717.495,31
2.000 a menos de 5.000	31.865	93,781,039,50	36.639	108.793.966,83
5.000 a menos de 10.000	6.157	44.106.421,27	7.100	50.696.144,66
10.000 a menos de 20.000	1.113	15.263.453,08	1.591	21.770.955,74
20.000 a menos de 50.000	627	18.502.428,82	879	26.261.973,04
50.000 a menos de 100.000	138	9.701.272,64	222	15.806.316,49
100.000 a mais	219	72.951.538,86	365	138.641.532,26
ÍNDICE DE GINI	0,109		0,868	

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2015. www.fct.unesp.br/nera

Os dados da tabela (6) página (55), apresentam o número de imóveis no período de (2012 a 2014) onde mostra uma diferença de 641.667 imóveis rurais, o que representa um aumento de 10,4%. Os dados sob as áreas dos imóveis rurais apresentam uma diferença de 204.111.225,48 hectares o que representa um aumento de 29,8%. Nesta tabela, o índice de Gini destaca o ano de 2014 com o nível de concentração de terra em 0,868 o que é considerado alto.

2.4 Estrutura fundiária no Estado do Tocantins

Motivado pela agricultura capitalista que vê o Tocantins como fronteira agrícola onde explora e se apropria das terras contribuindo assim para o aumento da concentração fundiária no Estado. Além desses elementos tem outros fatores como localização geográfica estratégica, topografia do terreno-relevo favorável para exploração da atividade agrícola, recursos hídricos, vias de acesso e incentivo/apoio dos órgãos oficiais. Esses elementos e fatores impulsiona a concentração da terra, principalmente na região amazônica onde o Estado brasileiro criou um programa de regularização fundiária chamado de “Terra Legal” criado a partir da Medida Provisória nº 422, de 25 de março de 2008 que se transformou na Lei 11.763 de 1º de agosto de 2008, lei que dá preferência para que os ocupantes de terras - imóveis públicos da União até 15 módulos fiscais (1.500 hectares) possam adquirir legalmente por meio de “compra e venda”.

A Medida Provisória nº 458, de 10 de fevereiro de 2009 que se transformou na Lei 11.952 de 25 de junho de 2009, lei que beneficia os ocupantes de terras - imóveis públicos da União até 15 módulos fiscais (1.500 hectares) possam adquirir legalmente sem custo algum. Na realidade objetivo é regularizar as áreas griladas pelos latifundiários e seus familiares de modo garantir segurança jurídica e ao mesmo tempo inserção no mercado seja via financiamentos ou mercado imobiliário. Hoje os órgãos oficiais INCRA e Terra Legal espaços de solicitações para regularização de terras griladas. A tabela (1) abaixo e gráfico (4) abaixo nos mostra como se encontra a estrutura fundiária no Estado do Tocantins.

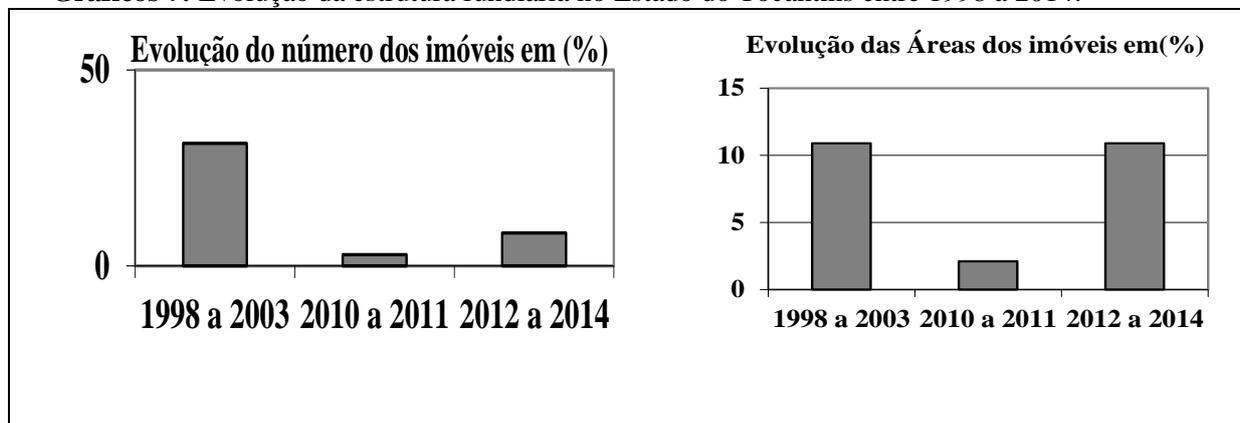
Quadro 1: Estrutura fundiária do Estado do Tocantins em (%) entre 1998 a 2014.

Tocantins	1998	2003	2010	2011	2012	2014
Total de Imóveis	38.110	55.493	68.683	70.658	72.302	78.928
Área dos Imóveis	18.931.230	21.259.467	26.170.542	26.749.044	26.725.434	29.994.148

Fonte: DATALUTA, 2015. Organizado pelo autor, 2016.

A seguir apresento dois gráficos onde descreve a evolução da estrutura fundiária baseada no número de imóveis e também nas dos imóveis ao longo dos anos de 1998 a 2014.

Gráficos 7: Evolução da estrutura fundiária no Estado do Tocantins entre 1998 a 2014.



Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2015. www.fct.unesp.br/nera

Analisando os gráficos acima sob o número de imóveis rurais e também as áreas dos imóveis no Estado do Tocantins em hectares, observamos que eles apresentam um aumento relativamente equilibrado entre os dois gráficos representativo. O gráfico acima relacionado sob número de imóveis, mostra que no Tocantins o número de imóveis rurais no período de (1998 a 2003) apresenta uma diferença de 17.383 imóveis rurais, o que representa um aumento de 31,3%. O período de (2010 a 2011) apresenta uma diferença de 1.975 imóveis rurais, o que representa um aumento 2,8%. E no período de (2012 a 2014) temos uma diferença de 6.626 imóveis rurais, o que representa um aumento de 8,4%. Conforme os dados dos três períodos, compreende-se que tivemos um aumento no número de imóveis rurais de 14,1% em média.

Outro gráfico acima relacionado às áreas dos imóveis rurais no Tocantins mostra a ocorrência no crescimento do tamanho das áreas dos imóveis no Estado do Tocantins a partir de 1998 até 2014. De acordo com esta análise, as áreas dos imóveis rurais cadastrados pelo INCRA no período de 1998 a 2003 apresenta uma diferença de 2.328.237 hectares o que representa um aumento 10,9% de suas áreas em hectares. Entre o período de 2010 a 2011 apresenta uma diferença de 578.502 hectares, o que representa um aumento de 2,1% nas áreas dos imóveis rurais em hectares. Entre o período de 2012 a 2014 apresenta uma diferença de 3.268.714 hectares o que representa um aumento de 10,9%. Conforme os dados dos três períodos, afirma que tivemos um aumento no número de imóveis rurais de 8,0% em média.

Vale destacar que os dados referentes ao período de 1998 a 2003 apresenta os números de imóveis rurais próximo ao aumento das áreas dos imóveis. Nestes fatores se

percebe uma dupla relação na prática da concentração da propriedade da terra no Estado do Tocantins, uma relação e ação que em sua grande maioria, está relacionado à regularização de terras públicas apropriadas irregularmente por latifundiários, onde o Estado brasileiro vem procurando promover a regularização da grilagem de terra. Como exemplo dessa ação, temos o trabalho do Programa Terra Legal ligado ao MDA/INCRA, instituído exclusivamente para desempenhar esse papel na Amazônia Legal e que atua ativamente no Estado do Tocantins.

Neste sentido, observamos que os dados apresentam um aumento relativamente equilibrado entre número de imóveis e as áreas dos imóveis em hectares. De acordo com análises, se percebe que a exemplo do que ocorre em outros estados do país relacionado à concentração da terra, identificamos que no Estado do Tocantins, esse processo também se reproduz.

Na realidade, toda essa abordagem expressam um comportamento e posicionamento historicamente adotado pelo o Estado brasileiro que conseqüentemente contribuiu e contribui para que a estrutura fundiária brasileira, segundo Sistema Nacional de Cadastro Rural, deixa claro que a estrutura agrária do Brasil se encontra extremamente concentrada, o que coloca o país entre uma das nações cuja concentração de terra se encontra entre uma das maiores do mundo, um reflexos que se ver espacializados em todas as unidades da federação, reproduzindo assim, da concentração da terra e de outros recursos (água) indispensáveis para a sobrevivência do conjunto da sociedade brasileira. Porém o direcionamento político econômico adotado pelo o Estado brasileiro relacionado ao campo (investimentos massivos na agricultura capitalista) tende a se agravar cada vez mais a situação da concentração da terra e conseqüentemente o acirramento da histórica disputa entre latifundiários e camponeses na luta pelo acesso à terra, RECLUS (1985).

2.5 Agricultura capitalista e expropriação camponesa no Tocantins

Historicamente a partir da década de 1960 do século XX, (SILVA, 2007, p. 298) se inicia na região amazônica, o processo de exploração capitalista no campo que ocorre por meio de diversas atividades e serviços: desmatamentos da floresta para formação de pastagens, extração da borracha, exploração mineral (garimpo-rústico), instalação de equipamentos para extração de mineral, abertura de rodovias (Belém Brasília, Transamazônica), extração de madeira e implantação de indústria (Zona Franca de Manaus). São atividades que em sua grande maioria começaram a ser desenvolvidas por migrantes

nordestinos que geralmente atuavam em condições de trabalho análogas a escravidão. Os migrantes nordestinos deixaram a sua região fugindo da exploração e expropriação provocada pela exploração da agricultura capitalista. Esses fatores, aliado ao fenômeno da seca e ação do Estado brasileiro, contribuíram para que os latifundiários nordestinos concluíssem o processo de expropriação, deixando assim o campo livre para exploração da agricultura capitalista na região.

Na região amazônica, o processo de exploração da agricultura capitalista, a exemplo do que ocorreu com a exploração da agricultura capitalista em outras regiões do país, teve suporte de projetos oficiais. Um conjunto de ações que beneficia o modo capitalista de produção atingindo assim, de forma direta e indiretamente os camponeses, provocando mudanças significativas em sua estrutura social conforme afirma:

A expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não-capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias à sua reprodução. Na agricultura, esse processo de subordinação das relações não-capitalistas de produção se dá sobretudo, pela sujeição da renda da terra ao capital. O capital redefiniu a renda da terra pré-capitalista existente na agricultura. Ele agora apropria-se dela, transformando-a em renda capitalizada da terra. É neste contexto que se deve entender a produção camponesa: a renda camponesa é apropriada pelo capital monopolista, convertendo-se em capital. (OLIVEIRA, p. 40, 2007).

Na realidade, essas ações se constituem como modelo de produção e reprodução que vem se expandindo em todas as regiões do país, implantando-se como modelo de desenvolvimento econômico, político e social. Entretanto, os reflexos desse modelo impedem o desenvolvimento do modo de produção da agricultura camponesa bem como a sua classe. Porém, o modo de produção da agricultura capitalista embora esteja sempre reprimindo o modo de produção da agricultura camponesa, contraditoriamente, tanto o modo de produção da agricultura capitalista como o modo de produção da agricultura camponesa, vem adotando formas e meios para continuar sua reprodução, ainda que seja no mesmo espaço. Neste sentido, a agricultura capitalista entende que não é interessante extinguir o modo de produção da agricultura camponesa, pois ele reconhece que a agricultura camponesa contribui para fortalecer a agricultura capitalista, principalmente no tange a força de trabalho e produtos.

Nesse contexto, embora esteja apresentando uma relação de parceria/cooperação entre os diferentes modos de produção e entre as diferentes classes sociais, deve-se analisar que historicamente os camponeses são vítimas desse modelo de desenvolvimento econômico extremamente explorador. Um modelo de desenvolvimento provocado pela agricultura capitalista que, controlado pela burguesia e suas frações de classe, sob o rótulo de

agronegócio, atuam diretamente no campo em diversas atividades produtivas. Ação que normalmente é representada por um indivíduo ou empresa, explorando grandes extensões terra onde cultiva somente um tipo de cultura (monocultura), uma atividade que necessariamente utiliza um conjunto de técnicas, equipamentos e insumos agrícolas diversos. Os produtos provenientes dessas atividades em sua grande maioria são destinados para exportação, ou seja, vendidos para outros países.

A implementação das atividades ligado ao modo de produção capitalista, geralmente são bancadas pelo Estado brasileiro, que atua por meio de definições e orientações políticas, estruturando meios e formas de apoio e incentivos que variam desde recurso financeiro a instalação de infraestrutura entre outros meios de atenção que foram reproduzidos na maioria das grandes regiões do país pelos diferentes níveis de governo.

Na região amazônica a esse processo iniciou partir da abertura da rodovia Belém–Brasília, (BR 153), as áreas que compreende Amazônia legal passaram a sofrer grandes modificações nas atividades produtivas e também na estrutura social. Os projetos e programas governamentais implantados a partir dos anos 1960 em diante, como o PIN-Projeto de Integração Nacional, Pandas-Plano Nacional de Desenvolvimento, PROTERRA-Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste, PÓLO-AMAZÔNICO-Programa de Pólos Agropecuários e Agro minerais da Amazônia etc., promoveu a expansão da fronteira econômica, motivado pela introdução de novas tecnologias acelerando assim o processo excludente da modernização da agricultura, (Lira 2011, p 59). Entretanto, essas iniciativas e modelo de desenvolvimento produziram e reproduzem graves sequelas à população, como aumento da concentração fundiária, intensas disputas de terras envolvendo de um lado, grileiros-latifundiários e do outro indígena, quilombolas, posseiros e sem terra, resultando na expulsão dos camponeses para os centros urbanos.

No decorrer das décadas de 1950 a 1970 do século XX, a região que compreende parte dos estados do Pará na porção Oeste e Sul; parte do Maranhão na porção Leste; e parte de Tocantins na porção Norte, popularmente conhecida como do Bico do Papagaio ou mesorregião do Bico do Papagaio⁹ (IBGE, 2005) região que foi gradativamente sendo ocupada por camponeses vindos dos demais estados do Nordeste e das imediações. Tratava-se de uma imensa área de terras devolutas onde os camponeses puderam se abrigar e desenvolver

⁹ A região do Bico do Papagaio compreende 66 municípios, sendo 25 no Estado do Pará, 16 no Estado do Maranhão e 25 no Estados do Tocantins – distribuídos em oito microrregiões, com área total de 140.109,5 km² e com população de 1.645.861 habitantes. No Estado do Tocantins o Bico do Papagaio localiza-se no extremo norte do Estado.

suas atividades com relativa tranquilidade. Nessa época o que preocupava um pouco os camponeses era a dificuldade de transporte e acesso-locomotão. Os meios de transporte mais utilizados eram pluvial via Rio Tocantins e animal-burro.

Antes de 1950, ainda na década de 1930 do século XX em diante, havia grande preocupação do Estado brasileiro em criar meios e formas de desenvolver a parte central do país e fazer integração entre as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Isso de modo geral iniciou-se com a expansão do capital na região nesta lógica afirma (MARTINS, 1989).

A ocupação recente da Amazônia pelo grande capital foi como disse antes, o modo de selar o pacto político inaugurado pelo golpe militar de 1964. Com eles foram superados os antagonismos básicos que opuseram durante toda história republicana no Brasil, mesmo antes, os militares às oligarquias rurais. Os pesados subsídios e incentivos fiscais concedidos pelo o estado às grandes empresas abriram o campo ao investimento capitalista, protegeram e reafirmaram a venda da terra e a especulação imobiliária, incluíram a grande propriedade fundiária num projeto de desenvolvimento capitalista que tenta organizar, contraditoriamente, uma sociedade moderna sobre uma economia rentista exportadora. Um capitalismo tributário atualizado. (MARTINS, 1989 et ali, LIRA, 2011, p. 49).

Na prática a implantação do capital se deu inicialmente com a construção de Brasília que se configurou como marco histórico na ocupação e exploração capitalista da região Centro-Oeste e Norte do país, mais especificamente na Amazônia Legal e as sub-regiões como, por exemplo, o Bico do Papagaio entre outras, conforme aborda Lira (2011).

A construção de Brasília representou muito mais a que a “conquista do Planalto Central” ela representou também uma nova era para a região Amazônica, além de um “desordenado” desenvolvimento empregado pelos governos militares, uma era de saques, violências e entreguismo, tudo isso sobre a ideologia de “segurança Nacional” a coqueluche dos governos militares espalhados por todo território nacional (LIRA 2011, p 48).

Para Lira (2011) e Martins (1989), além da construção de Brasília e das rodovias Belém Brasília-BR 153 e Transamazônica-BR 23 onde foram implantados diversos programas e projetos conforme descrito a seguir:

Os projetos e programas governistas implantados a partir dos anos 1960 em diante, como o PIN-Projeto de Integração Nacional, PNDs-Plano Nacional de Desenvolvimento, PROTERRA-Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste, PÓLO-AMAZÔNICO-Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia etc., promoveu a expansão da fronteira econômica, motivado pela introdução de novas tecnologias acelerando assim o processo excludente da modernização da agricultura, (Lira 2011, p 59).

Conforme o autor, podemos perceber que a Rodovia Belém-Brasília (BR 153), aliado a esse conjunto de projetos descrito acima, contribuiu significativamente para o surgimento da questão agrária na Amazônia legal, principalmente na região do Bico do

Papagaio desencadeando assim inúmeras divergências e conflitos no campo, causadas, sobretudo pela modificação das/nas atividades produtivas e econômicas bem como as relações e ações políticas das sociedades residentes próximos à escala de ação desses projetos.

Segundo Martins (1989), esse conjunto de obras estruturais aliadas à propaganda e especulação promovida pelo o Estado brasileiro, contribuiu para atrair aproveitadores – exploradores capitalistas que vieram com intuito de se apropriarem e se beneficiar dos recursos naturais, pois perceberam que essas obras iriam valorizar economicamente a região e as áreas próximas às margens das rodovias se configurariam como ponto estratégico para investimento do capital.

Neste contexto se insere a região Norte, aonde a partir da década de 1970 a agricultura capitalista, intensifica o processo de apropriação e exploração dos recursos naturais e conseqüentemente a expropriação dos camponeses que viviam nas terras que compreende parte dos Estados do Maranhão, Pará e norte de Goiás- atual Estado do Tocantins, chamada região do Bico do Papagaio, uma região onde o Tocantins ocupa um território extenso, bastante adequado para a agricultura camponesa, pecuária e silvicultura. É parte da riqueza do Tocantins onde as disputas pela posse da terra causam de graves conflitos envolvendo latifundiários e camponeses.

Neste sentido, o Estado do Tocantins se constitui como um território que sofreu e sofre influencias de ações capitalistas empreendidos pelos grandes projetos oficiais e privados. Vale ressaltar que grande parte desses projetos incentivam uma corrida intensa pela apropriação de extensas áreas de terra próximo a esses projetos (rodovias, exploração mineral e ferrovias) por latifundiários, sobretudo na mesorregião do Bico do Papagaio onde as lutas e conflitos enérgicos envolvendo latifundiários e camponeses se pontuaram mais intensamente, um fenômeno que tem um histórico de luta demonstrando que, quando uma sociedade/classe se depara com certo nível de apropriação e exploração dos meios de produção, necessariamente precisa forçar a ocorrências de mudanças e transformação em determinada estrutura social. Neste caso, em relação à concentração da terra RECLUS afirma:

Enfim em certas regiões, conquistou com luta renhida seu direito ao uso pessoal da terra: ele se fez temer a fim de guardar a enxada em seu patrimônio; através da revolução é que a pequena propriedade foi construída. É graças à força do povo se levantando contra o rei, a nobreza, e a igreja que os servos de Sait-Claude puderam cercar seus terrenos pessoais na imensa propriedade da abadia; é também pela força que os escravos de São Domingos despedaçaram as plantações dos brancos para ali se instalarem como residentes livres, (RECLUS, In: ANDRADE, 1985, p. 87).

RECLUS (1985), nos mostra que mudanças e transformações na estrutura fundiária só são possíveis quando os povos oprimidos resolvem lutar por seus direitos. Portanto, como forma de contrapor a lógica dada pela exploração da agricultura capitalista no campo brasileiro, os camponeses, em diversas regiões do país, se organizaram para lutar por seus direitos numa luta e conflitos por terra, envolvendo latifundiários e camponeses (OLIVEIRA, 1988: 52).

Pode-se afirmar que a partir de meados da década de 1970 do século XX, começaram a surgir e intensificar os conflitos pela terra na porção do Estado do Tocantins, popularmente conhecida como região do Bico do Papagaio. Nesse período era comum aparecer pessoas vindas do Sudeste e do Sul do país, afirmando serem donos de terras na região e que as famílias camponesas que ali se viviam há muitos anos, deveriam se retirar da área, pois eles – os “sulistas e paulistas” haviam comprado aquelas terras e vieram tomar posse delas. Nesse momento, alguns camponeses, para evitar conflitos, desistiram e se retiravam da área, outros resolveram de se organizar e lutar por seus direitos, seja de forma individual ou coletiva. Na ocasião surgiu também organização como o sindicato dos Trabalhadores Rurais, movimentos de camponeses sem terra com intenção de conquistar terra e a CPT – Comissão Pastoral da Terra, entidade ligada à Igreja Católica que contribuíram na luta dando suporte para os camponeses na região.

Dessa forma, observa-se que o Estado brasileiro incentivou não só a exclusão social dos camponeses residente nas áreas, mais também ajudou a protagonizar os conflitos pela terra na região Centro-oeste- (Trombas e Formoso de Goiás, 1950 a 1970 - século XX), Norte (Conflitos em Porto Nacional - São João) e no Bico do Papagaio - porção Sul e Leste do Maranhão (vale do Pindaré e baixo Tocantins) e na porção Norte do Tocantins.

No Estado do Tocantins essa atividade tem atingido principalmente a população residente no meio rural, estabelecendo-se em espaços antes ocupados por pastagens, vegetação nativa, território indígena, territórios quilombolas e agricultura camponesa. A iniciativa do governo do estado de criar a Secretaria Estadual do Desenvolvimento Agrário e Regularização Fundiária articulada com o programa Terra Legal¹⁰ no Estado do Tocantins está associado à ideia de atender às exigências do agronegócio que precisa entre outras coisas adquirir terras para expandir suas atividades com certo nível de segurança jurídica. Esta ação

¹⁰ Programa de iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o objetivo de promover a regularização fundiária de ocupações em terras públicas federais situadas na Amazônia Legal. Sob o Marco Legal - Lei Nº 11.952/09 - Simplificação do rito de titulação, Prioridade aos pequenos produtores e comunidades locais, Cláusulas resolutivas que garantam função social das propriedades, Regularização de áreas urbanas, Apoio aos governos estaduais nos processos de regularização, fundiária em terras públicas estadual.

por parte do Estado brasileiro corresponde às exigências dos capitalistas que querem explorar e atuar no campo. Dessa forma pode-se expandir com mais garantia e tranquilidade sobre tudo no que se refere à compra e venda de terras.

2.6 Lutas dos movimentos sociais no campo e a política de reforma agrária no Brasil

MARTINS, (1981) observa que culturalmente se introduziu junto à sociedade camponesa aspectos desfavoráveis bem como as suas lutas, em diferentes localidades. Esta postura se baseia na variedade de conceitos e categorias nominando a classe social – camponês, os sujeitos do campo que vivem no meio rural. Como se vê está associada é à forma como se comporta e age o sistema capitalista no continente latino-americano, onde se materializou e reflete muito fortemente a ação capitalista, sobretudo nas camadas mais pobres da sociedade explorando, expropriando e marginalizando. Entretanto, os camponeses, sempre encontraram meios e formas de manifestarem suas insatisfações contra as formas de exploração, opressão e expropriação imposta pelos os latifundiários brasileiros. Alguns desses meios estão ligados à religião-igreja, partidos políticos e sindicatos que de forma direta e indiretamente se envolvem na luta, participando mais como sujeitos colaboradores/apoiadores.

No Brasil, a conjuntura política, econômica e social voltada exclusivamente para beneficiar a classe e categoria da sociedade burguesa - conservadoras, dentre os quais se encontra os latifundiários, um dos personagens, que contribuíram e contribui para a existência dos conflitos no campo brasileiro, atingindo, principalmente o camponês que, devido à falta de terra para trabalhar, ver-se obrigado a enfrentar essa força poderosa em lutas e batalhas que às vezes recebem apoio de seguimentos sociais sensíveis à causa. Neste sentido, destaca-se a influência de instituição e sujeitos ligados à religião que em determinado momento da história, de acordo com cultura, com a doutrina da região ou da fé, com a situação política e social de cada sociedade, localidade e período, contribuíram junto às lutas dos camponeses, como afirma VILLA, (1999).

O profetismo e beatismo no Brasil devem ser entendidos como um elemento de continuidade da tradição profética Judaica-critã. Desde a época do profeta Samuel (séc. XII a.C.) até os profetas do período heleno-persa (séc. IV a II a.C.) a história dos hebreus é rica em exemplos de profetismo; O êxtase profético de um Deus disposto ao diálogo é relatado como uma possessão divina, como um transe: “Então o espírito de Javé virá sobre você, e também você entrará em transe com eles e se transformará em outro homem” (1 Sm 9,6). Pobrememente vestidos com um manto de pele animal (Zc 13,4), em determinadas épocas vivendo em comunidades de

profetas (1Sm 19,9), revelam não só a ira divina, mas um Deus conselheiro em: “...ele é Maravilhoso para dar conselhos e grandioso em sabedoria” (Is 28,29); a tradição cristã mantém o profetismo como um dos seus componentes, particularmente nos primórdios do cristianismo, firmemente que quem morresse como além de incorporar outros, como o ideal do martírio. O cristão “acreditava mártir no testemunho de Cristo estaria na glória de Deus”. (VILLA, 1999 p. 39-40).

De acordo com essa afirmação, o que o autor chama de profetismo religioso pode ser entendido como uma das vias que já chamava a atenção sobre o problema da concentração da terra ao mesmo tempo em que alertava e incentiva o povo a se organizar e lutar contra tais situações imposta pelos exploradores, alimentando a esperança de mudança.

AI DE VÓS! que ajuntais casa a casa e que acrescentais campo a campo até que não haja mais lugar, e que sejais os únicos proprietários da terra! Os meus ouvidos ouviram ainda este juramento do Senhor dos Exércitos: 'Grande número de casas, eu o juro, será devastado, grandes e magníficas herdades ficarão desabitadas... ““! (ISAÍAS, 5, 8-9).

Acredita-se que os movimentos de apoio político social mais ligados a religião tenham se inspirado nas profecias bíblicas para desenvolver duplamente o trabalho religioso e político social. Neste contexto se enquadra a CPT – Comissão Pastoral da Terra, ligado a ala progressista da Igreja Católica, um dos movimentos de pastorais sociais que acompanha e apoia a luta dos camponeses. No geral, seja no campo de ação relacionada à religião ou a outras formas de organização protagonizadas por outros movimentos sociais de luta em favor dos camponeses como o ocorrido na região Nordeste com as lutas de Zumbi dos Palmares, guerra de Canudos 1893 a 1897 e as Ligas Camponesas 1955 a 1964, na região Sul com Contestado 1912 a 1916, e na região Centro-Oeste com as lutas em Formoso e Trombas 1946 a 1964. Essas lutas estão relacionadas às forças da fé humana na divindade que os motiva a se envolverem quando se encontram num universo de conformismo insuportável. Assim surgiram e surgem as inquietações sociais de natureza diversas.

São manifestações, que não é coisa de sem-terra e nem eco dos tempos atuais, pode ter sido o primeiro grito em favor da reforma agrária, datado no ano 720 antes de Cristo. Platão, filósofo grego (século V a. C.) já a defendia. Mais tarde, os irmãos Graco, tribunos romanos (século II a. C.), também lutaram por ela. O fim do feudalismo que ocorreu na França em 1789 que implicou na distribuição de terras provenientes dos latifúndios franceses (geocities.com/sulanca/refagr.htm).

A indignação contra formas de exploração e injustiças sociais tem motivados em diversas localidades o messianismo e o beatismo no Brasil, MARTINS (1981), entendido como um elemento de continuidade da tradição profética Judaico-cristã, onde no Brasil se destacaram a luta de Antônio Conselheiro no Estado da Bahia (1893 a 1897) e a luta do Monge José Maria no Estado do Paraná (1912 a 1916) que inspirados e influenciados pelos

ensinamentos do cristianismo empreenderam ações de resistência enérgica contra o romanismo, o Estado brasileiro e o latifúndio.

Para VILLA (1999 p.39-40) afirma que a Igreja Católica serviu como instrumento fundamental utilizado pelo poder político para evitar, mediar e controlar as manifestações e conflitos que por ventura interferisse nos interesses da classe dominante. Sobre a questão agrária, esta relação contribuiu para a sustentação e expansão dos grandes latifundiários no Brasil, uma vez que a própria Igreja era uma das instituições responsáveis pela concessão de terras.

No decorrer da história sempre se viu relações contraditórias entre o Estado e a religião. Ora estão juntos fazendo o que hoje se chama de parceria e ora estão em conflitos. O certo é que em termos institucionais essas entidades acabam se “entendendo”, contribuindo uma com a outra. Neste sentido, convém afirmar que em alguns aspectos o Estado se utiliza das agências e dos agentes religiosos para fazerem com que a sociedade permaneça mais tempo num estado de conformismo político-social. Dessa forma, o sistema capitalista encontra-se permeados nessas instituições onde também desenvolvem ações sociais. Na realidade essas ações são formas de exploração e apropriação de recursos ou de trabalho, pela via das relações capitalista de produção com as relações não capitalistas de produção ou apenas desfaces para monitorar e controlar as ações das entidades e dos sujeitos, (OLIVEIRA, 1985).

LIRA (2003), afirma que no século XVIII, na parte conhecida popularmente como Norte (goiano, atual Estado do Tocantins) a atividade predominante era a exploração mineral e, ao mesmo tempo era desenvolvido, em pequena escala, uma policultura de subsistência. Esta última, sob o rótulo de agricultura de provisão juntos as atividades do agropastoril expansivo desenvolveram-se as apropriações desordenadas de terras que, através das sesmarias coordenadas pela Igreja Católica, em conjunto com instituições governamentais contribuíram para a ocupação de extensas áreas de terras, uma prática que acabou estabelecendo as bases para a estruturação e ampliação do latifúndio nesta região conforme descreve Lira.

O município de Porto Nacional historicamente instalado desde os meados do século XVIII teve basicamente duas atividades que se mantiveram ao longo dos tempos: a mineração e a agricultura. Esta última teve suas bases em terras distribuídas pela Igreja, às conhecidas sesmarias. Essa forma de apropriação das terras do município deu origem aos grandes latifúndios que por sua vez alimentaram a famiocracia de proprietários de terras. Esse “regime” formou um tipo de classe social, dominante e híbrida que tanto dominou as relações urbanas (comerciantes) como as camponesas (fazendeiros). Isso fez com que permanecesse e/ou reciasse no seio da sociedade

portuense, urbano e rural, resquícios do sistema escravista; a servidão, o respeito e a obediência aos donos da terra. É claro que essas relações foram recheadas por uma espécie de “ternura” fomentada e sustentada pela igreja (conservadora), fornecedora dos títulos das sesmarias (LIRA 2003, p. 42).

Contrariando a prática institucional da Igreja, Dom Helder Câmara, bispo auxiliar da Igreja Católica no Rio de Janeiro (na época capital da República) e Dom Alano, bispo de Porto Nacional-Tocantins, na década de 60, manifestaram preocupação contra o latifúndio que estava grilando e expulsando camponês - posseiros de suas terras, situadas às margens da recém-construída rodovia Belém Brasília. Os referidos religiosos, segundo (Jornal O Popular. 25/2/1960) se envolveram na questão tentando junto às autoridades oficiais, estabelecerem um plano de ação que evitasse a ampliação dos latifúndios nesta região do qual Aquino assim afirma:

Em fevereiro de 1960, uma reunião no Rio de Janeiro, presidida pelo arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Helder Câmara. A reunião tinha a finalidade de elaborar um plano de colonização da Estrada Belém Brasília. A reunião contou com a presença de Dom Alano, dos governadores dos Estados de Goiás e Maranhão. Presença também de representantes do Estado-Maior do exército, instituto de colonização, do Serviço Social Rural e do Ministério da Agricultura. De acordo com a matéria “será uma missão árdua e difícil porque já está havendo ocupação desordenada das terras marginais da Belém Brasília” (AQUINO 2002, p. 327-328).

Desse modo, não está bem claro se o envolvimento dos religiosos em ações dessa natureza seja uma atitude baseada em diretrizes institucionais da Igreja, ou se foi uma decisão tomada por conta própria, onde, por ter certo nível de status, respaldo político e social junto à sociedade loco-regional, poderia se manifestar contra algo que achasse conveniente. Na realidade a última afirmação parece estar mais correta, pois a igreja Católica só instituiu novas diretrizes incentivando os religiosos (as) a volta-se para os mais pobres, a partir do Concílio Vaticano II em 1964 e, em 1968 no Concílio de Medellín-Colômbia GONH, (2003). Entretanto, VILLA, (1999) afirma que essa preocupação da Igreja estava associada a uma estratégia política de combate ao comunismo no Brasil, pois temia que esse regime (comunista) fosse implantado no país.

Os movimentos sociais ligados as pastorais sociais da Igreja católica, partidos político de esquerda, movimentos de lutas sociais por direitos humanos e sindicatos de trabalhadores rurais da região do Bico do Papagaio, baseado no histórico de conflitos existente na região e na necessidade de fortalecer e intensificar as lutas e resistência dos trabalhadores contra a exploração, apropriação e expropriação dos camponeses, contribuíram para articular a vinda do MST - Movimento Sem Terra para o Estado do Tocantins, uma vez que o movimento já se encontrava atuando ativamente no Estado do Pará e do Maranhão.

Estados que também tem parte dos seus territórios incluídos na região do Bico do Papagaio (OLIVEIRA, 1988).

Em meio a essas lutas efervescentes na década de 1980 e 1990, tem início, a partir do ano de 1997 uma série de ações organizadas pelo o MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado do Tocantins. Baseado no histórico das lutas e conflitos existente na região do Bico do Papagaio relacionado à questão agrária e na necessidade de fortalecer e intensificar as lutas e resistência dos trabalhadores contra a exploração e a expropriação dos camponeses, movimentos sociais e sindicais ligados a pastorais sociais-Igreja, a partidos político de esquerda, a movimentos de lutas por direitos humanos e organizações não governamentais contribuíram para vinda e organização do MST no Estado. Nesse período, foram desenvolvidos trabalhos de base na região norte do Estado no sentido de mobilizar e organizar os camponeses sem terra. Portanto, analisando as articulações realizadas pelo o conjunto de entidades acima mencionado que resultou na vinda do MST para o Estado do Tocantins, pode ser entendida como mais um instrumento, para fortalecer a luta dos trabalhadores sem terra no Estado.

Nesse processo de luta é importante destacar a participação da CPT – Comissão Pastoral da Terra, que deu importante contribuição, principalmente com a participação do Padre Josimo Tavares¹¹, figura que na época (década de 1980 do século XX) atuava como Coordenador da Comissão Pastoral da Terra na região, onde acompanhava e assessorava os camponeses envolvidos em questões relacionadas a conflito de terra na região. Até que em maio de 1986, em função do papel que o Padre Josimo desempenhava, os fazendeiros da região do Bico do Papagaio mandaram assassiná-lo. Entretanto, o assentamento de Josimo não cessou as lutas pela terra na região do Bico do Papagaio, ele se constituiu como um marco histórico da luta pela terra na região amazônica e um símbolo significativo da luta pela terra no Bico do Papagaio referenciado por todas as organizações e movimentos de luta pela terra na região e no país.

Nesse processo de luta é importante destacar a participação da CPT-Comissão Pastoral da Terra, instituição ligada a Igreja Católica que se articula com os principais movimentos Sindicais e Sociais de luta pela terra no Brasil que deram importante contribuição, principalmente com a participação do Padre Josimo Tavares, figura que na época (década de 1980 do século XX) atuava como Coordenador da Comissão Pastoral da Terra na região, onde acompanhava e assessorava os camponeses envolvidos em questões

¹¹ Padre Josimo Moraes Tavares foi assassinado no dia 10 de maio de 1986, às 15 horas em Imperatriz-MA.

relacionadas a conflito de terra na região. Até que em maio de 1986, em função do papel que o Padre Josimo desempenhava, os fazendeiros da região do Bico do Papagaio mandaram assassiná-lo. Entretanto, o assassinato de Josimo não cessou as lutas pela terra, ele se constituiu como um marco histórico da luta pela terra na região amazônica e um símbolo significativo da luta pela terra no Bico do Papagaio referenciado por todas as organizações e movimentos de luta pela terra na região Norte e em outras regiões do país.

Dado o problema da questão agrária, gerado principalmente pelos latifundiários contra os camponeses e a necessidade de lutar contra essa contradição, faz com que os movimentos Sindicais e Sociais de natureza afins comprometido com a reforma agrária, se mobilizassem e lutasse. Dessa forma os movimentos Sociais e Sindicais de luta pela terra, presente no Estado do Tocantins se articularam, se organizaram com a finalidade de entrar na luta e travar o enfrentamento ora pelas vias legais ou ora pelas vias legítimas (ocupações não autorizadas), com ações pacíficas e enérgicas.

Em relação às formas de lutas e o número de enfrentamentos travados pelos os movimentos sociais em outros estados do País, passa-se a impressão de que as lutas no Estado do Tocantins transcorrem somente pelas vias legais. Mas não é bem assim, de acordo com as localidades ocorreram e ocorrem ações enérgicas (agressivas) por parte dos órgãos de segurança do Estado e jagunços a serviço dos latifundiários - grileiros de terra que atuaram e atuam em diversas localidades da região do Bico do Papagaio. Entretanto ora legal ou legítimo, o certo é que os camponeses não param de lutar, seja de uma forma ou de outra, as lutas estão sempre sendo manifestadas.

Assentamentos de reforma agrária no Brasil

A criação de assentamentos de reforma agrária no Brasil ao longo dos anos de 1979 a 2014 foram criados 9.334 assentamentos. A tabela (7) abaixo continuando seguir apresenta dados referentes o resultado dos programas de reforma agrária adotada no Brasil destacando as grandes Regiões e os Estados, relacionando o número de assentamentos rurais, o número de famílias assentadas e a quantidade de áreas dos assentamentos em hectares.

Tabela 7: Brasil - Número de assentamento e reassentamentos rurais – 1979 a 2014

REGIÃO/UF	ASSENTAMENTO S	%	FAMÍLIA S	%	ÁREA (hac)	%
NORTE	2.139	22,9	498.827	44,9	61.096.482	74,6

AC	157	1,7	29.888	2,7	5.224.186	6,4
AM	142	1,5	71.415	6,4	27.285.477	33,3
AP	50	0,5	18.444	1,7	2.240.049	2,7
PA	1.127	12,1	288.915	26,0	20.037.426	24,5
RO	210	2,2	42.065	3,8	3.596.004	4,4
RR	67	0,7	22.215	2,0	1.445.927	1,8
TO	383	4,1	25.885	2,3	1.267.412	1,5
NORDESTE	4.268	45,7	352.644	31,7	10.394.437	12,7
AL	179	1,9	14.286	1,3	113.403	0,1
BA	710	7,6	56.998	5,1	2.066.086	2,5
CE	454	4,9	25.736	2,3	914.371	1,1
MA	1.011	10,8	139.510	12,6	4.375.385	5,3
PA	308	3,3	14.896	1,3	288.701	0,4
PE	596	6,4	35.148	3,2	549.820	0,7
PI	496	5,3	34.232	3,1	1.380.836	1,7
RN	297	3,2	20.748	1,9	519.118	0,6
SE	217	2,3	11.090	1,0	186.717	0,2
CENTRO - OESTE	1.252	13,4	163.708	14,7	8.064.259	9,8
DF	18	0,2	1.155	0,1	9.218	0,0
GO	451	4,8	26.129	2,4	1.085.605	1,3
MS	206	2,2	32.304	2,9	718.145	0,2
MT	577	6,2	104.120	9,4	6.251.291	0,4
SUDESTE	847	9,1	55.656	5,0	1.570.950	1,9
ES	95	1,0	4.667	0,4	52.337	0,1
MG	411	4,4	25.008	2,3	1.051.906	1,3
RJ	71	0,8	7.049	0,6	126.322	0,2
SP	270	2,9	18.932	1,7	340.384	0,4
SUL	831	8,9	39.918	3,6	823.946	1,0
PR	327	3,5	20.258	1,8	428.071	0,5
RS	342	3,7	13.663	1,2	291.355	0,4
SC	162	1,7	5.997	0,5	104.520	0,1
BRASIL	9.334	100	1.110.753	100	81.950.074	100

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra 2015, www.fct.unesp.br/nera

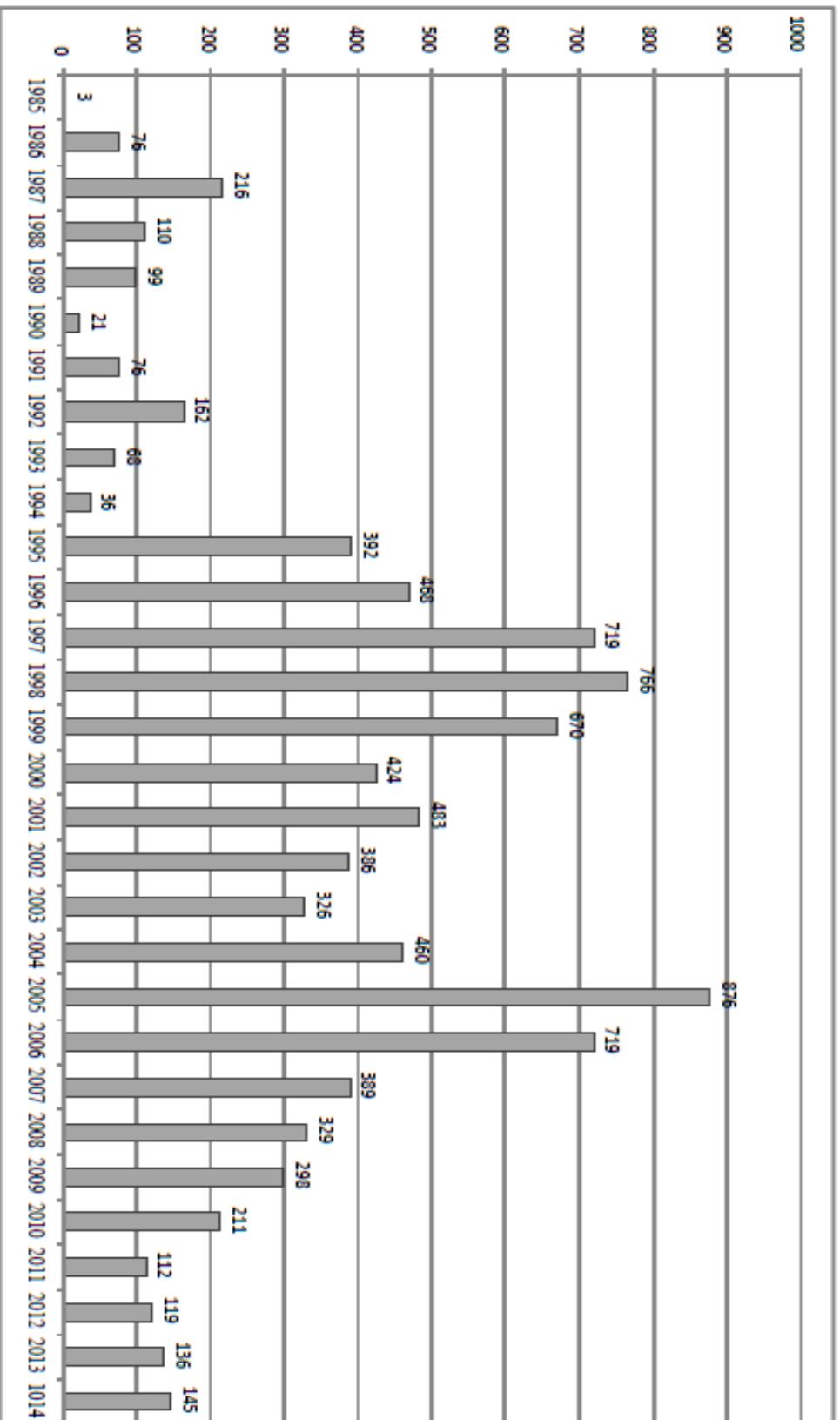
Número de assentamentos e número de famílias assentadas no Brasil

Assentamentos de reforma agrária no Brasil, criados entre os anos de 1979 a 2014 destacando-se o número de assentamentos criados por ano bem como o número de famílias assentadas, conforme o gráfico (8) seguir e o gráfico (9) na página (72).

Número de assentamentos criados no Brasil entre os anos de 1979 a 2014

Assentamentos de reforma agrária no Brasil, criados entre os anos de 1979 a 2014 destacando-se o número de assentamentos criados por ano, conforme gráfico 8 abaixo:

Gráfico 8- Brasil. Número de assentamento rurais entre – 1979 a 2014.

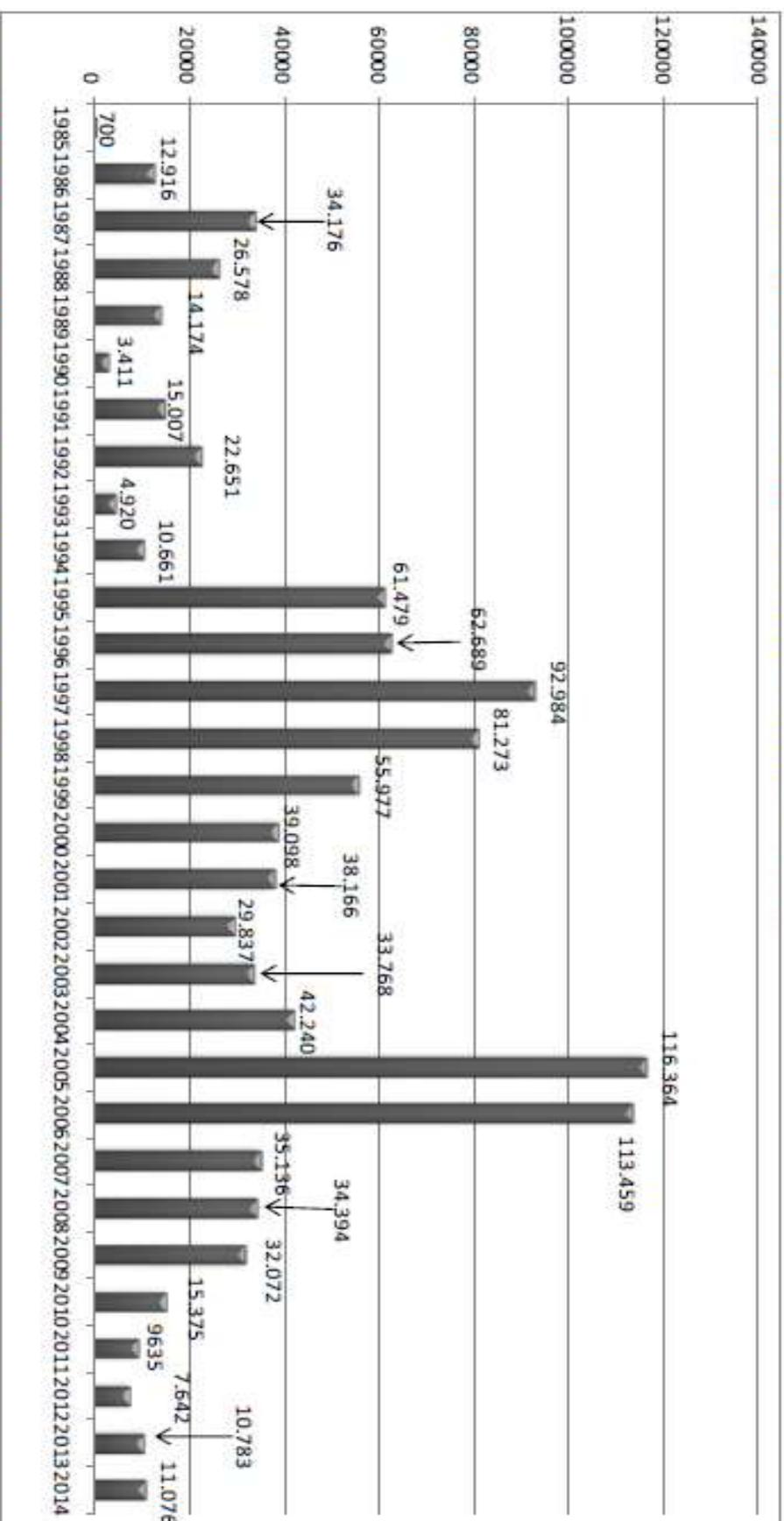


Fonte: DATAUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra 2015; www.fct.unesp.br/nera

Número de famílias assentadas em assentamentos criados no Brasil entre os anos de 1979 a 2014

Número de famílias assentadas em assentamentos de reforma agrária no Brasil, criados entre os anos de 1979 a 2014, criados por ano, conforme gráfico 9 abaixo:

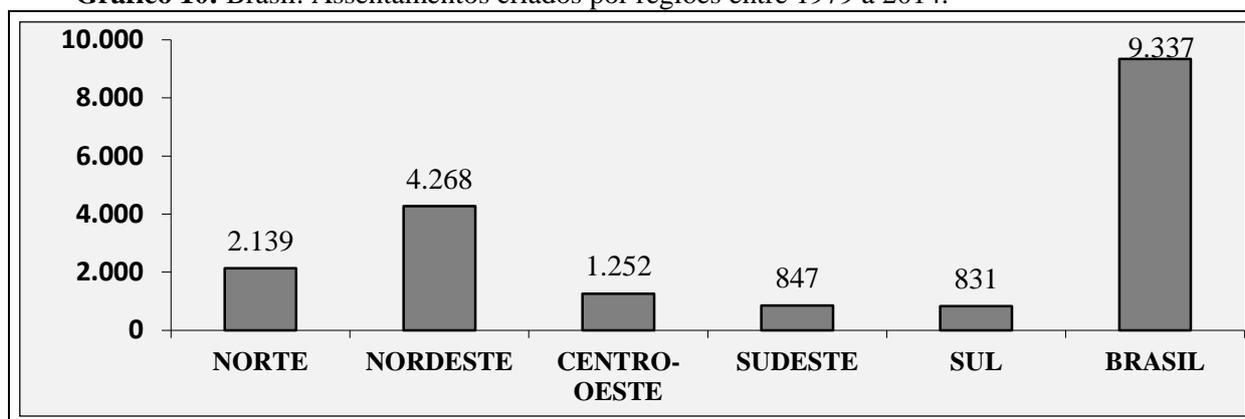
Gráfico 9 - Brasil. Número de famílias assentadas em assentamentos rurais entre – 1979 a 2014.



Fonte: DATAUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra 2015, www.fct.unesp.br/nera.

Dessa forma, os dados abordados anteriormente na tabela das páginas (69-70) e no gráfico (8) da página (71) e no gráfico (9) da página anterior mostram que os assentamentos de reforma agrária implantados a partir de (1979 a 2014) segue normas oficiais do governo Federal representado pelo o INCRA, órgão responsável pelos projetos de assentamentos de reforma agrária no Brasil. Para melhor analisar a criação de assentamentos, foi sistematizado os dados por grandes regiões do país destacando assim o número de assentamentos por regiões.

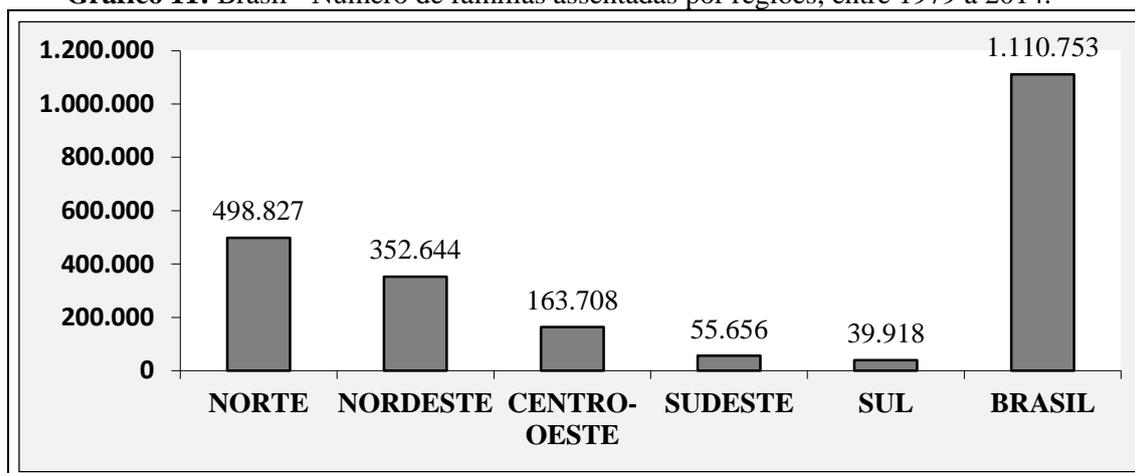
Gráfico 10: Brasil. Assentamentos criados por regiões entre 1979 a 2014.



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra 2015. Organizado pelo autor, 2016.

Segundo os dados acima, mostra que na região Norte foi criado 2.139 assentamentos. Na região Nordeste foi criado 4.268 assentamentos. Na região Centro-Oeste foi criado 1.252 assentamentos. Na região Sudeste foi criado 847 assentamentos. Já na região Sul foi criado 831 assentamentos. Portanto, somadas todas as regiões, totaliza 9.337 assentamentos em todo país. Em relação ao número de assentamentos rurais, temos informações afirmando que alguns desses assentamentos pode não existir mais por ter sido criado em áreas de conflitos com latifúndio o mesmo retomou a propriedade de volta, outros foram criados em áreas de quilombolas, áreas de terras indígenas ou tem assentamentos que já se emanciparam para categoria de distritos ou cidades e ainda permanece no sistema do INCRA como assentamento.

Em seguida apresento também o número de famílias assentadas por regiões do país, levando em consideração um recorte temporal 1979 a 2014, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 11: Brasil - Número de famílias assentadas por regiões, entre 1979 a 2014.

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra 2015. Organizado pelo autor, 2016.

O gráfico acima nos mostra que na região Norte, entre 1979 a 2014 foram assentadas 498.827 famílias. Na região Nordeste foram assentadas 352.644 famílias. Na região Centro-Oeste foram assentadas 163.708 famílias. Na região Sudeste foram assentadas 55.656 famílias. Já na região Sul, foram assentadas 39.918 famílias o que totaliza, segundo os dados oficiais 1.110.753 famílias.

Os dados apresentam inúmeros questionamentos, sobretudo em relação ao número de famílias assentadas. Nesse quantitativo existem muitas famílias que foram assentadas em parcelas de assentamentos antigos e, no entanto, para o INCRA, são consideradas como famílias que foram assentadas em novos assentamentos, ou seja, o órgão não tem uma forma de cadastramento específico para relacionar as famílias que estão substituindo supostas vagas em parcelas desocupadas de assentamentos já existentes. No entanto o INCRA acaba relacionando tudo no mesmo cadastro o que passa a impressão de que está criando assentamentos quando na realidade está sim, preenchendo ou substituindo famílias em assentamentos já criados. Esse processo de substituição contribui para inflar os números do governo sob reforma agrária e mascara a realidade. Em vez de promover a reforma agrária, organizar processo de substituição de famílias em parcelas de assentamentos que foram desocupadas pela falta de atenção adequada por parte das políticas públicas do Estado brasileiro.

Número de assentamentos e número de famílias assentadas no Tocantins

No Estado do Tocantins essa política começou a ser implantadas a partir da porção Norte- região do Bico do Papagaio que compreende parte dos Estados do Maranhão, Pará e Tocantins. Uma ação que começou no início na década de 1970 do século XX, quando os Estados brasileiros em atenção aos interesses dos latifundiários capitalistas estavam ocupando e explorando ilegalmente terras públicas da União com intuito de garantir áreas de reserva para exploração dos recursos naturais na região amazônica. Para isso, o governo militar na época (1970) criou diversos mecanismos institucionais como afirmar:

É, portanto, nesse processo de envolvimento dos militares que foi solicitada a criação de “Coordenadorias Especiais em áreas consideradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacional, ouvida a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional” (Decreto-Lei nº 1.523 de 03/02/77) no INCRA, e que foi desembocar em 1980, na criação do GETAT — Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins, que transforma-se no órgão promotor da regularização fundiária no sudeste do Pará, norte de Tocantins e oeste do Maranhão. Estes atos significaram praticamente a intervenção militar no INCRA e a transformação da condução da política de terras pela ótica da estratégia geopolítica da “ideologia da segurança e do desenvolvimento”. (OLIVEIRA, 2007, p. 126).

Baseado nessa perspectiva o GETAT- Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins atuou no sentido de delimitar-demarcar, grandes extensões de terra para os latifundiários, regularizando assim a grilagem de terra para alguns e ao mesmo tempo reservando de áreas de terra para futuros latifúndios. Em meio a essa conjuntura se inicia o processo de “criação” de projetos de assentamentos ou reconhecimento de posses em comunidades rurais.

Esses assentamentos são resultados das lutas dos camponeses que se deu mais intensamente na região Norte, organizados por movimentos sindicais, por movimentos de pastorais sociais, por movimentos sociais, por movimento de associação particular¹², por movimentos de OGN's, que empreenderam um conjunto de ações que envolvem participação direta e indireta dos camponeses no processo de luta e conquista e reconquista terra. Desse modo, embora não havendo completa sintonia entre os movimentos de luta pela terra cada um a seu modo e maneira encara a luta contra o latifúndio, principal inimigo dos camponeses. Neste sentido podemos afirmar que todas as conquistas que se deram no decorrer desse processo, estão diretamente inseridas no bojo das lutas sociais no campo que contribuiram

¹² Organização de associações ou grupos de famílias que se encontram em áreas rurais e urbanas e resolvem lutar exclusivamente por objetivo determinado.

para o avanço da reforma agrária no Tocantins. Resultando, assim, na criação de vários assentamentos no Estado.

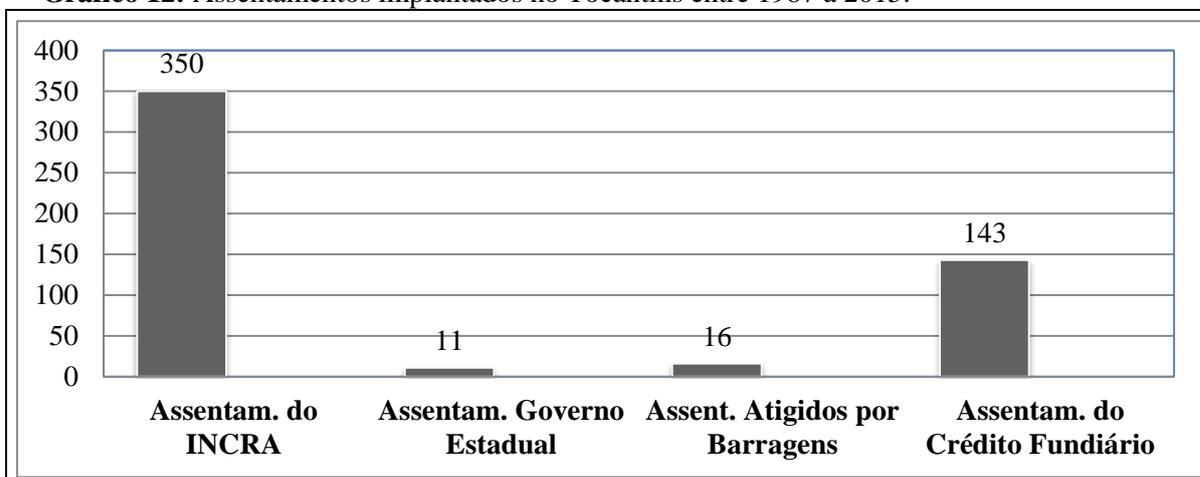
Segundo os dados oficiais, que apresenta os assentamentos e reassentamentos de reforma agrária no Estado do Tocantins, organizados conforme o tipo de projeto e a instituição que representa, conforme a número de assentamentos, conforme o número de famílias assentadas e conforme as áreas dos assentamentos implantados. Esta análise indica os assentamentos e reassentamentos implantados no Estado classificando de acordo com sua forma de organização e representação oficial. Segundo a análise, esses assentamentos se dividem em quatro formas de organização oficial: os assentamentos criados e implantados exclusivamente pelo INCRA, os assentamentos criados pelo governo do Estado antes de 1988 e posteriormente, depois de 1988 passou ser reconhecido pelo INCRA, os reassentamentos de atingidos por barragens e em seguida os assentamentos criados pelo programa do Crédito Fundiário conforme o quadro e o gráfico abaixo:

Quadro 2: Assentamentos implantados no Tocantins entre 1987 a 2015.

Tipo de Projeto	Número de Assentamentos	Quant. Famílias	Área em Hectares
Assentamento do INCRA-	350	24.001	1.199.750
Assentamentos criado pelo Estado e reconhecido pelo MDA/INCRA	11	271	29.117
Reassentamento de atingidos por Barragens reconhecido pelo MDA/INCRA	16	356	15.624
Assentamentos criados pelo programa Crédito Fundiário	143	3.820	92.311
Total	520	28.448	1.336.802

Fonte: INCRA- SR-26 e MDA (2015), organizado pelo o autor, 2016.

Gráfico 12: Assentamentos implantados no Tocantins entre 1987 a 2015.



Fonte: INCRA- SR-26 e MDA (2015), organizado pelo o autor, 2016.

Os dados contido no quadro (2) e no gráfico (12) página anterior, apresentam informações sobre os assentamentos de reforma agrária demonstrando que temos no Estado do Tocantins 350 projetos de assentamentos exclusivamente do INCRA¹³; 11 projetos de assentamento considerados como assentamentos criado pelo governo do estado ainda na época em que a porção Norte pertencia ao Estado de Goiás e que após a criação do Estado do Tocantins em 1988, esses assentamentos passaram ser reconhecido pelo INCRA; 16 reassentamentos de atingidos por barragens que foram criados a partir do remanejamento das famílias atingidas em função da construção das barragens, UHE-Lajeado, UHE-Peixe Anjical, UHE- São Salvador que inundou muitas áreas de terras de famílias camponesas das quais algumas famílias foram reassentadas em outra localidade em áreas adquiridas pela construtora das barragens custeada recurso público relação da qual o INCRA acaba tendo que direta e indiretamente tendo que assumir; e 143 projetos de assentamentos do programa Crédito Fundiário ligados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, ao órgão do governo do Estado-SEAGRO-Ruraltins e órgãos de prefeituras municipais.

Os assentamentos que denomino exclusivamente do INCRA que são 350, e os considerados que são 16 reassentamentos de atingidos por barragens e 11 assentamentos que foram reconhecidos pelo INCRA após 1988, estão relacionados por ano de criação dos assentamentos, por número de assentamentos criados em cada ano, por número de famílias assentadas em cada ano e por as áreas em hectares de cada assentamento conforme o quadro (3) abaixo e dando continuidade a seguir com gráfico (13) complementando com o gráfico (14) na página (79) onde apresenta detalhes sob os assentamentos no Estado do Tocantins.

Quadro 3: Famílias assentadas no Tocantins entre 1987 a 2015.

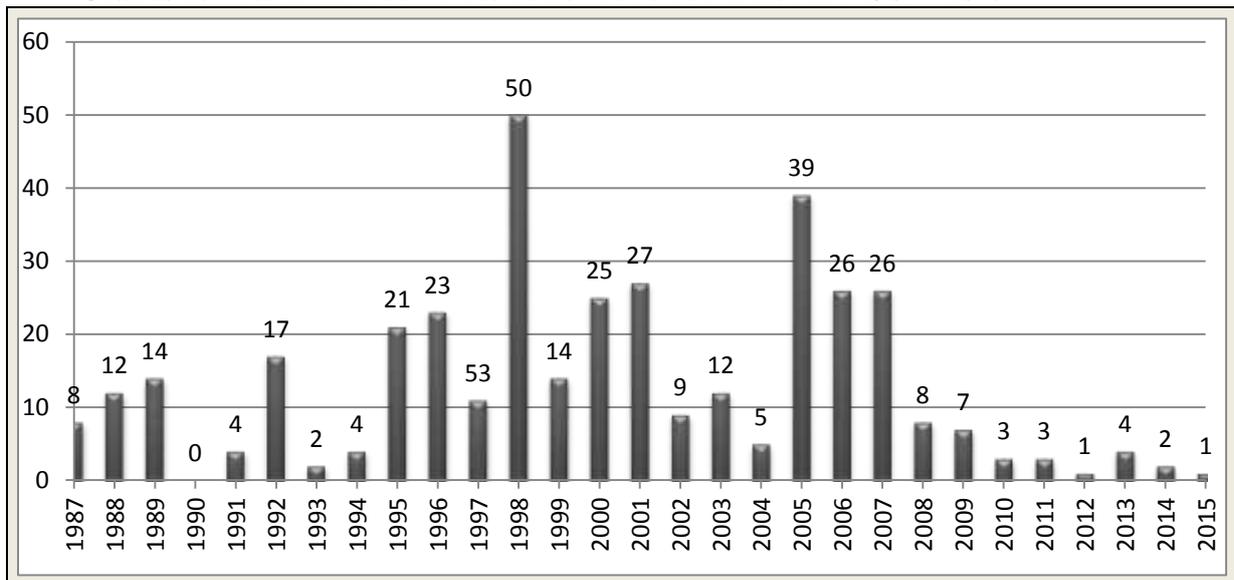
Ano	Assentamentos e reassentamentos	Famílias	Área em Hectares
1987	8	434	22.449
1988	12	1.420	68.581
1989	14	1.313	72.347
1990	00	00	00
1991	4	328	15.604
1992	17	616	45.794
1993	2	102	3.761
1994	4	64	9.920
1995	21	1.499	94.634
1996	23	1.903	91.285
1997	11	757	39.970
1998	50	4.983	219.375

¹³ Na relação dos 350 assentamentos não está inserido o projeto de assentamento Caracol, localizado no município de Formoso do Araguaia que se encontra em processo de desapropriação em favor dos povos indígenas Avá Canoeiros.

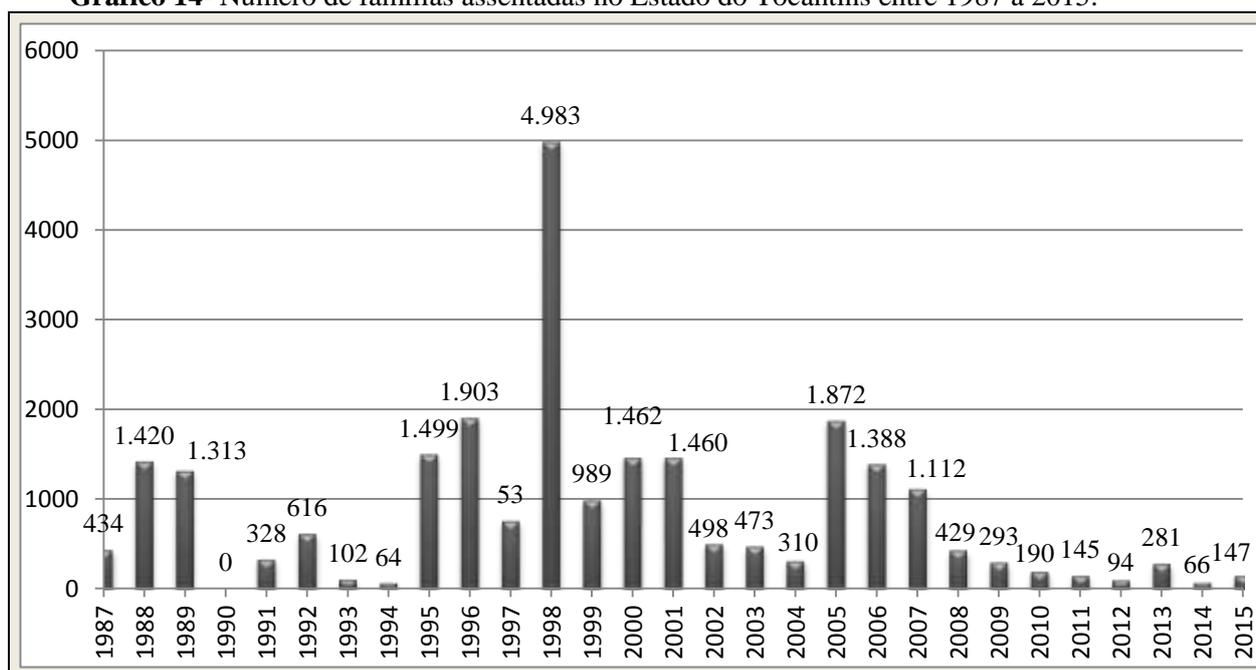
1999	14	989	39.052
2000	25	1.462	76.526
2001	27	1.460	75.965
2002	8	498	23.454
2003	12	473	19.297
2004	5	310	15.122
2005	39	1.872	98.120
2006	26	1.388	76.042
2007	26	1.112	52.592
2008	8	429	19.094
2009	7	293	13.230
2010	3	190	8.181
2011	3	145	10.520
2012	1	94	6.260
2013	4	281	16.364
2014	2	66	5.577
2015	1	147	5.375
Total	377	24.628	1.244.491

Fonte: INCRA, SR-26, 2016. Org. pelo autor, 2016

Gráfico 13- Assentamentos criados no Estado do Tocantins entre 1987 a 2015.



Fonte: MDA/INCRA. Período da criação do projeto: 01/01/1970 até 03/02/2016. Org. pelo autor 2016.

Gráfico 14- Número de famílias assentadas no Estado do Tocantins entre 1987 a 2015.

Fonte: MDA/INCRA. Período da criação do projeto: 01/01/1970 até 03/02/2016. Org. pelo autor 2016.

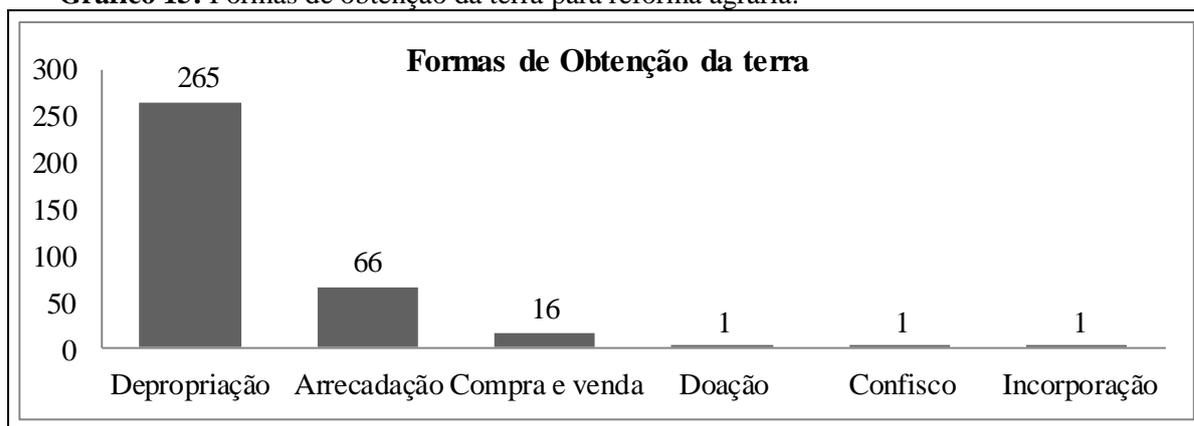
A Partir dos dados, destaca também as formas de obtenção de terra adotadas pelo governo Federal para criação de assentamentos no Estado do Tocantins. Essas formas de assentamentos obtenções são desapropriação, arrecadação, compra e venda, doação, confiscada e incorporação

Esses assentamentos referem-se apenas aos assentamentos criado exclusivamente pelo INCRA o que totaliza 350 assentamentos, conforme se ver no quadro abaixo e no gráfico a seguir:

Quadro 4: INCRA, Formas de obtenção de terra.

Forma de Obtenção	Nº de assentamentos	Nº de famílias assentadas	Área em (hac)
Desapropriação	265	19.520	945.780
Arrecadação	66	2.543	141.536
Compra e venda	16	1.506	78.794
Doação	1	353	30.384
Confiscada	1	12	99
Incorporação	1	67	3.157
Total	350	24.001	1.199.750

Fonte: MDA/INCRA. Período da criação do projeto: 01/01/1970 até 03/02/2016. Org. pelo autor 2016.

Gráfico 15: Formas de obtenção da terra para reforma agrária.

Fonte: MDA/INCRA, SR-26, organizado pelo autor 2016.

Os dados apresentados no quadro e no gráfico acima mostram as formas de obtenção de terra adotada pelo INCRA-órgão oficial do governo Federal relacionado à aquisição de terra para reforma agrária. Portanto, esses 350 assentamentos do INCRA se basearam nas seguintes formas de obtenções: 270 assentamentos foram criados a por meio de desapropriações provenientes de terras consideradas no momento da avaliação do INCRA improdutivas. 67 assentamentos criados a partir de arrecadações de terras públicas. 16 assentamentos criados provenientes de terras adquiridas por meio de compra e venda. 1 assentamento criado a partir de doação de terra. 1 assentamento criado a partir de uma área-imóvel confiscado e 1 assentamento criado a partir de incorporação de área pública.

Esses assentamentos de reforma agrária, implantados pelo MDA/INCRA SR-26, se deram através da obtenção de terra, baseado em aspectos legais: leis, decretos e normas que orienta sob processos de desapropriação imóvel rural e aquisição de imóvel por meio de compra e venda. O processo de desapropriação ocorre quando o imóvel não está exercendo devidamente função social e produtiva da terra – improdutivo Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e o processo de aquisição se dá quando o imóvel é produtivo, neste sentido o INCRA adquire por meio de compra e venda - Decreto de número 433 de 24 de janeiro de 1992. Nesses processos terra é pago com TDA-Título da Dívida Agrária. Neste sentido, o imóvel que enquadra na categoria/situação improdutivo deve ser destinado para reforma agrária independentemente da vontade do proprietário. Já o imóvel que se enquadra na categoria/situação produtiva, só poderá ser destinado para reforma agrária se o proprietário do imóvel concordar em vendê-lo para o INCRA.

Como se percebe, os assentamentos criados por meio de áreas ligado à categoria/situação desapropriação são provenientes de imóveis rurais particulares que não estavam cumprindo a função social da terra. Essa forma de obtenção de terra apresenta em um

número bastante elevado e refere-se às áreas de terras privadas que foram adquiridas por que não estavam exercendo a função social da terra. Nesta situação, o órgão do governo-INCRA, inicia o processo de desapropriação onde o proprietário do imóvel de acordo com a lei é obrigado a vender a terra para o Estado brasileiro que paga conforme o preço de terra existente na microrregião onde se situa os imóveis.

O assentamento criado por meio de terras ligadas à categoria/situação terras arrecadadas, trata-se de terras públicas da União que foram retomados e destinados para INCRA que implanta projetos de assentamentos de reforma agrária. Os assentamentos que foram criados, provenientes de imóveis rurais ofertadas ou indicados junto o INCRA para projetos de reforma agrária passaram pelos seguintes procedimentos, instaura-se processo de obtenção/aquisição, o resultado do laudo agrônômico classifica como produtivo. Neste caso, os imóveis que se enquadraram nessa categoria/situação foram obtidos por meio da compra e venda onde o proprietário teve a prerrogativa de aceitar vender a terra para o INCRA.

Em seguida temos as outras formas de obtenção que envolve doação, confiscada e incorporação. Na categoria/situação doação, temos o assentamento Água Branca localizado no município de Nova Olinda com 30.384 hectares onde foram assentadas 351 famílias, esse assentamento foi implantado (1996) numa área de terra adquirida por meio de doação que foram destinados para o INCRA o projeto de assentamento. Na categoria/situação confiscado doação se encontra o assentamento Alegre, situado no município de Pium com de 99 hectares onde foram assentadas 12 famílias em (1998) esta área foi obtida por meio de imóvel particular que foi confiscado em função de dívidas junto ao governo federal, o qual foi repassado para o INCRA implantar o projeto de assentamento. E por último, temos o assentamento Santo Antônio, situado no município de Porto Nacional com 3.157 hectares onde na época foram assentadas 63 famílias entre (1987 a 1988) esta área foi obtida por meio de uma incorporação de terra pública destinada para criação do assentamento da reforma agrária.

Normalmente, o trâmite para obtenção de terra para reforma agrária, envolveram uma série de fatores que se iniciou com a oferta ou indicação da área-imóvel rural seja por parte do proprietário ou por parte movimentos-organizações social que pleiteiam terra para criação de assentamento junto ao INCRA, o qual, conforme entendimento, negociação ou pressão, montaram-se processo de obtenção que resultaram na formação de dados técnicos (laudo agrônômico entre outro...) que determinaram se os imóveis poderiam ser destinados ou não para criação de assentamentos, levando em consideração aspectos e fatores - topografia da terra-relevo, recursos hídricos, solo adequado para atividade agrícola, vegetação e acesso.

Esses critérios acima descritos contemplaram 347 assentamentos, sendo 265 assentamentos obtidos por meio de desapropriações, 66 obtidos por meio de imóveis arrecadados e 16 assentamentos obtidos por meio de imóveis proveniente de compra e venda.

Vale destacar que esses assentamentos foram criados para atender reivindicações de movimentos sociais, de movimentos sindicais, de movimentos de pastorais sociais, de movimentos de ONGs, de movimentos de associação particular, de movimento político partidário, de movimento político de prefeituras e de movimento de especuladores mobiliários.

As análises nos mostram que até 1998 foram assentadas no Tocantins 1.761 famílias em 20 assentamentos de reforma agrária. Esses assentamentos, em sua grande maioria são comunidades rurais e posses que INCRA incorporou e reconheceu como assentamentos de reforma agrária, assumindo assim uma tarefa que antes era do governo do Estado e dos municípios. Neste sentido ao analisar os dados sobre a criação dos assentamentos, é possível concluir que as conquistas não se deram de forma pacífica e nem se deram por meio de uma ação política espontânea do Estado brasileiro, mais sim por meio de um processo de luta contra as forças políticas do Estado brasileiro e dos latifundiários que historicamente insistem em não permitir que os camponeses tenham acesso à terra.

Para o MDA/INCRA o processo de implantação dos assentamentos de reforma agrária segue os seguintes passos dos se divide em nove (09) etapas que são:

Etapa de número 00 - em fase de obtenção, a etapa de número 01 - Pré-Projeto de Assentamento, etapa de número 02 - assentamento em fase de criação, etapa de número 03 - assentamento em fase de Criado, etapa de número 04 - Assentamento em fase de instalação, etapa de número 05 - assentamento em fase de estruturação, etapa de número 06 - assentamento em fase de consolidação, etapa de número 07 - assentamento em estado/situação consolidado, etapa de número 08 - assentamento cancelado e etapa de número 09 - Assentamento Revogado (RB. MDA/INCRA SR-26,2015).

A política de reforma agrária no Estado do Tocantins apresenta situação diversa que varia de acordo com a realidade econômica, política e social de cada localidade. Uma realidade que está relacionada à política de desenvolvimento da agricultura capitalista que sempre se utilizou e utiliza o estado para implementar seus projetos. Dessa forma há um conjunto de forças que contribuíram e contribuem para avanço da agricultura capitalista no campo e ao mesmo tempo impedi o avanço da agricultura camponesa. Uma ação que, dependendo da localidade pode se utilizar agricultura camponesa como “aliado-parceira” e em

outras localidades dificulta totalmente a presença da agricultura camponesa, situação que consequentemente gera conflitos no campo.

Assentamento do governo do Estado do Tocantins

Os assentamentos considerados do Estado do Tocantins e posteriormente (1988 em diante) reconhecido de pelo INCRA a partir de 1992 e 1997, são territórios camponeses, especializados por 11 assentamentos ocupando uma área de 29.117 hectares, povoado por 271 famílias camponesas que residia e trabalhava no campo, lutando contra a pressão dos latifundiários que ameaçavam expropriarem de suas terras. O reconhecimento de suas áreas como assentamento do INCRA lhes garantiu mais segurança e esperança quanto à posse e domínio da terra a acesso a recursos públicos para assistência técnica e entre outros.

Quadro 5: Assentamentos implantados no Tocantins entre 1987 a 2015.

Tipo de Projeto	Número de Assentamentos	Quant. Famílias	Área em Hectare
Assentamentos criado pelo Estado e reconhecido pelo MDA/INCRA	11	271	29.117

Fonte: INCRA- SR-26 e MDA (2015), organizado pelo o autor, 2016.

Reassentamentos de atingidos por barragens

Os reassentamentos de Atingidos por Barragens são territórios camponeses, composto por sujeitos que antes residiam em sua grande maioria próximo às margens dos rios e que foram obrigadas a se retirarem ou serem retirados para outras localidades em função da construção das barragens para instalação de Usina Hidrelétrica como a Usina do Lajeado, Usina Hidrelétrica de Peixe e a Usina Hidrelétrica de São Salvador (NASCIMENTO, 2013), quadro abaixo:

Quadro 6- Formas de obtenção de terra.

Forma de Obtenção	Nº de assentamentos	Nº de famílias assentadas	Área em (hac)
Reconhecimento PRB	16	356	15.624

Fonte: MDA/INCRA. Período da Informação: 01/01/1970 até 07/08/2014. Organizado pelo autor 2016.

As barragens das Usinas hidrelétricas contribuíram para desabrigar mais de 356 famílias camponesas que foram reassentadas em 16 reassentamentos ficando assim distribuídas conforme as barragens das Usinas Hidrelétricas. A barragem da Usina

Hidrelétrica de Lajeado contribuiu para desabrigar e reassentar 264 famílias em 11 reassentamentos, sendo 221 famílias foram reassentadas em 7 reassentamentos localizados no município de Porto Nacional-TO; 13 famílias foram reassentadas em 1 reassentamento localizado no município de Miracema do Tocantins; 4 famílias foram reassentadas em 1 reassentamento localizado no município de Lajeado; 6 famílias foram reassentadas em 1 reassentamento localizado no município de Ipueras-TO; 20 famílias foram reassentadas em 1 reassentamento localizado no município de Brejinho de Nazaré-TO.

As barragens das Usinas hidrelétricas de Peixe Angical e São Salvador, contribuíram para desabrigar e reassentar 85 famílias em 6 reassentamentos, sendo 24 famílias reassentadas em 2 reassentamentos localizado no município de Paranã-TO e 61 famílias reassentadas em 3 reassentamentos localizados no município de São Salvador-TO.

Em relação à política para obtenção de terras para reassentar famílias atingidas pela construção de barragens, embora as informações sob os reassentamentos estejam relacionadas na relação do sistema de informações de projetos de reforma agrária de assentamentos do MDA/INCRA-SR-26, esses reassentamentos foram constituído a partir de uma relação direta entre construtora das barragens e as famílias atingidas que definiram as forma e as condições de obtenção da terra a ser adquiridas pela construtora e destinadas para reassentar as famílias atingidas.

Quadro 7: Formas de obtenção de terra.

Forma de Obtenção	Nº de assentamentos	Nº de famílias assentadas	Área em (hac)
Assentamentos criado pelo Estado e reconhecido pelo MDA/INCRA	11	271	29.117

Fonte: MDA/INCRA. Período da Informação: 01/01/1970 até 07/08/2014. Organizado pelo autor 2016.

Assentamentos do Programa Crédito Fundiário no Tocantins

Os assentamentos do Crédito Fundiário no Estado do Tocantins são provenientes de um programa implementado pelo MDA-Ministério do Desenvolvimento Agrário. Esse programa foi criado pelo governo federal ainda na década de 1990 para garantir aos camponeses o acesso a terra por meio de financiamento-créditos junto aos bancos oficiais destinados para aquisição de terra por meio da compra de terras de propriedades privada. No Estado do Tocantins esse processo iniciou-se a partir do ano de 2001 em diante e sua forma de acesso a terra se dá por meio de três linhas de créditos-financiamento assim definidas:

Consolidação da Agricultura Familiar-CAF, Banco da Terra-BT, e Combate a Pobreza Rural-CPR, conforme quadro abaixo:

Quadro 8: Assentamentos do Crédito Fundiário do Tocantins entre 2001 a 2016

Linha de crédito-Financiamento	Nº de assentamentos	Nº de famílias assentadas	Área em (hac)
Consolidação da Agricultura Familiar-CAF	97	2.449	64.449
Combate a Pobreza Rural- CPR	32	989	17.369
Banco da Terra-BT	14	382	10.491
Total	143	3.820	92.311

Fonte: MDA, organizado pelo autor 2016.

Baseado nas informações do MDA e de acordo o quadro acima, observamos que no Estado do Tocantins o programa, Crédito Fundiário se territorializou em 60 municípios com 3.720 famílias assentadas numa área de 92.309 hectares distribuídas em 143 assentamentos conforme a linha de crédito-financiamento. Esses assentamentos estão assim distribuídos: primeiro a linha de crédito-financiamento denominado Consolidação da Agricultura Familiar-CAF, foram assentadas 2.449 famílias, numa área de 64.449 hectares em 97 assentamentos. A linha de crédito-financiamento chamada de Combate à Pobreza Rural-CPR, assentou 989 famílias, numa área de 17.369 hectares em 32 assentamentos. Já a linha de crédito-financiamento de Banco da Terra-BT, assentou 282 famílias, numa área de 10.491 hectares em 14 assentamentos.

Vela destacar que no Estado do Tocantins, os camponeses que adquiriram terra por estes meios, em sua grande maioria, além se assentaram em terras consideradas impróprias para agricultura camponesa, ainda contraíram dívidas altas junto aos bancos financiadores dos recursos utilizados para obtenção da terra.

O Projeto Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural - CPR surgiu em 2001 como uma iniciativa do Governo Federal do Brasil, com apoio do Banco Mundial e a da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag, que teve por objetivo básico auxiliar no esforço nacional de combate à pobreza rural por meio do acesso à terra pela população rural pobre do Brasil. O CPR foi implementado em 14 estados, incluindo todos os estados do Nordeste e do Sul do país, além de Minas Gerais e Espírito Santo, com a meta de beneficiar 50 mil famílias de trabalhadores rurais. Atualmente, o CPR faz parte, como linha de financiamento, do Programa Nacional de Crédito Fundiário-PNCF. (...) A execução do Programa é descentralizada e de responsabilidade dos estados, com participação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag, Fetraf-Sul e Federações Estaduais de Trabalhadores na Agricultura, com apoio dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável-CEDRS e dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS. O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), desde 2003 a 2009, beneficiou mais de 75 mil famílias, transferindo uma área fundiária a trabalhadores rurais e agricultores

familiares próxima a 1,5 milhão de hectares e investiu mais de 2 bilhões de reais (IICA, 2010, p. 15; et ali, MDA, 2011, p. 29).

Esta citação mostra que o programa agrário foi articulado e implementado por um conjunto organizações que envolvem de além MDA as instituições bancárias as entidades estaduais e municipais. Esse programa se constitui numas das formas de obtenção de terra que atende a um grupo restrito e limitado de camponeses. Normalmente são camponeses que não tem interesse de envolver diretamente em lutas políticas que requer enfrentamento junto aos órgãos do Estado brasileiro de modo a pressionar e exigir para que ele cumpra seu papel. Entretanto, esses camponeses são motivados pelo próprio Estado brasileiro e o mercado a aceitarem propostas imediatistas que apresentam aparentemente resultados fáceis sem muitas lutas e conflitos. Essa forma de aquisição de terra é mais utilizada pelos movimentos sindical e por pequenas associações de camponeses que articulam e organizam uma instituição formal para lhes representarem junto às instituições financeiras que vai disponibilizar os recursos para obtenção da terra.

2.7 Geografia dos assentamentos de reforma agrária no Estado do Tocantins

As lutas intensas travadas pelos camponeses no Estado do Tocantins, organizados ou não em movimentos sociais, movimentos sindicais, associações de pequenos agricultores que apoio a famílias sem terra, associações de grupos de famílias camponesas sem terra e movimentos de pastorais sociais-igrejas contribuíram para avançar nas conquistas da terra. Entretanto as conquistas que ocorreram por parte dos camponeses ao longo desse período (1987 a 2015) de certa forma, foram condicionadas também aos interesses da agricultura capitalistas que delimitou territórios de influencias e atuações bem como até mesmo a quantidades de assentamentos a ser criados. Isso demonstra que a agricultura capitalista interferiu na política relacionado à criação de assentamentos de reforma agrária ocorrida na administração dos diferentes governos que representaram o país na esfera federal, conforme quadro abaixo:

Quadro 9: Assentamentos criados pelo Governo Federal no Tocantins.

Governos: de Sarney a Itamar Franco 1987 a 1989		Gov. FHC 1990 a 2002		Gov. Lula 2003 a 2010		Gov. Dilma 2011 a 2015	
Assentamento	Famílias	Assent.	Famílias	Assentam.	Famílias	Assent.	Famílias
34	3.167	206	14.661	126	6.067	11	733

Fonte: INCRA, organizado pelo autor 2016.

O quadro da página anterior mostra que a política de reforma agrária no Tocantins entre 1987 a 1989 sob a administração dos governos dos presidentes José Sarney, Fernando Collor de Melo e Itamar Franco, conseguiram criar 34 assentamentos de reforma agrária e assentar 3.167 famílias. Entretanto vale ressaltar que boa parte desses assentamentos eram assentamentos antigos (na época Estado de Goiás) que foram reconhecidos pelo INCRA após o ano 1988. Entre 1990 a 2002, período da administração do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (Partido-PSDB), em função das lutas intensas por parte dos camponeses, foi possível criar 206 assentamentos e assentar 14.661 famílias. No período de 2003 a 2010, sob administração do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (Partido-PT), foram criados apenas 126 assentamentos e assentadas 6.067 famílias. Já no período de 2011 até o segundo semestre de 2015, sob administração do governo da presidente Dilma Rousseff (Partido-PT), infelizmente foram criados apenas 11 assentamentos e assentadas 733 famílias, para reforma agrária, este último governo, analisado partir dos números, foi tão insignificante que dispensa comentário.

Como podemos ver, em termos de números de assentamentos e de famílias assentadas, o governo que se destacou foi o presidente Fernando Henrique Cardoso. Essa ação não quer dizer que ele era um governo de ideia progressista simpática à política de reforma agrária, isso se deu em função das lutas dos movimentos sociais e sindicais a nível estadual e nacional que nesse período eram ativamente intensas e também em resposta ao massacre contra camponeses, ocorrido em Eldorado dos Carajás (curva do S) no Estado do Pará, fato que repercutiu negativamente contra o seu governo. O governo Lula, embora tenha criado alguns assentamentos, deixou a desejar bastante. Para alguns analistas isso se deu por que os movimentos sociais se acomodaram, ou seja, ficaram esperando pelo governo que cada vez mais foi se distanciando dos camponeses e se aproximando do agronegócio como afirma.

Nos dois mandatos de Lula, não foi feita reforma agrária, e o que é pior: de 2008 para cá, passou-se a fazer a contrarreforma agrária, que é o programa Amazônia Legal. Esse programa destina terra do Incra para grileiros através de Medidas Provisórias 422 e 458. O Incra tem 67 milhões e 800 mil hectares de terra na Amazônia Legal, e essas terras vão ser destinadas a grileiros através do programa que o senhor Guilherme Cassel fez. (OLIVEIRA, 2007).

Essa análise vem de encontro à realidade vivenciada no Estado do Tocantins, pois mostra claramente que o governo Lula estava do lado dos grileiros latifundiários ligados à agricultura capitalista procurando sempre estabelecer, a seu modo, uma relação entre agricultura capitalista e agricultura camponesa. Essa relação se tornou mais evidente, a partir do ano de 2003 em diante, quando o governo Lula começou a criar assentamentos da reforma

agrária no Estado. A partir desse período inicia o surgimento de muitos assentamentos em áreas não conflituosas e em algumas situações improprias para agricultura camponesa como se confirma a análise do Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, (2010,p.1).

Assim, como tenho afirmado, a política de reforma agrária do governo Lula está marcada por dois princípios: não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e fazê-la apenas nas áreas onde ela possa “ajudar” o agronegócio. Ou seja, a reforma agrária está definitivamente acoplada à expansão do agronegócio no Brasil.

O Estado do Tocantins, por ser conhecido como uma das localidades de fronteira da região amazônica, essa forma de ação contra a agricultura camponesa também esteve presente em outros governos anterior ao governo Lula. Porém foi no governo do presidente Lula que esse posicionamento se mostrou mais evidente, principalmente quando procurou desenvolver os projetos de reforma agrária relacionada e condicionada aos interesses do avanço do agronegócio, procurando atender as reivindicações dos movimentos sociais nas localidades onde pudesse beneficiar agricultura capitalista, nem que para isso, tivesse que forçar migração intra-estadual de uma região de conflitos para outra região sem conflitos pela terra, ou seja, trazer camponeses da região do Bico do Papagaio (região conflituosa) para outras regiões menos conflituosa dentro do próprio o Estado – Tocantins.

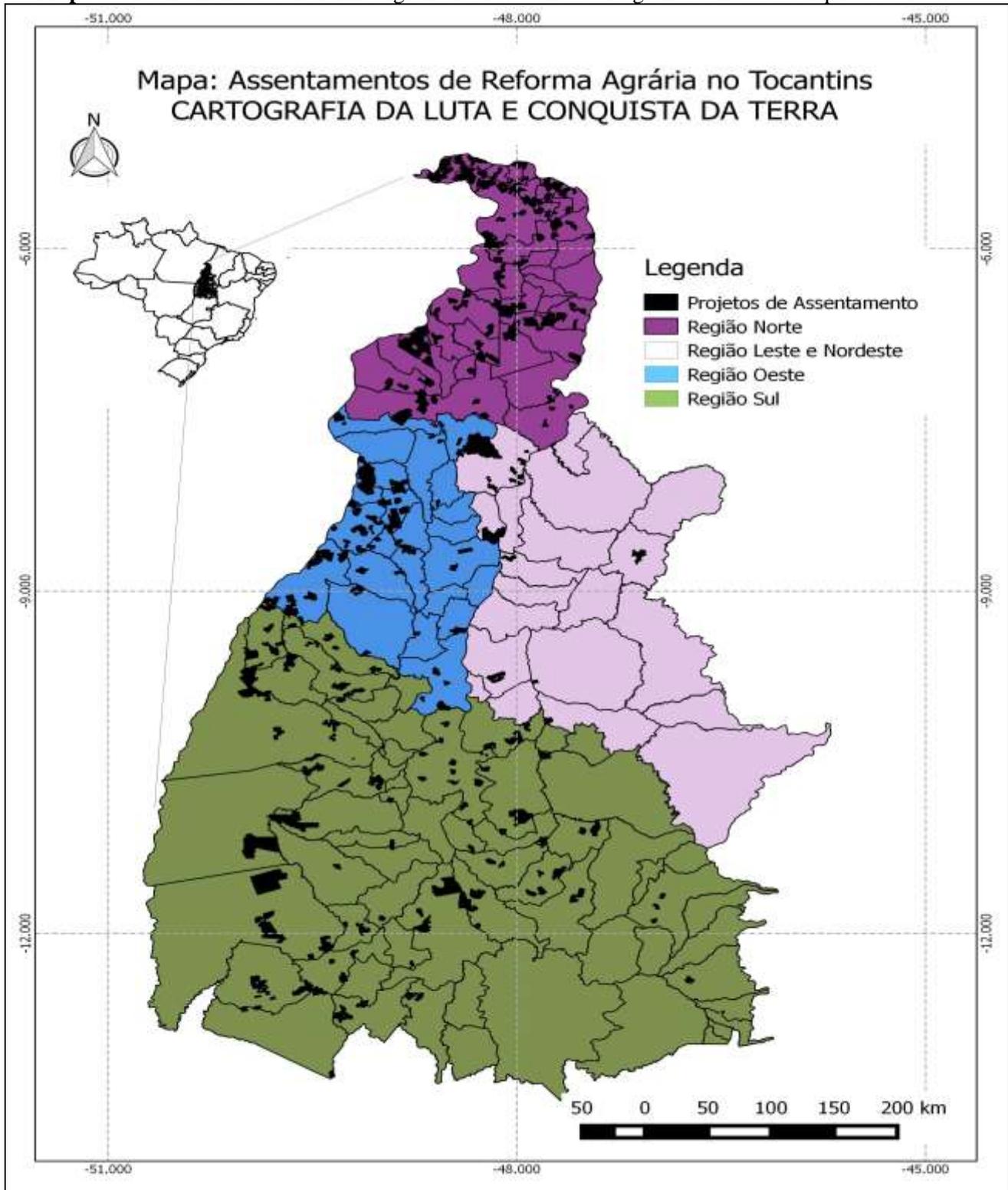
Neste sentido, para melhor analisar essa a situação, foi construindo um mapa a seguir, dividindo o Estado do Tocantins em quatro regiões, agrupando os assentamentos por municípios de acordo com as características de sua organização e localização relacionadas à intensidade das lutas observando o nível de caráter das lutas enérgicas, pacífica ou indiferente por parte dos sujeitos presente nas regiões bem como suas relações e ações nos territórios, apresentado nos quadros e também nos mapas a seguir, cujo título se chama: assentamento de reforma agrária no Tocantins, Cartografia da Luta e Conquista da Terra no Tocantins divisão regional conforme quadro abaixo:

Quadro 10: Assentamentos de reforma agrária no Tocantins classificados por regiões

REGIÃO	Nº DE MUNICÍPIOS	Nº DE ASSENTAMENTOS	Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS	Nº ÁREAS EM HECTARES
NORTE	34	150	9.831	403.640
CENTRO-OESTE	19	67	5.311	256.569
SUL	40	141	8.533	521.233
LESTE e NORDESTE	9	19	953	63.049
TOTAL	102	377	24.628	1.244.491

Fonte: MDA/INCRA SR-26, TOCANTINS, 2015. Organizado pelo autor, 2016.

Mapa 1- Assentamentos de Reforma Agrária no Tocantins- Cartografia da Luta e Conquista da Terra



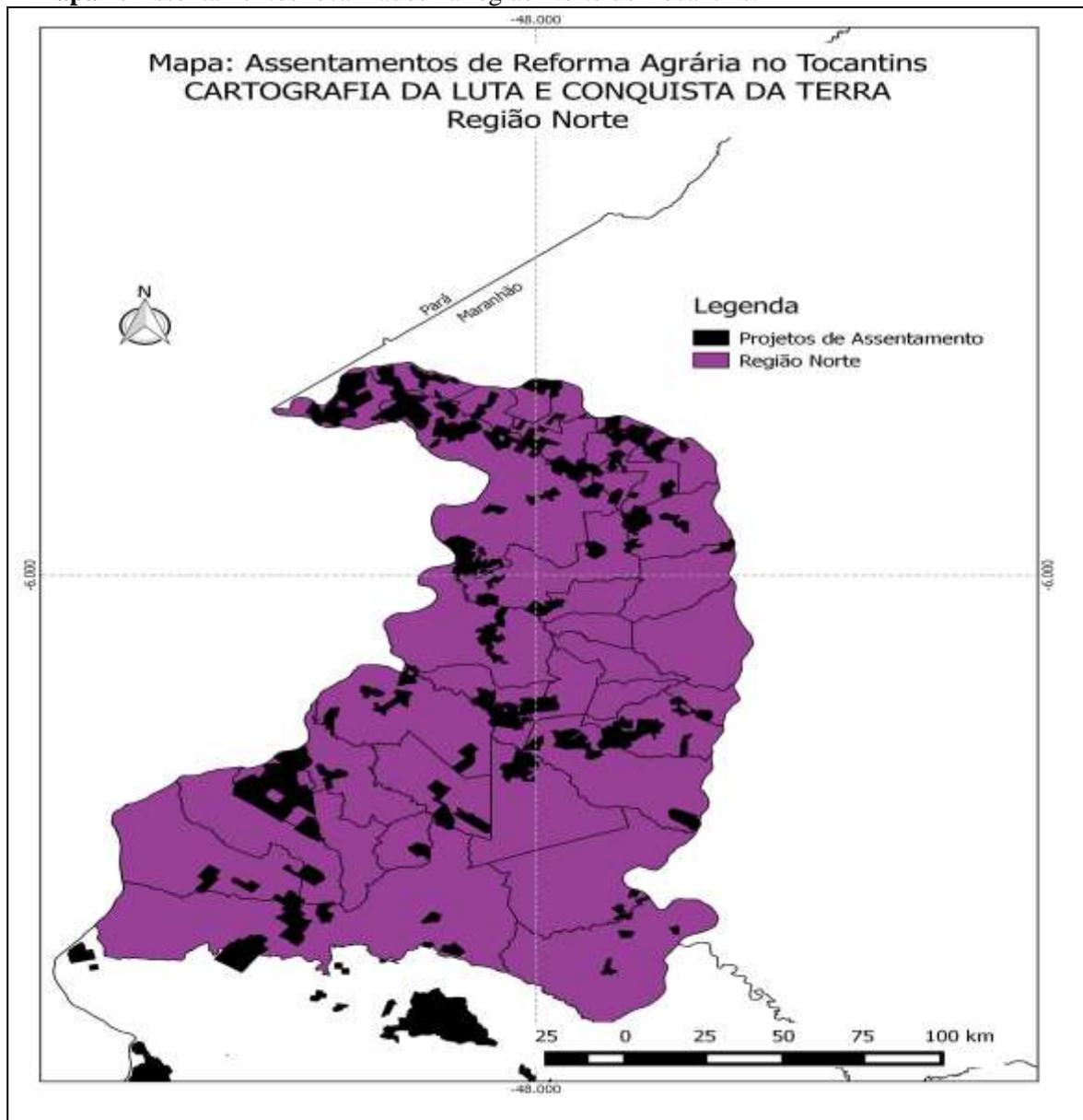
Fonte: MDA/INCRA, organizado pelo autor 2016.

Segundo dados do MDA/INCRA SR-26, atualmente vivem no campo quase 25 mil famílias assentadas em 377 assentamentos, contando entre assentamentos e reassentamentos rurais devidamente cadastradas pelo Sistema de Relação de Beneficiários da Reforma

Agrária– RB, organizado pelo INCRA. Os dados mostram que dos 139 municípios existentes no Estado do Tocantins, em 102 municípios encontra-se territorializados por assentamentos e reassentamentos de reforma agrária, ou seja, em 73.38 % dos municípios no Estado do Tocantins estão povoados por camponeses que em sua grande maioria retornaram da cidade para o campo. Portanto temos um número significativo de camponeses residindo no campo, conforme descrito quadro abaixo relacionado ao número de famílias assentadas no Tocantins entre 1987 a 2014, conforme mapa abaixo e o quadro a seguir:

Assentamentos de reforma agrária no Tocantins, região Norte Cartografia da Luta e Conquista da Terra

Mapa 2: Assentamentos localizados na região Norte do Tocantins.



Fonte: MDA/INCRA, Organizado pelo autor 2016.

O quadro abaixo apresenta a relação dos assentamentos existente na região Norte do Estado do Tocantins conforme metodologia adotada pelo autor que organizou o mapa e o quadro.

Quadro 11: Assentamentos localizados na região Norte.

Nº	Região Norte			Área em hec.
	Municípios	Numero de assentamentos	Número de famílias	
1	Aguianópolis	2	124	4.023
2	Ananás	2	212	18.695
3	Angico	1	60	4.028
4	Aragominas	6	1.068	43.030
5	Araguaína	6	542	26.757
6	Araguanã	1	118	3.814
7	Araguatins	21	1.497	52.164
8	Augustinópolis	8	520	16.230
9	Axixá do Tocantins	8	384	10.958
10	Babaçulândia	5	112	9.020
11	Buriti do Tocantins	3	116	3.537
12	Cachoerinha do Tocantins	2	78	3.300
13	Carmolandia	1	74	2.801
14	Carrasco Bonito	1	33	926
15	Darcinópolis	4	291	17.713
16	Esperantina	12	537	20.336
17	Filadélfia	6	125	4.565
18	Itaguatins	4	233	9.545
19	Luzinópolis	4	102	9.957
20	Mauricilândia	1	65	1.889
21	Muricilândia	1	147	4.896
22	Palmeira do Tocantins	4	354	14.248
23	Piraquê	4	392	16.671
24	Praia Norte	5	370	11.426
25	Riachinho	5	405	16.607
26	Sampaio	2	83	5.568
27	Santa Fé do Araguaia	4	373	16.013
28	São Bento do Tocantins	5	242	11.716
29	São Miguel do Tocantins	2	76	2.676
30	São Sebastião do Tocantins	6	315	10.902
31	Sítio Novo do Tocantins	5	169	7.093
32	Tocantinópolis	1	12	452
33	Wanderlândia	3	226	9.365
34	Xambioá	5	376	12.719
	Total	150	9.831	403.640

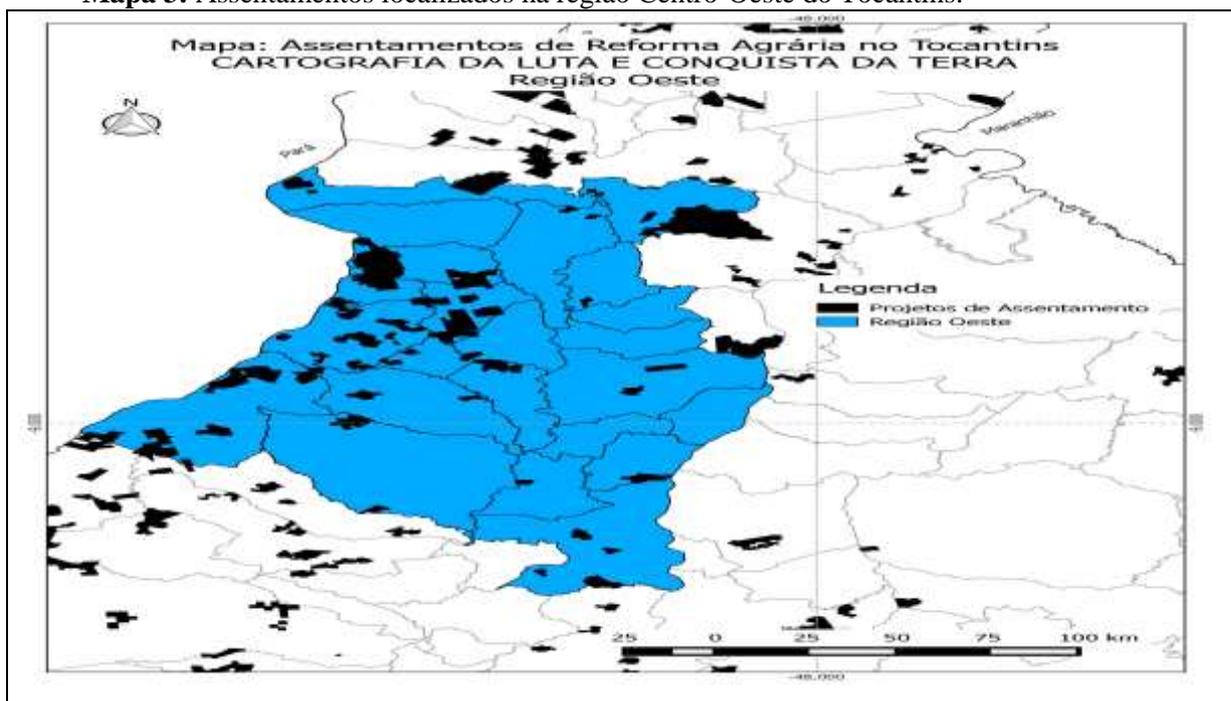
Fonte: RB. Relação de Beneficiários do INCRA-2014, organizado pelo autor 2016.

A região Norte do Estado do Tocantins, popularmente conhecida como região do Bico do Papagaio, atualmente é composta por 150 assentamentos especializados em 34 municípios habitado por 9.831 famílias numa área de 403.640 hectares. Essa porção do território tocantinense embora tenha forte influência da agricultura capitalista-agronegócio, tem também grande influencias de movimentos sociais, de movimentos sindicais de pastorais sociais e outras formas de organizações de luta e resistência camponesa as quais tem conseguido impor algumas derrotas contra o latifúndio a ponto de estabelecer importantes conquistas na área da reforma agrária. Em relação a região Norte-Bico do Papagaio, trata-se de uma porção do território que é bastante adensada em termos populacional onde as terras reuni todos os elementos propício para agricultura camponesa o que justifica ser um território que apresenta característica históricas de lutas e conflitos pela terra que vem desde início da década de 1970 do século XX.

Vale destacar que a partir da década 1970 até os dias atuais, têm sido marcadas por diversos conflitos entre camponeses e latifundiários. Fatos que atualmente (2016, século XXI), os conflitos vêm se reproduzindo em função da utilização das terras por parte dos latifundiários na exploração do agronegócio ligado a silvicultura-plantação de eucalipto.

Assentamentos de reforma agrária no Tocantins, região Centro-Oeste Cartografia da Luta e Conquista da Terra

Mapa 3: Assentamentos localizados na região Centro-Oeste do Tocantins.



Fonte: MDA/INCRA, Organizado pelo autor 2016.

O quadro abaixo mostra a relação dos assentamentos existente na região Centro-Oeste do Estado do Tocantins conforme metodologia da organização do mapa.

Quadro 12- Assentamentos localizados na região Centro-Oeste do Tocantins.

Região Centro-Oeste				
Nº	Municípios	Numero de assentamentos	Número de famílias	Área em hec.
1	Araguacema	6	712	37.610
2	Arapoema	2	48	2.003
3	Bandeirantes do Tocantins	2	52	2.103
4	Bernardo Sayao	3	1.109	46.983
5	Brasilândia do Tocantins	1	68	3.582
6	Colinas do Tocantins	1	34	1.138
7	Colmeia	4	217	6.241
8	Couto Magalhães	12	466	23.744
9	Dois Irmãos do Tocantins	2	145	7.476
10	Goianorte	3	208	9.770
11	Guaraí	2	129	5.861
12	Itaporã do Tocantins	1	36	1.371
13	Juarina	1	36	1.739
14	Miracema	5	248	9.546
15	Miranorte	1	30	1.483
16	Novo Linda	6	629	45.657
17	Pau D' Arco	4	304	15.208
18	Pequizeiro	10	688	30.432
19	Rio dos Bois	1	152	4.622
Total		67	5.311	256.569

Fonte: RB. Relação de Beneficiários do INCRA-2014, organizado pelo autor 2016.

Região Centro-Oeste, se apresenta como uma área territorial que faz divisa com o Estado do Pará. Nessa porção, se encontra 67 assentamentos de reforma agrária especializados em 19 municípios, habitados por 5.311 famílias assentadas numa área de 256.569 hectares. Esses assentamentos, em relação à sua organização há poucos registros sob a ocorrência de conflitos que pudesse oferecer existência contra agricultura capitalista-agronegócio e também a agricultura capitalista oferecer resistência contra a agricultura camponesa.

Neste sentido, temos aí uma relação de indiferença para ambos os lados. Nesta área se encontra diversos latifúndios ligados a atividade agropecuária. No entanto, a criação de assentamentos, de certa forma, embora não esteja muito explícito, percebe-se que tem contribuído com os latifundiários agropecuaristas na região, principalmente com relação à força de trabalho.

Assentamentos de reforma agrária no Tocantins, região Leste e Nordeste Cartografia da Luta e Conquista da Terra

Mapa 4: Assentamentos localizados na região Leste e Nordeste do Tocantins.



Fonte: MDA/INCRA, organizado pelo autor 2016.

O quadro abaixo mostra a relação dos assentamentos existente na região Leste e Nordeste do Estado do Tocantins conforme metodologia da organização do mapa.

Quadro 13- Assentamentos localizados na região Leste e Nordeste do Tocantins.

Nº	Região Leste e Nordeste			
	Municípios	Numero de assentamentos	Número de famílias	Área em hec.
1	Palmeirante	9	321	19.332
2	Tupiratins	1	219	15.071
3	Lajeado – PRB	1	4	111
4	Novo Acordo – PA	1	65	3.246
5	Pedro Afonso – PE	1	43	7.628
6	Recursolândia – PA	1	94	6.300
7	Rio Sono PA	1	30	1.259
8	Santa Maria do Tocantins-PA e PE	2	65	3.255
9	Tocantínia	2	112	6.847
Total		19	953	63.049

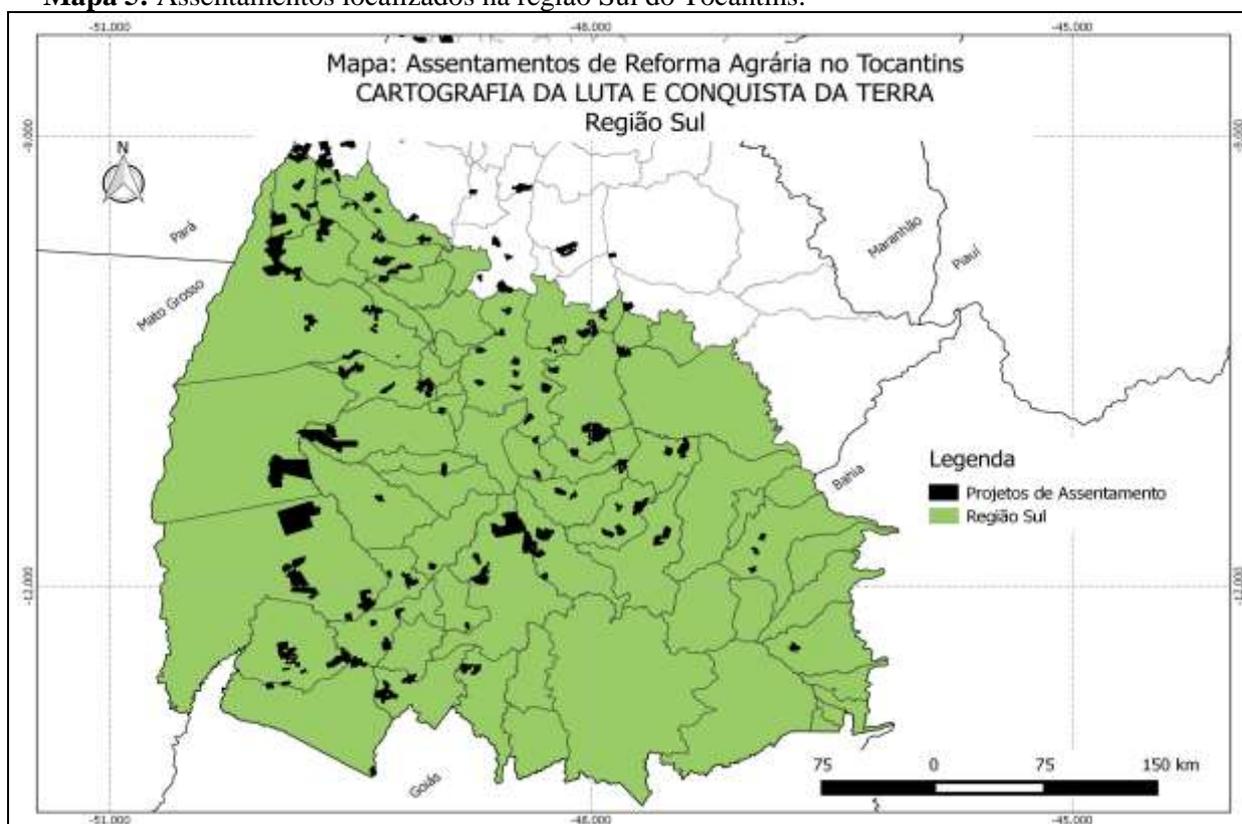
Fonte: RB. Relação de Beneficiários do INCRA-2014, organizado pelo autor 2016.

A região Leste e Nordeste mapa (4) e quadro (13) página (94) anterior, trata-se de porção do território tocantinense que faz divisa com os Estados do Maranhão, Bahia e Piauí é uma área onde a agricultura capitalista-agronegócio impede totalmente a territorialização dos camponeses. Nesse território as comunidades camponesas e indígenas que ainda residem, estão sendo expropriadas de suas terras. Neste sentido, percebe-se que o agronegócio tem conseguido impor severas resistências contra os camponeses, tanto é que numa área tão extensa, se encontra apenas 19 assentamentos de reforma agrária, habitados por 953 famílias assentadas numa área de 63.049 hectares de reforma agrária especializados em 9 municípios num conjunto de 20 municípios.

É importante destacar que além da forte influência da agricultura capitalista-agronegócio temos também limitações associadas à questão ambiental, qualidade do solo (arenito) em função do Parque Estadual do Jalapão e Serra do Taquaruçú e Monte do Carmo.

Assentamentos de reforma agrária no Tocantins, região Leste e Nordeste Cartografia da Luta e Conquista da Terra

Mapa 5: Assentamentos localizados na região Sul do Tocantins.



Fonte: MDA/INCRA, organizado pelo autor 2016.

O quadro a seguir mostra a relação dos assentamentos existente na região Sul do Estado do Tocantins conforme a metodologia da organização do mapa acima.

Quadro 14: Assentamentos localizado na região Sul do Estado do Tocantins.

Nº	Região Sul			
	Municípios	Numero de assentamentos	Número de famílias	Área em hec.
1	Abreulândia	5	178	10.757
2	Araguaçu	6	195	9.789
3	Brejinho de Nazaré	1	20	430
4	Cariri do Tocantins	2	192	5.974
5	Caseara	9	562	29.126
6	Chapada da Natividade	4	156	12.664
7	Cristalândia	4	218	14.140
8	Crixas do Tocantins	1	56	2.729
9	Dianópolis	4	104	8.266
10	Divinópolis do Tocantins	10	327	15.320
11	Dueré	1	36	1.766
12	Fátima	1	36	1.568
13	Figueirópolis	4	175	6.878
14	Formoso do Araguaia	6	873	62.684
15	Gurupi	1	100	1.765
16	Ipueiras	2	17	1.881
17	Jaú do Tocantins	1	100	5.934
18	Lagoa da Confusão	1	310	39.726
19	Marianópolis do Tocantins	2	589	35.000
20	Monte do Carmo	9	450	23.437
21	Monte Santo	1	49	2.317
22	Natividade	1	68	6.282
23	Nova Rosalândia	1	162	8.243
24	Palmas	5	342	13.100
25	Paranã	2	24	1.321
26	Peixe	3	525	41.972
27	Pindorama do Tocantins	3	254	11.693
28	Pium	6	369	22.550
29	Ponte alta	2	91	4.853
30	Porto Alegre do Tocantins	1	48	1.971
31	Porto Nacional	17	614	26.474
32	Sandolândia	5	297	20.253
33	Santa Rita do Tocantins	2	247	29.465
34	Santa Rosa do Tocantins	2	99	3.679
35	São Salvador do Tocantins	3	61	4.830
36	São Valério da Natividade	5	227	14.137
37	Silvanópolis	1	15	1.043
38	Sucupira	1	24	1.114
39	Taguatinga	1	49	2.401
40	Talismã	5	274	13.701
	Total	141	8.533	521.233

Fonte: RB. Relação de Beneficiários do INCRA-2014, organizado pelo autor 2016.

De acordo com a descrição do mapa (5) página (95) e o quadro da página (96) anterior, podemos afirmar que a região Sul do Estado do Tocantins, compreende uma extensa área, composta por 61 municípios nos quais estão territorializados 141 assentamentos de reforma agrária. Esses assentamentos foram implantados/criados de modo a não divergir com a agricultura capitalista e sim contribuir com o agronegócio. Essa orientação política e econômica, na prática, é uma ação que vem se confirmando, pois não se verifica de forma explícita atos de lutas e resistência camponesa que possa contrapor aos interesses da agricultura capitalista-agronegócio nessa porção do território. Entretanto o que se vê é o contrário, o agronegócio e as atividades a ele ligadas, tanto no campo como na cidade, estão em pleno desenvolvimento com forte tendência de expansão.

No ponto de vista político, a análise da criação dos assentamentos de reforma agrária no Estado do Tocantins, se baseia nos aspectos e fatores relacionando à orientação política econômica da agricultura capitalista-agronegócio e também na organização política dos movimentos sociais, sindicais e pastorais sociais, principalmente no que tange a capacidade de luta e pressão política imposta pelos referidos movimentos.

No que tange as ações da agricultura capitalista, e sua relação com as ações da agricultura camponesa, observamos quatro aspectos que pode ser levado em consideração, analisado a partir do avanço e retrocesso da reforma agrária no Tocantins. O primeiro aspecto está relacionado à porção Norte do Tocantins, um território aqui apresentado como região Norte, também conhecida como região do Bico do Papagaio, um território que embora tenha forte influência da agricultura capitalista, há também um histórico de lutas e conflitos intensos envolvendo a agricultura capitalista-agronegócio e os camponeses. Nessa porção do território há situações onde o agronegócio estabelece relações de parceria com os camponeses e há também situações/momentos em ambos, travam intensas lutas entre si. Vale destacar que nessa localidade do Estado, os movimentos de luta e resistência camponesa tem conseguido medir força com os latifundiários a ponto de estabelecer importantes conquistas no campo da reforma agrária.

O segundo aspecto abordo a porção Oeste do Tocantins, um território aqui denominado de região Oeste, uma área onde os latifundiários ligados agricultura capitalista-agronegócio-agropecuária, na época de criação e implantação dos projetos de assentamentos de reforma agrária, não oferecem resistência de caráter explícito contra a territorialização dos camponeses nessa região razão pelo qual defino de relação de indiferente.

O terceiro aspecto refere-se à porção Leste e Nordeste do Tocantins, um território aqui denominado de região Leste e Nordeste. Nessa região temos áreas onde o agronegócio dificulta totalmente a territorialização dos camponeses sob tudo nos municípios que fazem limite com a região Oeste e Norte do Tocantins e também com os municípios que fazem divisa com o Estado do Piauí e Maranhão. Nessas localidades os latifundiários ligados a agricultura capitalista-agronegócio tem conseguido impor uma resistência tão extrema a ponto expropriar os camponeses e impedir a ampliação de territórios camponeses. Nesta região, destaca-se também algumas limitações relacionadas à questão ambiental, qualidade do solo (arenito) áreas de conservação e preservação ambiental (Parque Estadual do Jalapão e Serra do Lajeado e áreas indígena).

Observação: é importante mencionar que nessa região atualmente se debate a implantação dos projetos relacionado ao MATOPIBA, um conjunto de atividades ligadas à agricultura capitalista que pretende expropriar os camponeses e indígenas de suas terras, deixando o espaço livre para exploração capitalista.

O quarto aspecto está relacionado à porção Sul do Tocantins, um território aqui representado como região Sul, uma área que compreende quase metade do Estado. Nessa porção território, foram criados diversos assentamentos de reforma agrária onde quase não se tem informações de conflitos enérgicos. Desse modo, se percebe que agricultura capitalista procurou estabelecer, à sua maneira, uma relação onde os assentamentos possam contribuir com o agronegócio – tipo “conciliação de classe”.

No geral, pelo menos até o momento, em grande parte das microrregiões apresentadas, os assentamentos que tem sido criado em sua grande maioria, foram criados nas microrregiões que apresentam características de conciliação de classe, uma ação que ocorre quando os assentamentos de reforma agrária estão próximo aos empreendimentos da agricultura capitalistas conforme afirma (OLIVEIRA 2003) a seguir:

Na agricultura, o capitalismo não tem atuado necessariamente de implantar seu modo específico de produzir (através do trabalho assalariado) em todo canto e lugar. Ao contrário, ora ele controla a circulação dos produtos agropecuários, subordinando-os à produção, ora se instala na produção, subordinando a circulação. Um processo engendra o outro. Como consequência desse movimento contraditório, temos ora o monopólio do capital na produção, ora esse monopólio, sobre tudo, instaura-se na circulação. No atual estágio do desenvolvimento capitalista no Brasil, assiste-se ao predomínio do capital industrial e comercial atuando na circulação e sujeição a renda da terra produzida na agricultura. (OLIVEIRA 2003, p.475).

Nesses casos, a agricultura capitalista se aproveita da mão-de-obra dos camponeses que, dado a falta de uma política eficiente que garante trabalho produtivo e rentável no seu meio de produção (terra) acaba sendo obrigado a trabalhar permanentemente ou temporariamente para a agricultura capitalista. Essa prática é mais vivenciada no Bico do Papagaio, Pedro Afonso, Lagoa da Confusão e Porto Nacional. Nessas localidades o agronegócio costuma agir de duas formas: Primeiro na conciliação de classe onde estabelece parceria - explorando os camponeses, segundo expropriando os camponeses.

Para (OLIVEIRA, 1987), todos esses projetos, embora apresentem variedades de cultura (cultivo de soja, milho, feijão, arroz, frutas e eucalipto) estão voltados exclusivamente para monocultura, desenvolvidas por grupos capitalistas. Segundo a política oficial, parte dessas áreas será destinada também para pequenos produtores (camponeses assentados e reassentados – uma sociedade não capitalista), viverem e assim também produzirem. Entretanto, sabe-se que isso não passa de uma ação estratégica do Estado que em conjunto com os capitalistas, mais tarde, explorará esses camponeses da seguinte forma: primeiro como produtor individual de mercadoria (comprando sua mercadoria a preços baixos), segundo como trabalhador assalariado ou escravismo produtor de mercadoria (onde aquele produtor passa a ser um diarista boia fria ou empregado) e terceiro se apoderará de sua propriedade, expulsando novamente da terra (momento em que, por motivos diversos os camponeses se acham obrigados a “venderem” sua propriedade para latifundiário capitalista.

A ideia da criação do mapa- Assentamento de Reforma Agraria no Tocantins, Cartografia da Luta e Conquista da Terra, se refere a uma proposta de divisão regional que possa estudar e analisar os territórios camponeses e suas especificidades levando em consideração os fatores e as características relacionados à sua forma de organização e implantação, a questão/situação econômica, política, sociais, ambientais e culturais. Afirmando que um dos métodos de organização desse mapa relaciona-se à forma de delimitação provocada pela territorialização e exploração da agricultura capitalista em seus diversos ramos de culturas, desenvolvidas no presente bem como as suas perspectivas para o futuro. Assim também se conformou a territorialização dos assentamentos pós o ano 2000 no Tocantins, obedecendo as exigências da geografia imposta pela agricultura capitalista o qual se segue até hoje.

Entretanto, diante desta situação pode-se propor medidas e táticas de ações que visem superar essas limitações geográficas impostas pela agricultura capitalista que sob controle do Estado brasileiro representa e defende os interesses da agricultura capitalista.

Em relação aos assentamentos de reforma agrária existentes no Estado Tocantins atualmente, é importante observarmos alguns aspectos: O primeiro é que os dados sob os assentamentos relacionado no sistema de informações do INCRA SR-26 consta que temos no Tocantins 377 assentamentos de reforma agrária entre os criados exclusivamente pelo INCRA e os que foram reconhecidos pelo órgão (sem contar com o projeto de assentamento Caracol no município de Formoso do Araguaia-TO que está em processo de transição para terra indígena Avá Canoeiros) desses, 11 assentamentos foram criados pelo governo do Estado-Goiás e posteriormente reconhecido pelo INCRA pós-criação do Estado do Tocantins a partir de 1992 a 1997. 16 assentamentos provenientes de atingidos por Barragens e 143 assentamentos do Crédito fundiário. Entretanto ocorre que, dos 377 assentamentos pode existir problemas nas informações dos dados relacionados ao número real de assentamentos, pós segundo alguns departamentos do órgão afirma que esse número não real, parece que existe cerca de 9 assentamentos a menos, ou seja, parece ter 9 assentamentos que embora conste nos dados oficiais, não existem fisicamente.

Quero destacar que a divisão regional da política de assentamentos apresentada aqui neste trabalho, onde descreve algumas características na política de criação de assentamentos por regiões conforme os mapas e quadros descritos entre as páginas (88 a 95) aborda uma visão mais geral sob o nível de luta e resistência envolvendo os camponeses e os latifundiários. Porém é importante mencionar que em todas as regiões tem lutas e conflitos pontuais em duas formas: lutas e conflitos prestes a aflorar, lutas e conflitos adormecidos e lutas conflitos em ação envolvendo camponeses, quilombolas e indígenas contra o latifúndio ligado agricultura capitalista-agronegócio.

As lutas e conflitos prestes a aflorar, refere-se às lutas que deverão ocorrer contra os latifúndios privado e as terras públicas ocupadas indevidamente. As lutas e conflitos adormecidos são situações localizadas nas regiões e territórios que em determinado momento ocorreu conflitos, podendo reaparecer novamente a qualquer momento. Já as lutas e conflitos em ação, são as situações em que os sujeitos subalternos que vivem no campo estão em luta enfrentando de forma de direta contra o latifúndio e o Estado.

2.8 Uma análise sob a espacialização da luta do MST na região Central do Tocantins

O Movimento Sem Terra-MST começou a desenvolver suas atividades no Estado do Tocantins entre 1996 a 1997, mais precisamente na região Norte do Estado do Tocantins

compreendendo a parti do município de Araguaína ao Bico do Papagaio. Nesse período o movimento já tinha pretensão de ampliar sua luta para a região Central e Sul do Estado, principalmente próximo à capital – Palmas e outros centros urbanos importantes como Miracema do Tocantins, Paraíso, Porto Nacional e Gurupi.

A ideia de estender a luta para a região Central e Sul do Estado foi ganhando força, até que em 1999 o movimento decide realizar um trabalho de base em Palmas com intuito de estabelecer um ponto de referência na capital além articular ocupações de latifúndios e montagem de acampamentos em pontos estratégicos na região para pressionar o governo a desapropriar terra para reforma agrária. Ainda em 1999 o movimento monta um acampamento denominado de Onalício Barros às margens da rodovia Belém Brasília, BR-153 situado próximo ao município de Pugmil-TO. A montagem desse acampamento se deu mais em função da relação do movimento com a cidade de Paraíso do Tocantins e com outros municípios próximo a Paraíso, onde havia uma forte influência do movimento Sindical de trabalhadores rurais ligados a FETAET, que contribuiu com vinda do MST, para aquela localidade, ação resultou, mais tarde, na conquista do assentamento Onalício Barros em 2006 na área que pertencia a antiga fazenda Maracanã situada no município de Caseara-TO.

Em 2001, o MST monta um núcleo de apoio na cidade de Paraíso de onde articula e coordenar as ações do movimento no Estado, ou seja, o que antes era realizado na cidade de Araguaína-TO, transfere-se para a cidade de Paraíso-TO. A partir de Paraíso o movimento coordenar os trabalhos relacionados aos aspectos políticos (luta do movimento) e técnicos (Associação Estadual de Cooperação Agrícola – AESCA) entidade jurídica ligada ao movimento que desenvolvia acessória técnica. Segundo o movimento, o fato do MST montar sua sede na cidade de Paraíso foi baseado em quatro aspectos: primeiro porque o trabalho de base politicamente definido em Araguaína com a intenção de estabelecer bases em Palmas conforme o previsto, não deu certo, por que o trabalho de base realizado na capital no decorrer de três meses, não conseguiu surtir efeito satisfatório. Diante dessa situação o movimento passou a articular suas ações a partir da cidade de Paraíso onde já havia montado um acampamento em Pugmil. O segundo aspecto é que na época, o movimento analisou que situando-se em Paraíso ficava melhor para acompanhar as atividades do movimento no Estado do Tocantins e demais regiões em função da localização geográfica e acesso, uma vez que já estava articulando trabalho de base nos municípios de Miracema do Tocantins e Miranorte. Por último, em terceiro aspectos, refere-se à própria rodovia Belém Brasília, por

ser a principal rodovia do Estado e um importante espaço de visibilidade e manifestação crítica social da realidade política sob a falta de reforma agrária.

Basicamente, a territorialização do MST próximo aos municípios de Miranorte, Miracema e Rio dos Bois se deu mais em função dos trabalhos de Base realizado em Palmas não ter conseguido atingir seu objetivo. Pois a intenção era instala-se em Palmas e em seguida ir para Porto Nacional. Tipo assim, plano “A” e plano “B”. O Plano “A” que era Palmas e Porto Nacional não vigorou, então articularam o plano “B” que foi Miranorte e Miracema.

A articulação da luta nos municípios de Miranorte e Miracema tinha como base a aquisição/desapropriação de uma fazenda próxima a esses dois municípios. Nesta perspectiva o acampamento montado e massificado na primeira etapa do processo de luta, durou um ano e dois meses. Durante esse período o processo de massificação do acampamento teve rápida ascensão chegando a 220 famílias acampadas e rapidamente reduzindo-se para menos de 60 famílias acampadas. Mesmo assim a luta do movimento seguia seu curso normal.

Em relação à terra pretendida, a coordenação do movimento acompanhava o andamento do processo junto ao INCRA. Nesse período todas as formas de pressão política no sentido de agilizar o processo de desapropriação, fazia-se diretamente junto ao INCRA, seja de forma massiva ou em discussões com lideranças do movimento (comissões).

Para o assentamento das famílias do acampamento Paulo Freire, foi viabilizado três fazendas denominadas, Toca do Boi, São Sebastião e Sombra da Mata. Para o movimento a viabilidade dessas áreas foi importante, principalmente por se tratar de uma área maior do que a que o movimento pretendia. A área apresentada para o assentamento obrigou o movimento a ampliar o número de famílias acampadas. Então o movimento que no momento se encontrava com menos de 60 famílias preparada para ir para terra, teve que se desdobrar e articular a incorporação de mais famílias. Ou seja, mais da metade das famílias que ingressaram junto à luta do movimento na segunda etapa da luta do acampamento (acampamento na terra) não participaram da primeira etapa da luta no acampamento às margens da rodovia Belém Brasília, BR-153.

Durante as etapas da luta do movimento nos acampamentos, transcorreram intensas discussões sob a distribuição das famílias na terra e sob a organização comunitária – moradias nas parcelas ou moradias em agrovilas. O movimento baseado no discurso e orientação institucional dos órgãos oficiais a sob as dificuldades em viabilizar serviços públicos para comunidade, no momento entenderam que a ideia de implantar as moradias em forma de agrovilas seria mais viável, segundo uma das lideranças do movimento na época em que

iniciaram as discussões sob a forma de organização das famílias no assentamento.

{...Até o ano de 2002 a 2003, o próprio estado fazia o possível e o impossível para impor a implantação da agrovila nas áreas de reforma agrária e um dos principais argumentos era a facilidade na implantação dos serviços públicos como energia elétrica, estradas, educação, fornecimento de água. O movimento acabava concordado também com essa ideia e também em função do convívio e das relações na comunidade. Para o movimento dispersão das famílias distante uma das outras, enfraquecia a relação social, contrariando totalmente as formas de relações constituída no acampamento. Outro aspecto está relacionado à implantação dos serviços públicos. Nesse aspecto o movimento acabava aceitando com os argumentos do Estado...}, (OLIVEIRA, 2016 p.01).

A aceitação de ideias e proposições do Estado sob a organicidade dos camponeses no assentamento por parte do movimento se baseia na correlação de força entre o movimento, o Estado e também há um terceiro sujeito que começa a se revelar quando chega à terra que são os camponeses. Um sujeito que embora tenha convivido no processo de organização em conjunto com os princípios do MST, tem em seus planos de vida, elementos que se contrapõe com as ideias tanto do Estado como do movimento (CAUME, 2006). Diante desta situação o movimento acaba cedendo às imposições do Estado, pois o Estado tido como superestrutura contribui para alienar e cooptar os camponeses, ação que pode desmotivar, motivar e desarticular o trabalho desenvolvido pelo movimento no decorrer do processo de luta e conquista da terra.

Em relação ao projeto político do movimento, os períodos e etapas de lutas e resistência constituíram como elementos importantes na e para a luta do MST no Estado do Tocantins. Compreendendo que o período refere-se a um recorte temporal. A luta do MST no Tocantins pode ser definida até o momento em três períodos. O primeiro período situa-se entre os anos de 1995 a 1999 em que o MST se territorializa no Estado do Tocantins montado base na cidade de Araguaína-TO de onde passa articular a luta no Estado, com ênfase para a região do Bico do Papagaio, conquistando assim o assentamento primeiro de janeiro em 1997, no município de Palmeiras do Tocantins.

O segundo período que compreende entre os anos 2000 a 2010, marca a territorialização do MST na região Central do Estado do Tocantins onde tinha a pretensão de montar base em Palmas e daí articular ações do movimento na região. Entretanto, como não foi possível montar bases na cidade de Palmas, o MST articulou com movimento sindical e lideranças políticas e populares montando-se base na cidade de Paraíso-TO de onde passou a articular o movimento tanto na região Central como na região Norte do Estado. Nesse período desfazem-se todas as bases construídas em Araguaína e transfere-se para Paraíso. A

articulação com a base camponesa na região Central do Estado ocorreu nos municípios próximo a Paraíso do Tocantins e nos municípios próximo a Miracema do Tocantins com destaque para a cidade de Miranorte que contribuiu significativamente para a conquista do assentamento Paulo Freire I e II. Portanto a partir da luta e conquista deste assentamento o movimento se estruturou na região Central do Estado viabilizando a luta e conquista dos assentamentos Onalício Barros no município de Caseara, Tchê Guevara no município de Goianorte e Padre Josimo no município de Nova Rosalândia.

Já o terceiro período que iniciou a partir de 2011, ainda está em curso. Suas principais marcas são: vinda do MST para Palmas, onde montou sua base com acampamento Sebastião Bezerra, obteve uma conquista em parte do assentamento Santa Tereza II no município de Pindorama e do assentamento Zumbir dos Palmares no município de Silvanópolis, além de outras conquistas esporádicas derivada da luta do MST que foram o assentamento de famílias no PA. Água Fria município de Tocantínia entre outros na região Leste e Sul do Tocantins Neste contexto se inseri a luta do movimento quanto movimento social e os camponeses que participaram e participam desse processo onde as mudanças sociais que decorreram ao longo dos tempos suscitaram e suscitam novas reflexões sobre as formas e os modelos desenvolvidos e adotados pela a sociedade. O homem da idade média, e o homem da era moderna e “pós-moderna” vem freneticamente procurando alcançar algo que nem ele mesmo sabe o que é, e o que quer, às vezes parece sonhar em ser “deus e senhor da natureza”. Por falar de natureza, em relação a esta sim, o homem parece mesmo se achar na condição de um “deus”, ser “supremo”, que destrói todas as variedades de representações naturais existentes na terra.

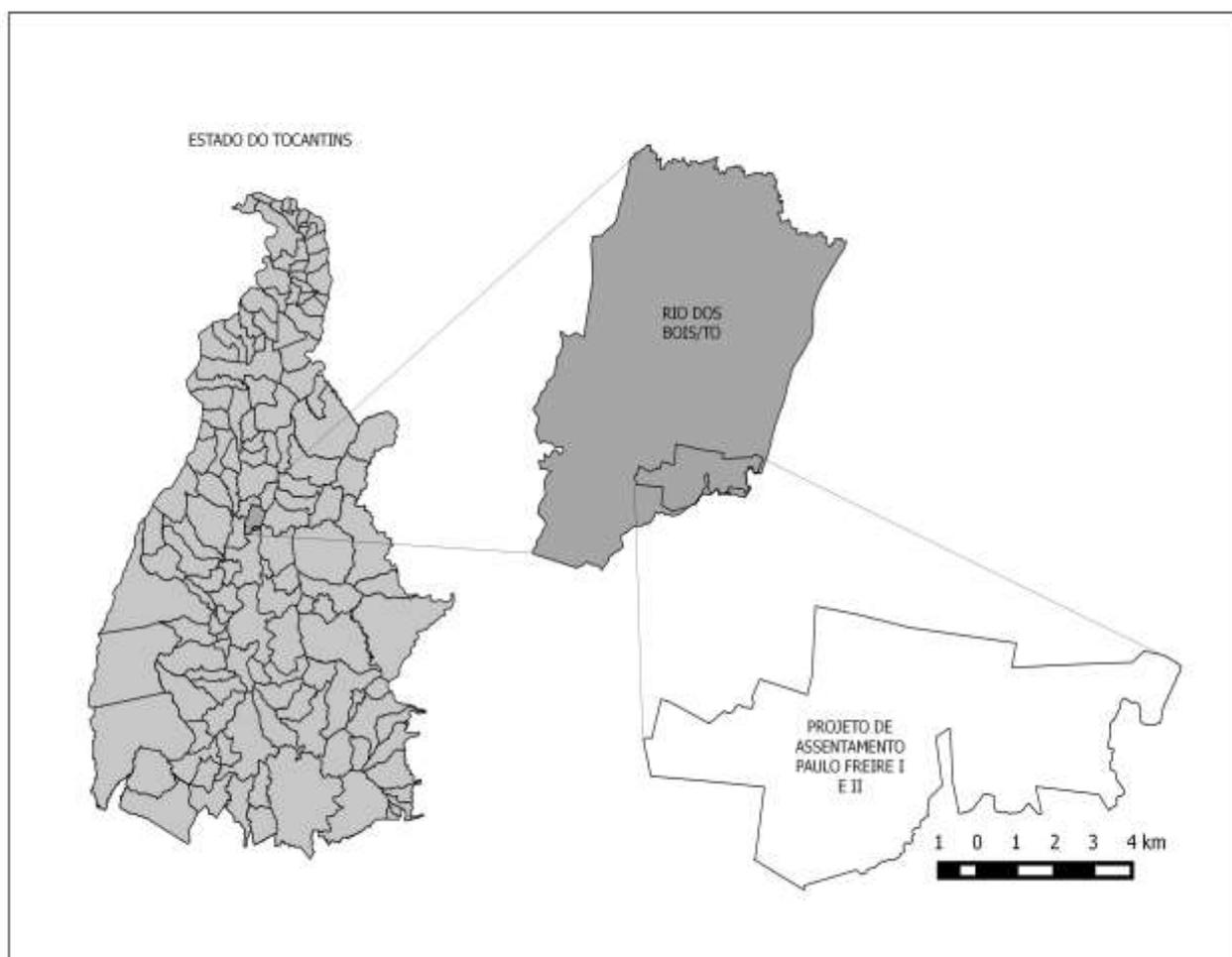
CAPÍTULO III

3. ASSENTAMENTO PAULO FREIRE I e II: O PROCESSO DE LUTA PELA TERRA

3.1 Localização e caracterização

Assentamento Paulo Freire I e II se encontra no município do Rio dos Bois, localizado às margens da BR-153 (Belém Brasília) a 120 km da capital-Palmas. Tem uma área 845,06 k2, e uma população de 2.470 habitantes (censo 2010). O município foi criado pela Lei 255 de 20 fevereiro de 1991.

Mapa 6: Localização do assentamento Paulo Freire I e II



Fonte: Assentamento organizado pelo autor 2016.

O mapa acima apresenta descrição referente à localização do assentamento Paulo Freire I e II, um território camponês criado a partir da luta do Movimento Sem Terra no

Estado do Tocantins pelo INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, SR-26. O assentamento foi implantado numa área de 4.638 hectares, agrupando assim três imóveis rurais que eram a fazenda Toca do Boi, a fazenda São Sebastião e a fazenda Sombra da Mata. Na área que pertencia à fazenda Toca do Boi e a fazenda São Sebastião, foram destinadas para o assentamento de 107 famílias. Já a área que pertencia à fazenda Sombra da Mata, foram destinadas para o assentamento de 45 famílias. Para o INCRA, os três imóveis rurais constituíram-se numa só área, dividida em 152 parcelas/lotes que varia em média 22 hectares cada parcela/ote, onde foram assentadas 152 famílias, INCRA (2004). O solo dessa área, segundo a SEPLAN- Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente do Tocantins é classificado como ligeira.

Compreende áreas formadas por solos variando entre bem a fortemente drenados. São solos profundos e ocorrem em relevo suave ondulado (predomínio de declives entre 3 a 8%). A ecodinâmica da paisagem varia de estável a de transição (pedogênese morfogênese). Os processos de escoamento superficial são difusos e lentos, com eventuais escoamentos concentrados, (SEPLAN, 2012 p. 31-32).

O cesso para de chegar até o assentamento Paulo Freire I e II, percorre-se as seguintes as vias, conforme o quadro (7) abaixo se dá da seguinte forma: saindo da cidade de Rio dos Bois, sentido Sul, percorre-se 15 km por uma estrada vicinal cascalhada esta via chaga-se à parte do assentamento Paulo Freire I- margem direita do Córrego Rio do Bois. A outra via de acesso, sai da cidade de Rio dos Bois, sentido Sul, percorre-se 25 km por uma estrada vicinal cascalhada, chaga-se à parte do assentamento Paulo Freire II-margem esquerda do Córrego Rio do Bois.

Quadro 15: Distâncias e rodovias de acesso ao assentamento

Cidades da região	Rio dos Bois		Miracema do Tocantins	
	Distância	Rodovia	Distância	Rodovia
Palmas	125 km	TO-010, TO-445, TO-342 e BR-153	70 km	TO-342 e BR 153
Miranorte	50 km	BR-153	40 km	TO-342
Rio dos Bois até o assentamento Paulo Freire I II	15 a 25 km	Estrada vicinal	55	Estrada vicinal

Fonte: Planta Geral do Assentamento (INCRA, 2004). Organizado pelo autor, (2016).

A organização da luta e a conseqüente conquista do assentamento Paulo Freire I e II, por parte do MST, pode-se se afirmar que ocorreu em quatro momentos ou fases. A fase de articulação política e trabalho de base; a fase da montagem do acampamento à margem direito

da rodovia Belém Brasília- BR-153 sentido do Sul para o Norte e chegadas das famílias camponesas; a fase da montagem do acampamento na terra e por último a fase da ocupação definitiva da terra-momento em que cada família camponesa ocupou sua parcela. No geral, todo esse processo se classifica popular e materialmente em três etapas. A etapa do acampamento montado à margem da rodovia, a etapa do acampamento montado na terra e a etapa da ocupação das parcelas. A primeira etapa de acampamento montado à margem da rodovia Belém Brasília, BR-153, situado entre os municípios de Rios do Bois e Miranorte, ocorreu no final do ano de 1999 a 2000. A segunda etapa do acampamento montado na terra ocorreu no início do ano de 2001 na área aonde as famílias camponesas iriam ser devidamente assentadas. Já a terceira etapa, se deu com ocupação definitiva das famílias nas parcelas em 2002.

A análise do assentamento parte de uma abordagem teórica baseada no método materialismo dialético, tendo como elementos as categorias de análises representadas pelo o espaço, a paisagem, o território, as narrativas dos personagens envolvidos no processo de formação do assentamento, os registros das imagens das estruturas sociais, das atividades produtivas e das estruturas-moradias das famílias camponesas. A abordagem teórica relacionada ao espaço e a paisagem representadas pelo assentamento relacionados aos aspectos e localidade como um todo o que para SANTOS (2006) afirma que:

A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais-concretos. Nesse sentido a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. O espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única. Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos. Por isso, esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação, de valor sistêmico. A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável: o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente, (SANTOS, 2009 p. 103-104).

Assim se constitui o espaço e a paisagem no assentamento Paulo Freire I e II. A paisagem conhecida como um conjunto de elementos que de acordo com as ações humanas e naturais mudam constantemente. Já o espaço materializado no assentamento é regido pelas ações humanas que modificam e transformam os elementos no espaço o que se constitui em paisagens. Neste contexto de acordo com (SANTOS, 2006) paisagem e espaço estabelece relações inter-relações constantemente.

A categoria de análise território camponês que se apresenta como produto da luta classe existente na sociedade capitalista, envolvem diretamente as classes sociais, como aborda OLIVEIRA (1992).

{...}para nós, território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo / do modo de produção / distribuição / circulação / consumo / e suas articulações e mediações supra estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) onde Estado desempenha a função fundamental de regulação. É, pois produto concreto de luta de classe travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista {...}dessa forma, são as relações sociais de produção e processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica e específica do território (OLIVEIRA, 1992).

No desenvolvido de um trabalho faz-se necessário um conjunto de ações envolvendo os mais diversos aspectos e fatores manifestados pelos sujeitos em um processo dinâmico de busca de conhecimentos e fatos capazes de relacionar o tempo passado ao tempo presente, possibilitando uma aproximação da realidade a partir da reconstituição das memórias do lugar. As expressões verbalizadas, com certeza são de fundamental importância para a realização do trabalho, pois mesmo diante da falta de acesso a registros documentais escritos ainda é possível realizar uma investigação no campo historiográfico. Quanto a isso Lefebvre a seguir, afirma:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do Campo e das ervas daninhas. [...] Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (LEFEBVRE, 1949 p. 428 *apud* LE GOFF, 1998 p. 530).

É com esse viés que se pretende analisar o assentamento Paulo Freire I e II, correlacionando diversos aspectos e sujeitos em seus devidos tempos e espaços históricos vivenciados e a realidade do lugar, numa mútua influenciam onde as relações sociais, os espaços institucionais e as contradições desta realidade se complementem.

Esses personagens podem revelar inúmeras coisas, como afirma Thomson (1997 *apud* ALMEIDA, 2009, p. 206):

O processo de recorda é uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história. Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser [...]. Para dar um sentido mais satisfatório á nossa vida, à medida que o tempo passa, e para que exista maior consonância entre identidades passadas e presente.

Na abordagem sob os registros de imagens nelas estão explícitas a exposição da mentalidade do sujeito que fotografa, e também do sujeito é fotografado bem como do sujeito e da finalidade para o qual a imagem é quem utilizada. Dependendo da utilização das

imagens, há por trás da fotografia perspectivas e finalidade da mesma. No aspecto relacionado a narrativas de históricas (MARTINS, 2009) destacam a seguir.

A fotografia vista como conjunto narrativo de histórias, e não como mero fragmento imagético, se propõe como memória dos dilaceramentos, das rupturas, dos abismos e distanciamentos, como recordação do impossível, do que não ficou e não retornará; memória das perdas; memória desejada e indesejada; memória do que opõe a sociedade moderna à sociedade tradicional, memória do comunitário que não dura, que não permanece; memória de uma sociedade de rupturas, e não de coesões e permanências; memória de uma sociedade de perdas sociais contínuas e constitutivas, de uma sociedade que precisa ser recriada todos os dias, de uma sociedade mais de estranhamentos do que de afetos (MARTINS, 2009, p. 45).

No entanto, a fotografia é elemento que apresenta mais uma situação irreal do que do real, mais o supostamente um real recoberto e decodificado pelo o imaginário descritivo das relações e ações sociais presente no espaço imprimida na paisagem marcadas por mudanças materiais, temporal, reproduzida pelas ações e relações sociais, (MARTINS, 2009).

3.2 Massificação e organização do acampamento Paulo Freire à margem da rodovia Belém- Brasília, BR-153

Organizado pelo MST-Movimento dos Sem Terra no Estado do Tocantins, o acampamento Paulo Freire, foi montado à margem direita da rodovia Belém Brasília, BR-153, a partir do final do ano de 1999 ao início do ano de 2000, no município de Rio dos Bois-Tocantins, entre a cidade de Rio dos Bois e Miranorte-Tocantins, próximo à ruína de um posto de gasolina (há tempos desativado) chamado de Tupi. O acampamento Paulo Freire, foi constituído por famílias camponesas que residiam nos municípios de Miracema, Guaraí, Rio dos Bois e Miranorte e Paraíso do Tocantins.

A grande maioria das famílias acampadas, eram pessoas que vieram dos Estados do Pará, Maranhão, Piauí e Goiás sendo que a grande maioria era do próprio Estado do Tocantins e a outra parte do Estado do Maranhão. Antes de vir para o acampamento, essas famílias residiam nas áreas urbanas e rurais dos municípios acima mencionados. Inicialmente o acampamento foi montado com 53 famílias e com o decorrer do processo de luta foram se agrupando mais e mais famílias até chegar ao número de 250 famílias acampadas conforme descrito abaixo:

O acampamento Paulo Freire foi criado no dia 4 de dezembro de 2001, entre o Posto Tupi e Rio dos Bois na BR-153. Na época nós tinha-montamos o acampamento com 53 famílias. Com o decorrer do processo foi se juntando famílias no acampamento até chegar a 250 famílias e como processo de desapropriação demorou um ano de duração, esse número de famílias foi se reduzindo até chegamos com a liberação da

área, que eram três fazendas: Sombra da Mata, Fazenda Toca do Boi e Fazenda Santa Helena que comportaria 152 famílias. Hoje o assentamento é composto por 152 famílias (M. S. G., dezembro de /2015).

O movimento sem terra articulou através do método - trabalho de base, a organização de famílias sem terra, para participar do lutar por terras próximas aos municípios de Rio dos Bois e Miracema do Tocantins, uma vez que o movimento já tinha em vista, algumas áreas-imóveis rurais em situação improdutiva que, segundo a análise do movimento, apresentavam possibilidades reais de serem destinadas para assentamentos de reforma agrária através do INCRA. Motivadas por essa perspectiva, famílias sem terras residentes nos municípios de Miracema do Tocantins, de Guaraí, de Rio dos Bois, de Miranorte e de Paraíso do Tocantins, resolveram participar dessa empreitada ingressando-se na luta pela terra. Um processo metodológico de luta e organicidade que costuma ocorrer da seguinte forma:

Inicia com um trabalho de base, quando os sem-terra do MST visitam as casas de famílias nas periferias das cidades (pequenas, média e grande – inclusive nas regiões metropolitanas) para convidar pessoas interessadas em participar na luta pela terra e pela reforma agrária. Essas pessoas reúnem-se em diferentes lugares: salões paroquiais, escolas, sedes de sindicatos ou na própria casa de uma das famílias participantes. Com esse ato, inauguram um espaço de comunicação, interação e socialização política. Neste espaço político as pessoas apresentam-se, conhecem as suas histórias, discutem suas trajetórias, pensam as possibilidades de seus destinos. (Fernandes, 2005, p. 15);

Embora não tendo clareza e nem compreensão do que é realmente um movimento social, do que é organicidade e luta política. Essas famílias que ingressaram na luta do movimento sem terra incorporando-se junto ao MST, vieram com objetivo de conquistar um pedaço de terra para produzir e viver. Para o movimento sem terra, as famílias camponesas que decidiram participar da luta no acampamento, demonstra que eles entenderam e atenderam a mensagem passada pelos militantes do movimento durante a realização do trabalho de base nos bairros das cidades já mencionadas.

Esta ação foi imediatamente reproduzida pelas próprias famílias camponesas, através dos chamamentos e convite juntos aos seus familiares e amigos que se deu por meio de conversas populares junto às assembleias de cultos religiosos, junto às reuniões de associação de moradores, Junto às reuniões do Sindicato de camponeses e junto às discussões políticas nos órgãos públicos, discussão política partidárias. Outro elemento que ajuda nesse processo é a exposição visual dos barracos no acampamento montado à margem da rodovia que motiva comparecimentos espontâneos das pessoas junto ao acampamento, onde um bom acolhimento e boas informações complementam o trabalho. Dessa forma o trabalho de base desenvolveu, num processo contínuo, método que de forma direta e indiretamente contribuíram para a

massificação, formação e organização do acampamento Paulo Freire, resultando na conquista da terra.

Para o movimento, a montagem do acampamento às margens da rodovia, embora as famílias acampadas estejam expostas a riscos (acidentes entre outros) se constitui como espaço e território de visibilidade da situação da causa que demonstra, anuncia e denuncia o problema da falta de uma política de reforma agrária no país. Demonstra o problema do alto índice da concentração de terra existente no país, demonstra a necessidade e o desejo de que o camponês quer retornar para o campo. No geral o acampamento é um espaço e território de reclamação e denúncia social, de manifestação político social, de pressão político e de protesto político social. O movimento entende também que o acampamento é um espaço e território de organização social, de formação e conhecimento político da realidade, de seleção natural sob o resgate de identidade de consciência e luta classe social, de auto definição e redefinição sob modo de vida e modo de produção. Estas ações e relações são válidas tanto para a primeira etapa de acampamento à margem da rodovia como para a segunda etapa de acampamento na terra ocorrer simultaneamente-dialética.

A experiência acumulada na luta do movimento em ações dessa natureza ao longo do tempo mostrou que a grande maioria dos camponeses sem terra que participaram do processo de luta do movimento no acampamento Paulo Freire, montado às margens da rodovia Belém Brasília, BR-153 entraram na luta por meio das relações populares motivada por uma das formas do movimento mostrar sua verdadeira causa é a exposição visual do espaço e território de luta o acampamento (CADERNO DE FORMAÇÃO Nº 24, 2009).

Percebe-se que os camponeses que concordaram em participar desse desafio, ingressaram na luta do movimento sem terra, por que viram nessa ação, uma alternativa e oportunidade para conquistar e reconquistar a terra, ou seja, adquirir um pedaço de terra para trabalhar, produzir e viver, o despertar da esperança e a realização do sonho de um dia retornar para o campo novamente, um direito que lhe foi sempre negado. É importante mencionar que muitas dessas famílias camponesas que há tempos viviam trabalhando, ora na cidade, ora nas “propriedades” dos latifundiários da região central do Estado do Tocantins, tentando sobreviver, são sujeitos que estão lutando constantemente contra a exploração capitalista.

A participação na luta a partir do processo de organicidade é construída, articulada, organizado e integrado dentre de um contexto político e ideológico de luta de classe, de valores socialistas junto aos companheiros, fato que contribui significativamente para

fortalecimento da luta. Dessa forma fica bem mais fácil diagnosticar e identificar os agentes externos e internos que de certa forma, podem comprometer o processo de luta e assim inviabilizar a continuidade dos trabalhos. Estas qualidades se encontravam no acampamento Paulo Freire I e II, quando estavam montados na terra, nessas localidades seguia o método de organicidade baseado na pedagogia do MST, Caldart (2004) que funcionava por meio de núcleos de base composta por determinado número de famílias que varia de (10 a 15) e em setores (produção, educação e saúde) conforme a necessidade onde se discute, delibera e executa as ações encaminhadas.

Raffestin (1993) afirma que o território surge após o espaço mediante o ator aqui substituído por sujeito denominado de este sujeito sintagmático (sujeito que realiza uma ação programada). Sendo assim os sujeitos sintagmáticos são responsáveis pela delimitação do seu território, no qual colocam sua identidade e, no qual, eles atribuem valor. O significado do território é utilizado quando se faz uma análise relacionada ao significado real do território para o grupo social:

[...] Definir, caracterizar, distinguir, classificar, agir implicam na noção de limite: é preciso delimitar [...] Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera de imediato, a delimitação. Caso isso não se desse, a ação se dissolveria pura e simplesmente. Sendo a ação sempre comandada por um objetivo, este é também uma delimitação em relação a outros objetivos possíveis. (RAFFESTIN, 1993, p.153, grifo nosso.).

Dessa forma, em alguns aspectos o território dos acampamentos do movimento sem terra apresenta umas características diferentes de outros territórios conceitualmente mais conhecidos. Os acampamentos do MST se constituem num território baseado num conjunto de ações que envolvem nova organização do espaço e poder inerente ao território, onde o Estado em suas diferentes formas de representação “costuma atuar”. O movimento ao montar acampamento às margens das rodovias ou nas terras dos latifundiários, imediatamente está se formando um território, não que esta seja uma ação intencionada, exclusivamente com objetivo de criar um território próprio, mas sim, por que o Estado e parte da nossa sociedade nega a sua luta nega a sua causa e ignora a sua forma de organização hora constituída. Ao agir dessa forma, o Estado contradiz a se próprio, pois a luta do movimento fundamenta-se em mecanismos que lhe assegura direitos. Diante desta situação, o movimento se ver obrigado a instituir formas de organização social que deem conta de acompanhar e conduzir a rotina do movimento nos territórios – acampamentos. Pois

A organização do movimento no território dos acampamentos se baseia em valores e sentimentos com ênfase na ética, na solidariedade, no companheirismo, no consumo consciente, na liberdade, no respeito à diversidade de gênero, de raça e cultural, tendo como horizonte o socialismo-comunismo. Já o Estado, preconceituosamente aceita parte desses valores e sentimentos, porém procura dá mais ênfase para a moral, para competição para o consumismo para apropriação privada dos meios de produção e a exploração do trabalho, essência principal do capitalismo o sistema econômico predominante.

Estes dois pontos de vista políticos, econômicos e sociais se divergem, de um lado temos o ponto de vista do movimento social que coordena o território dos acampamentos e do outro lado o ponto de vistas da burguesia que junto com o Estado brasileiro coordena toda sociedade bem como os territórios oficialmente instituídos. Baseado nessa divergência e nas dificuldades e resistências impostas pelo Estado contra os territórios dos acampamentos são possíveis afirmar que esta relação, ocorre em função do embate entre esses dois pontos de vista. Estes elementos se tornam mais visíveis quando os órgãos do Estado são chamados ou convocados a contribuir, neste caso, na grande maioria das vezes fazem questão de se negarem. Outro fator é quando são motivados ou convocados a intervirem, nesse momento o Estado costuma agir com força enérgica extremamente repressiva, comportando-se como se estivesse lidando com inimigo em situação de guerra, ou seja, para o Estado dito oficial, o território e os sujeitos estranhos precisam ser derrotados e destruídos.

O território dos acampamentos e sua luta apresentam outra característica que são a capacidade de mobilidade de uma localidade para outra. Nesta situação, em sua grande maioria, os próprios acampados realizam suas mudanças, destruindo ao mesmo tempo todas as estruturas que ali montadas, ou seja, extingue-se totalmente o território físico levando consigo o território imaginário para institui-lo imediatamente em outra localidade. Esse território imaginário refere-se à forma de organização a ser reproduzida no novo território.

Municípios que influenciaram na formação do assentamento Paulo Freire I e II

O processo de formação do assentamento Paulo Freire I e II, se deu a partir da migração intra-estadual (ocorrida dentro do Estado do Tocantins), BECKE (2008), onde de forma direta e indiretamente envolveram os municípios de Miracema do Tocantins, Miranorte e Rio dos Bois todos identificados como municípios que mais contribuíram para formação do assentamento. De acordo com as informações levantadas junto aos assentados que

participaram e contribuíram com organização do processo de luta do movimento, foi possível identificar que as famílias assentadas do assentamento Paulo Freire I e II, entre os anos 2001 a 2003, em sua grande maioria, são famílias que residiam na zona urbana dos municípios de Miracema do Tocantins, de Miranorte, de Rio dos Bois, de Paraíso do Tocantins, de Guaraí e de Barrolândia. Sendo os municípios que mais contribuíram Miranorte com 80 famílias, Rio dos Bois com 40 famílias e Miracema do Tocantins com 10 famílias e os demais municípios – Paraíso, Guaraí, Barrolândia e Araguaína com 33 famílias:

O quadro abaixo não pretende abordar fatores relacionados à migração de famílias dos municípios para o assentamento Paulo Freire I e II e sim apresentar os municípios que tem relação direta e indireta com assentamento.

Tabela 8- Municípios que contribuição para formação do assentamento Paulo Freire I e II.

Municípios	Ano de Criação	Área km²	Pop. Censo 2000	Pop. Estimativa 2004	Pop. Censo 2010	Pop. Estimativa 2015	Densidade Demográfica
Miranorte	1964	1.031	11.802	12.200	12.623	13.298	12,90
Miracema do Tocantins	1948	2.656	24.444	26.729	20.684	19.634	7,40
Rio dos Bois	1991	845	2.269	2.608	2.570	2.764	3,27

Fonte: Atlas, SEPLAN-2005-2008; IBGE - Censos 2000, 2010 e estimativa da populacional 2004 e 2015.

Em relação ao processo migratório, o único município que pode ter sido beneficiado em termos de número de habitantes, foi o município de Rio dos Bois recebeu um contingente populacional de 152 famílias há mais. Já para os demais municípios, não é possível atribuir, pois os números de famílias que saíram dos municípios de Miracema do Tocantins e Miranorte não influenciaram no quantitativo populacional do censo demográfico.

É importante destacar que o município de Miracema do Tocantins, além de ser um município histórico é o mais populoso da área de abrangência do assentamento, têm inclusive parte de seu território ocupado pelo assentamento Paulo Freire I e II, vila II. Miracema responde pelo atendimento de serviços de saúde, pois tem um Hospital Regional, Campus da Universidade Federal do Tocantins e agências bancárias de bancos oficiais e privados. Entretanto, para os assentados o sentimento que eles expressam é o de indiferença ou negação como afirma uma das lideranças que ajudou a organizar o processo de luta e conquista do assentamento Paulo Freire I e II, segundo esse líder o assentamento não obteve benefício em termos populacional e nem relações políticas sociais, ou seja, nenhum tipo de ajuda em termos de serviços sociais, há não ser o do atendimento à saúde e também serviços bancários.

Nós fizemos trabalho de base em Miracema e só conseguimos articular apenas 10 famílias que vieram participar da luta do movimento quando o acampamento foi montado na terra em sua segunda etapa de luta, período em que as famílias aguardavam o INCRA fazer a divisão e distribuição das parcelas. Foi um município que não contribuiu político e socialmente com o movimento (U.R.O, abril de 2016).

Levando em consideração o contexto em que Miracema do Tocantins se encontra, seja no aspecto populacional e histórico, a sua relação com acampamento e posteriormente assentamento, pode-se concluir que, para a comunidade assentada, Miracema do Tocantins, pouca significa.

Outro município que está direta e indiretamente relacionada com o assentamento Paulo Freire I e II é o município de Miranorte, segundo informações da grande maioria das famílias do assentamento, eles sempre tiveram e têm boas relações com esse município. Para o movimento essa relação começou desde início da luta do movimento na região, quando foram realizadas as primeiras articulações políticas para montagem do acampamento, ocasião em que movimento sindical e associações de moradores de bairros sediado na cidade, deram importante contribuição para a articulação e organização do trabalho de base.

A articulação do trabalho de base em Miranorte e Miracema teve importante apoio do movimento sindical e de associação de moradores de bairro das respectivas cidades. Em relação ao trabalho de base desenvolvidos em Miracema e Miranorte, para o movimento, Miranorte foi significativo nos aspectos relacionados articulação política, apoio político, apoio institucional e popular. Ou seja, houve reposta da base o que resultou na montagem do acampamento Paulo Freire às margens da rodovia Belém Brasília entre a cidade de Miranorte e rio dos Bois. Já Miracema não conseguiu dá resposta. Para o movimento, Miracema por ser um município importante na região não contribuiu com a luta do movimento. (U.R.O,2016, p.01).

Ainda segundo as falas e as informações, Miranorte se constitui como o município que mais contribuiu, pois desenvolvia um atendimento na área da educação e da saúde, além da contribuição com a vinda de muitas famílias para o assentamento.

Nesse contexto devemos observar que no curto período em que o acampamento Paulo Freire permaneceu à margem da rodovia - primeira etapa de acampamento. Nesse período as autoridades do município de Rio dos Bois e grande parte de sua população sempre se posicionaram contra o acampamento Paulo Freire. Este município, embora o movimento tenha feito esforço para estabelecer relações políticas no sentido de articular trabalho de base no sentido agregar famílias camponesas na luta, bem como apoio político e social em prol do acampamento, ação que não obteve êxito. Para o movimento sem terra, tanto as autoridades do município como a comunidade eram contra os sem terra, infelizmente.

Formas de participação dos acampados na luta MST-TO

O processo de organicidade dos acampados do acampamento Paulo Freire montado à margem da rodovia Belém Brasília BR-153, foi composto por um contingente de famílias camponesas que iniciou com 53 famílias chegando até o número de 250 famílias acampadas. A participação e organicidade da luta no acampamento Paulo Freire, sempre passava por constante mobilidade (famílias que estavam chegando e saindo constantemente no acampamento). Nesse período, ano (2000) uma parte das famílias moravam permanentemente no acampamento e outra parte participavam da luta, permanecendo no acampamento apenas alguns dias da semana (de dois a três dias) conforme as discussões e definição da coordenação do acampamento.

Essas formas de participação na luta do movimento no acampamento, às vezes geravam divergências interna entre as famílias que participavam da luta residindo na condição de acampado (a) permanentemente no acampamento e as famílias que participavam da luta residindo na condição de acampado (a) não permanentemente no acampamento. As famílias que optaram por residir permanentemente no acampamento são as que mais questionavam sob a forma de participação relacionada ao grupo de famílias que não residiam permanentemente no acampamento. Para as famílias que participavam permanentemente, esse outro grupo de famílias, estavam apenas se aproveitando de sua luta.

Entretanto, essa forma de luta às vezes colocava o movimento em situação delicada, fato que o obrigava a coordenação do acampamento juntamente os dirigentes do movimento a discutirem e rediscutirem alternativas que melhor adequassem à realidade vivenciada na ocasião, de modo a contornarem situações desagradáveis que resultassem na perda de famílias no acampamento. Para o movimento era importante mostrar a todos que, o processo de luta que envolve o retorno do camponês para o campo é bastante difícil e exige de todas as famílias, independentemente da forma de participação na luta (moradia permanente ou moradia não permanente) sentimento e valores de solidariedade umas com as outras de modo que não perca de vista o objetivo maior (manutenção da organicidade e a conquista da terra). Ação que, com o decorrer do processo de luta, as famílias que apresentavam dificuldades em não residir permanentemente no acampamento, costumavam a aderir à proposta da moradia permanente ou resolveram desistir da luta pela terra, uma vez que para o movimento, esse fenômeno faz parte do processo de luta, conforme afirma abaixo:

[... as famílias que realmente ficavam direto no acampamento era só umas 50 famílias, segurando para os que ficavam mais na rua, na cidade, nós é que realmente ficava no acampamento. Minha família estava todo mundo, meu pai e os meus dois irmãos e minhas duas irmãs...], (M. L. B., janeiro /2016).

De acordo com esta fala, entende-se que, esse número de 50 famílias, embora estivesse em pequena quantidade, representava uma importante força política dentro do acampamento, capaz de impor determinada opinião e resistência no sentido de estabelecer medidas de flexibilização e inflexibilização na forma de participação relacionada à condição de moradia permanente e não permanente no acampamento. Pois esse grupo era o grupo de famílias que sempre se posicionava mais na frente da luta do movimento, era também o grupo que apresentava certo poder de resistência a ponto de dificultar ações contrárias às suas vontades.

Porém, em função da necessidade do fortalecimento da luta, chegou-se ao consenso de que era importante aglutinar mais famílias na luta do movimento, ou seja, ter mais famílias participando do processo de luta no acampamento. Neste sentido, os acampados do acampamento Paulo Freire situado às margens da rodovia Belém Brasília participavam na luta, pressionando o governo Federal, para viabilizar o assentamento das famílias acampadas, ação que eventualmente era feita através da participação nas manifestações junto ao INCRA, acompanhando de forma direta e indiretamente o andamento do processo de desapropriação da área-imóvel e também participando da luta política do movimento, no contexto da agenda de luta a nível estadual, regional e nacional.

Para o movimento, esse processo de luta, em alguns aspectos, envolve contradições relacionadas ao método de condução e organicidade nos espaços e territórios de lutas do próprio movimento, indefinição conflituosa do ideário de identidade camponesa por parte dos sujeitos envolvidos na luta, a falta de uma política efetiva de reforma agrária por parte do Estado brasileiro bem como as dificuldades por parte dos camponeses relacionados à compreensão sob o real sentido do projeto político do movimento nessa luta.

Nova condição de acampado e a contradição do período de purificação do INCRA

O processo de luta iniciado com 53 famílias no acampamento Paulo Freire montado à margem da rodovia Belém Brasília, chegando ao total de mais 250 famílias acampadas. Entretanto, com decorrer do tempo e devido à demora por parte do INCRA no processo de desapropriação da terra, esse número de famílias que estavam acampadas foram reduzindo-se chegando ao número de 60 famílias acampadas, infelizmente. Nessa ocasião o movimento

sem terra, sabendo que a área desapropriada comportaria um número maior de famílias do que as que se encontravam acampadas no momento, resolveram articular e rearticular a vinda de mais famílias sem terra, a fim de completar o número de 152 famílias exigido conforme a quantidade de parcelas e famílias a serem assentadas no futuro assentamento, ou seja, cerca de 40% desse total deveria ser composta por novas famílias camponesas a serem incorporada junto à luta do movimento a partir da segunda etapa de luta no acampamento na terra, vivenciando uma situação de pré-assentada.

Levando em consideração a dimensão da área do futuro assentamento, do número de famílias a serem assentadas, o movimento sem terra dividiu o acampamento Paulo Freire em dois grupos de famílias. Um grupo de famílias composto por 45 famílias e outro grupo composto por 107 famílias. Numa parte da terra, à margem esquerda do rio dos Bois, área que pertencia aos imóveis das fazendas Toca do Boi e São Sebastião, foi montado o acampamento Paulo Freire II dia 25 de janeiro de 2001. Na outra parte da terra, localidade denominada de fazenda Sombra da Mata, situada à margem direita do rio dos Bois, foi mantado o acampamento Paulo Freire I no dia 15 de fevereiro de 2001.

A montagem do acampamento bem a vivencia das famílias no referido local-acampamento na terra era conduzido por um método de organicidade próprio do movimento sem terra, que funciona através dos núcleos de base e dos setores (produção, educação, frente de massa, saúde e cultura) espaços e territórios de discussões, de deliberações e execuções de tarefas encaminhadas, entre outras atividades que contribuía para luta do movimento de acordo com a necessidade. A organicidade da luta no acampamento era feita pelos próprios acampados com apoio de seus familiares-sujeitos indispensáveis no que tange o suporte, manutenção e sustentação no processo de luta.

Figura 1: Casa sede da fazenda Sobra da Mata.



Foto: Messias, 2016.

Na segunda etapa de acampamento do grupo de famílias camponesas Paulo Freire I, foi montado exatamente nas imediações da casa (foto acima), sede do imóvel da fazenda Sombra da Mata, espaço que pode ser entendida também como pré-assentamento. Nesta localidade, as 45 famílias permaneceram um ano (2001) vivendo na condição de acampadas ou pré-assentadas, até o INCRA concluir a demarcação das parcelas/lotes. Em seguida foram realizados os sorteios das parcelas e o assentamento das famílias em suas respectivas parcelas. Essa forma de acampar ou pré-assentar, faz parte do método de organicidade materializada do MST, ação que ocorreu em três etapas: primeiro a etapa da montagem do acampamento à margem da rodovia Belém Brasília-BR 153, (2000) localidade onde as famílias ficaram aguardando o andamento do processo de obtenção-desapropriação da terra. A segunda etapa, refere-se à montagem dos acampamentos (Paulo Freire I e II) na terra (2001), ou seja, na área onde iria ser implantado o assentamento. E por último, a terceira etapa, exatamente o momento em que as famílias foram assentadas em suas parcelas em (2002).

Na etapa de acampamento à margem da rodovia (2000), as famílias camponesas, devidamente acampadas, naturalmente encontraram maiores desafios. Pois nessa etapa do processo de luta, exige-se um comprometimento muito forte de cada família e também um esforço de compreensão e paciência por parte do movimento que organiza e representa essa luta. Já na segunda etapa de acampamento, o acampamento na terra, período em que as famílias camponesas começaram a ir se familiarizando e refamiliarizando com a terra. Nesse momento, algumas exigências e limitações que eram mais difíceis na primeira etapa de

acampamento, agora se tornaram mais leves porque o processo de definição e redefinição por parte de cada família, já foram superados quando residiram no acampamento à margem da rodovia.

Durante a segunda etapa de acampamento (2001) as famílias camponesas dos acampamentos Paulo Freire I e II, se empenharam da forma que podiam. Para eles, essa luta apesar de ser difícil, o fato de já se encontrar na terra pretendida, representava uma conquista. Nesse período superior a dois anos de luta, os acampados, de acordo com a sua organicidade, definiram que seria necessário realizar atividades produtivas em pequenas áreas para o cultivo de produtos básicos da agricultura camponesa. Dessa forma, ocuparam áreas próximas aos córregos, onde a água era mais acessível e aonde já haviam sido desmatadas pelos latifundiários de modo a proteger a vegetação - mata ciliar e os mananciais. Nessas áreas cada um cultivava arroz, milho, feijão, mandioca, abóbora e melancia. Enfim, produtos de primeira necessidade.

Nessa segunda etapa de acampamento, o movimento sem terra se deparou com algumas situações complexas, uma delas foi o caso do município de Rio dos Bois, que resolveu se aproximar do movimento somente quando focou sabendo que a terra, de fato, aí ser desapropriada e que o assentamento a ser criado no município Rio dos Bois tinha capacidade para assentar 152 famílias. Nesse momento, os políticos compareceram junto ao movimento e o INCRA solicitando vagas para o assentamento de seus familiares e amigos residentes no município e também fazendo promessas políticas de apoio e ajuda. Depois de muitas discussões e debates, reconhecendo que o movimento, na ocasião estava precisando de mais famílias para completar o número necessário exigido pelo o assentamento, resolveram aceitar e permitir o ingresso 45 famílias do município de Rio dos Bois, fossem acampar na terra junto com as famílias que vieram do acampamento montado à margem da rodovia Belém Brasília.

Para o movimento sem terra, a iniciativa de políticos do município de Rio dos Bois em articular meios para ingresso de famílias proveniente do seu município se assentarem no assentamento Paulo Freire, foi uma manobra política eleitoral que se confirmou quando um dos principais articuladores dessa ideia, o senhor Fragoso, foi eleito para o cargo de vereador no ano seguinte (2002), como afirma uma das lideranças do movimento na época.

Na segunda etapa de acampamento, tivemos certa dificuldade, pois apareciam muitos oportunistas querendo tirar proveito da situação. O primeiro um dos primeiros foi município de Rio dos Bois, que quando o acampamento estava na beira da estrada eles negaram qualquer tipo de apoio. Agora que o assentamento está saindo e vai pertencer ao seu município, eles estavam querendo vagas para assentar

sua gente. Nós fizemos a discussão e cedemos 40 vagas com a seguinte condição de eles deveriam participar da luta no acampamento dentro da terra. 5 ficaram famílias na Paulo Freire I e 35 na Paulo Freire II. Na realidade foi política por que o Fragoso foi eleito para vereador. (U.R.O, fevereiro de 2016).

As lideranças do movimento perceberam que o primeiro plano dos políticos do município de Rio dos Bois era interesse político eleitoral. Mesmo assim essa relação poderia ser um bom passo para construir um caminho que pudesse no presente e no futuro beneficiar o assentamento.

No decorrer do processo de implantação do assentamento Paulo Freire I e II, ocorreu algumas divergências entre as famílias assentadas e as autoridades do município de Rio dos Bois em torno da atenção política e social nas áreas de serviços públicos relacionado a construção e pavimentação de estradas vicinais, de educação e de saúde, solicitações que normalmente se encontrava na época e atualmente (2016) se encontra, diversos entraves políticos e burocráticos que impediram e impedem o atendimento e execução. Nesse momento de conquista parcial, a necessidade exigiu-se de cada família camponesa o desafio e comprometimento ainda maior, pois na ocasião houve necessidade de pensar, planejar, organizar e construir algo que deem conta dos desafios existente no presente e no futuro.

A vivencia nessa etapa de luta ano (2001) se constitui num período de carência, um processo que para os camponeses, andava muito lentamente. Enquanto isso os camponeses continuavam cultivando pequenas roças e trabalhavam em serviços temporários (empreitas e diárias afins...); atuavam na condução das atividades articulativas, organizativas internas e externas do assentamento. É claro que nem tudo era cem por cento, às vezes ocorria divergência interna e externa. Porém mesmo enfrentando certa dificuldade à estrutura organizativa era reconstruída.

3.3 Divisão parcelar e a propriedade da terra no assentamento Paulo Freire I e II

Tecnicamente o principal sujeito responsável pelo processo de desapropriação era o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Segundo dados do o INCRA, a área foi desapropriada no dia 22 de novembro de 2001 e no ano seguinte, 20 novembro de 2002, foi criado o assentamento Paulo Freire I e II. Para o INCRA, esse período de um ano (2001 a 2002), trata-se de um período de carência que embora seja desgastante para as famílias camponesas que há tempos estão esperando a terra e por outro lado é importante por

que se trabalha a seleção das famílias que melhor se enquadram nos critérios de beneficiário do projeto de reforma agrária.

Vale destacar que o movimento também tem seus critérios que requer um processo de formação o qual tempo de luta acaba sendo um aliado importante. Enquanto o INCRA se baseia apenas em critérios de seleção que envolvem incapacidade de trabalho institucionalizada (aposentado por invalidez), fator criminal, vínculo empregatícios relacionado ao serviço público fora da área de assentamento, nível de renda pessoal acima de três salários mínimos e nível de renda familiar acima de cinco salários mínimos. Já o movimento, para além desses critérios, trabalha a formação da consciência de classe social, trabalha o regaste da identidade de classe e compreensão de luta de classe, razão pelo o qual o fator tempo de luta no movimento, se constitui um aliado importante independentemente do período do tempo de participação na luta. Claro que para o movimento, as famílias que tem um histórico de tempo de luta acumulada, conseguem assimilar as mudanças ocorridas no decorrer do processo de luta.

Entretanto, quando a luta se prolonga para além de três anos, já si torna em um tipo de prova de fogo extremamente desagradável, onde o órgão, responsável direto para criação e desenvolvimento de meios necessários para resolução desse problema, acaba contribuindo para dificultar ainda mais o processo, alimentando assim uma situação de vida cada vez desconfortável para os camponeses, principalmente para aqueles que estão com mais de três anos há espera da terra. Embora os camponeses do acampamento Paulo Freire reclamem sob a demora do processo de desapropriação e o assentamento das famílias na terra por parte do INCRA, no geral, no ponto de vista político e formal do órgão, entende-se que no caso do assentamento Paulo Freire I e II, o prazo estava dentro da normalidade. Porém, tanto para o movimento em se como paras as famílias camponesas entende-se que o Estado brasileiro deveria sim, criar todas as condições necessárias para evitar que as pessoas que querem ter acesso à terra, não tenha que se submeter a situações extremas de luta e resistência, como afirma:

Para nós apropriar da terra nós tivemos que ficar na beira da estrada um ano e oito mês num barraquim de lona aguentando o sol e a chuva. Quando vinha a chuva tudo bem porque ficava frio, quando vinha o sol, esquentava, todo mundo para fora. Mas conseguimos, foi muito difícil, mas conseguimos. | (F. R. O., outubro/2011).

Esse ponto de vista expressa o desafio de suprir a necessidade de ordem econômica, familiar relacionado à produção básica de alimentação, sentimento de liberdade, paz,

tranquilidade e individualidade. O que em partes, contraria o propósito do movimento que é a formação da consciência, identidade de classe, compreensão de luta de classe e socialismo.

Em relação ao assentamento Paulo Freire I e II, o movimento foi pego meio de surpresa porque estava na expectativa de uma área de terra que comportasse menos famílias. Entretanto, a terra conquistada oferecia capacidade para assentar mais de 150 famílias. O que obrigou o movimento a se desafiar, articular e rearticular a vinda de mais famílias sem terra para o acampamento no sentido de atender a demanda ofertada pela terra. Portanto a grande maioria das famílias do acampamento Paulo Freire I e II, sobre tudo o Paulo Freire II ingressou na luta do movimento a partir do acampamento na terra conforme aborda.

Quando nós chegamos aqui era só mato, não tinha residência não tinha nada então, a transformação foi às próprias pessoas que fizeram,... começaram a cultivar as roças. Tem o lado bom mais também tem o mal por que a partir daí começou a destruição, começou as derrubadas. As pessoas nunca preservam como é pra preservar, desmatam lá dentro dos rios, dentro dos córregos, isso tudo vai prejudicando! (I. C. A., outubro/2011 COSTA, 2014 p. 240).

Essa fala deixa claro o desafio que os camponeses tiveram que enfrentar e também destaca a preocupação com as áreas de preservação permanente no sentido de reclamar contra o desmatamento desordenado que ocorreu na área antes de ser destinada para implantação do assentamento. Fatos que motivaram a participação dos camponeses na definição da área a ser destinada para as parcelas e também a área a ser destinadas para reserva legal. Neste sentido a área destinada para as parcelas soma um total de 65 cento da área total do assentamento, já a área destinada para reserva legal conforme determinação a Lei ambiental – Federal e Estadual define que no bioma cerrado, 35% da área deva ser destinada para reserva legal. É importante lembrar que neste quantitativo não está incluso as APPs - Áreas de Preservação Permanente a parte que margeia os córregos e rios.

Esta iniciativa foi importante porque pode evitar questionamentos, reclamações e problemas futuros com relação à localização inadequada de áreas para cultivo de produtos da agricultura camponesa e áreas com problemas de recursos hídricos. Para o movimento, esta ação foi importante por que os camponeses tiveram a oportunidade de participarem da seleção da área onde deve situa-se suas parcelas, uma vez que essa ação já faz parte da metodologia do movimento quando se tratar da definição da área onde as parcelas devem ser situadas, levando em consideração os aspectos e fatores que propicia ao desenvolvimento de atividades produtivas afins. Esse levantamento o movimento denomina de análise territorial, onde se define primeiro a área ou as áreas que deve ser mais bem aproveitadas para atividade agrícola e por último a áreas ou as áreas que deve ser destinadas para reserva legal. Nesse momento a

única área que não pode ser definida, são as áreas de APPs,- Área de Preservação Permanente. Pois estas áreas ficam a cargo das normas da lei ambiental Federal e estadual.

O movimento sem terra passou adotar essa metodologia em seus assentamentos após conhecimento da existência de muitos problemas e conflitos sob a definição de localidades destinadas para parcelas em áreas impróprias para atividades agrícolas. Alguns desses questionamentos se baseiam em função das limitações do INCRA em não ter condição de fazer um levantamento técnico que contemple essa necessidade e acaba propondo uma divisão parcelar dando mais prioridade para as áreas de preservação ambiental do que para as áreas propícia ao desenvolvimento de atividades agrícolas. Isso acontecia e ainda acontece por que o INCRA, na grande maioria das vezes, fazia e faz o mapa de divisão das parcelas sem conhecimento, participação e consentimento das famílias camponesas a serem assentadas em determinada localidade. Muitas vezes nem o próprio INCRA tem conhecimento da real situação da terra in-loco.

Em relação ao INCRA, órgão responsável pela criação de assentamentos de reforma agrária no país, tem sido uma instituição que desde a redemocratização do país final da (década de 1980 do século XX), vem passando por um processo contínuo de sucateamento em todas suas estruturas, ação que reflete diretamente na política relacionada à pequena agricultura, nos programas relacionados as áreas de reforma agraria, nos projetos de reforma agrária e na vida dos camponeses que necessitam de apoio e suporte desse órgão. Entretanto, acreditamos que as ações do processo de sucateamento gradativo de órgãos dessa natureza e que tem como finalidade o desenvolvimento de ações que atenda às necessidades dos camponeses, trata-se de uma postura adotada pelo o Estado brasileiro que ao fazer opção exclusiva pela agricultura capitalista, vem procurando, de todas as formas e cada vez mais, inviabilizar a agricultura camponesa, estabelecendo assim uma luta ferrenha contra a classe social-camponês.

Para o movimento independentemente da orientação política, econômica e social contra os camponeses, entendemos que eles precisam ser sujeitos da ação e na ação. Dessa forma, mesmo enfrentando as diversidades contraria a nossa luta, pode-se construir algo que garanta o fortalecimento da luta dos camponeses na terra, evitando assim seu retorno para as periferias das cidades novamente ou para trabalha em situação análoga a escravidão nas terras dos latifundiários ou mesmo ser criticado por não querer trabalhar, não ficar na terra ou por que são preguiçosos. Pois o Estado, através de seu órgão (INCRA) costuma atuar da seguinte forma, CAUME (2006).

{... Após selecionar as famílias beneficiárias da “reforma agrária governamental”, o INCRA impõe-lhes uma série de imposições: a) organização espacial; b) forma de organização da produção; c) exigência de moradia no lote; d) dedicação exclusiva ao trabalho no assentamento; e) organização política associativa; f) tipos de moradia e cultura. Além disso, são exigidas associações comunitárias por ser um mecanismo de racionalização de aplicação de políticas públicas buscando maximizar o uso de recursos escassos e a construção de espaços de interlocução política com os assentados. Ou seja, há uma desvalorização das formas tradicionais de produção agropecuária desempenhadas pelos camponeses. As ações de extensão rural, quando existentes nos assentamentos, centram-se na desqualificação dos saberes-fazeres típicos dos assentados, adquiridos ao longo de suas experiências como bóias-frias, meeiros, parceiros, arrendatários, posseiros. O objetivo é a fabricação do produtor rural moderno, racional, inserido na lógica do mercado. Essas ações estatais configuram-se como uma forma de violência simbólica sobre os camponeses assentados, como se uma nova “missão civilizatória” estivesse em curso (CAUME, 2006).

Neste sentido o assentamento, materializado pela conquista da terra, se encontra assinalado pelas diversas atividades produtivas, pelas relações de poder (MST, associação e o poder público municipal) e pelas religiões (católica e evangélica) esse conjunto de forças de poderes, pode-se definir como político social, poder das atividades produtivas, poder institucional e poder simbólico. Assim se constituem as forças sociais que compõe a organização do assentamento. São forças que de forma direta e indiretamente, explícita e implicitamente estão em constantes disputas por espaços junto à comunidade. Essas forças constituem um território marcado por relações e correlações de poder, de disputas entre diferentes sujeitos sociais que atuam material e simbolicamente na produção e reprodução do espaço e ao mesmo tempo, impor aos camponeses modos e projetos de vidas, às vezes contrárias às suas vontades, neste sentido (CAUME, 2006) aborda que as relações e ações ocorrem da seguinte forma:

a) como produto da luta dos camponeses ligados aos movimentos sociais e sindicais; **b)** ação deliberada do Estado no sentido de solucionar as tensões sociais, atuando a reboque dos movimentos sociais; **c)** a criação do assentamento evidencia-se como uma estratégia política de controle socioterritorial das lutas sociais e manutenção da seguridade social; **d)** evitar conflitos fundiários sob a ótica governamental como forma de manter o controle e a ordem; **e)** não proporcionar melhores condições de vida aos camponeses; **f)** o assentamentos podem possuir viabilidade política, mas não econômica e social (CAUME, 2006).

Geralmente, esse conjunto de ações atinge classes e sujeitos sociais que já vem de um processo de natureza complexa, em que as famílias camponesas, hora assentadas em suas parcelas, passaram por diversos momentos e situações delicadas que exigiu articulação e organização de acampamentos em diferentes etapas, sempre alimentado pela esperança da conquista definitiva da terra e assim desenvolver seu modo de produção e seu modo de vida. Entretanto, o Estado a serviço do capital se constitui como uma força hegemônica que usa,

subordina e aliena às outras forças e sujeitos sociais de acordo com os interesses que os Estado costumam representar.

No momento de ocupação das parcelas e início das atividades produtivas, paralelamente há necessidade de lutar em busca de apoio político social – recursos para estruturação de serviços públicos essenciais para a comunidade (estradas, escola, atendimento à saúde, e assistência técnica para produção, abastecimento de água) em sua grande maioria é comum à existência de desentendimentos e até mesmo conflitos entre os camponeses e o órgão oficial (INCRA/MDA). Para os camponeses que já travam um conflito histórico e ferrenho com o capital e com o Estado brasileiro, conseqüentemente a situação tende a se agravar cada vez mais. Há quem diga que este tipo de comportamento e ação é, na realidade, uma estratégia do capital em conjunto com o Estado visando desarticular toda e qualquer movimentação de luta em torno da “reforma agrária”. Isto está tão evidente que até mesmo nos baixos números de projetos de assentamentos de reforma agrária, conquistados com muitas dificuldades no país, expressa claramente a orientação do Estado brasileiro e a manifestação de grande parte de funcionários de órgãos oficiais contrários aos interesses dos camponeses, criando assim inúmeros obstáculos para o não atendimento de suas solicitações.

Acredita-se que esse posicionamento por parte de funcionários públicos, está relacionado à formação político-social do sujeito, à opção de defesa da classe em favor do pequeno burguês que ocorre de modo consciente e inconsciente quanto ao caráter de identidade de classe social e pertença à determinada classe social. Entretanto esse posicionamento, orientação ou definição está ligado a algo maior que é o Estado brasileiro, o poder central que determina. São orientações condicionadas à política de governos que por sua vez, obrigatoriamente deve ser condicionada à orientação do capital que às vezes apresenta divergências, ou seja, o próprio capital que controla as ações e os conflitos parece estar em contradição consigo mesmo, quando procura inviabilizar aquilo que antes ele próprio viabilizava (OLIVEIRA, 2007).

Os camponeses envolvidos nessa relação são ludibriados pelos órgãos oficiais (MAD/INCRA) que desenvolvem suas atividades condicionadas à agricultura capitalista que direta e indiretamente influencia as políticas sociais que são destinadas para beneficiar os camponeses. Um dos exemplos dessas ações são os programas e projetos de assistência técnicas normalmente estabelecidas pelos órgãos oficiais e instituições financeiras oficiais e privados cujas atividades produtivas a serem desenvolvidas pelos camponeses bem como os produtos, já são e vem previamente definido e impostos pelos órgãos do Estado brasileiro, ou

seja, uma espécie de pacote agrícola com vista a beneficiar o mercado (as casas de implementos agrícolas da cidade) e demais sujeitos (produtores ligados à atividade monocultura-soja e outros) presente no campo próximo aos assentamentos rurais. Um modelo de política agrícola que não leva em conta a orientação produtiva do movimento, a aptidão ou vocação econômica local, a característica ambiental local ou regional relacionado ao solo a água, relevo e vegetação e de fato a real viabilidade técnica das localidades para cada tipo de atividade produtiva e também muitas vezes contra a própria vontade dos camponeses. Em meio a essas tramas e limitações, os camponeses do assentamento Paulo Freire I e II se envolveram e agora estão lutando continuamente para resistirem contra as pressões imposta pelo o Estado brasileiro e pela agricultura capitalista.

Outra forma de luta, resistência e conflitos ocorrem no momento em que o movimento acaba sendo obrigado a aceitar e adotar as ideias e proposições impostas pelo Estado brasileiro sob uma das novas formas de organicidade dos camponeses a serem implantadas no assentamento partir das divisões e ocupações das parcelas que são a criação de uma associação – instituição jurídica conforme a ordenação geográfica do assentamento e a quantidade de famílias que passa a representar, oficialmente grande parte das discussões e negociações junto aos órgãos oficiais substituindo assim, o que antes os acampados em suas diferentes etapas de acampamentos fazia numa outra lógica (a lógica da atuação e ação coletiva) em quanto que agora organizados em outro instrumento – associações atua de forma representativa através da figura do presidente de cada associação.

Porém o movimento-MST, quanto instituição política social organizadora de todo processo que resultou na conquista do assentamento Paulo Freire I e II tenha contribuído para organização das instituições jurídicas no assentamento, embora ainda continue representado, acabou criando instrumentos para estabelecer correlação de forças divergente consigo próprio, contribuído assim para surgimento das divisões políticas e conflitos internos. Além do Estado brasileiro e das associações, aparecer também um terceiro sujeito que começa a se revelar quando toma posse da terra. Este sujeito que são os camponeses tem seus próprios planos de vida, elementos que se contrapõe com as ideias do Estado e do movimento (CAUME, 2006). Diante desta situação o movimento acaba cedendo às imposições do Estado, pois o Estado tido como superestrutura, contribui para alienar e cooptar os camponeses, ação que contribui para desarticular o trabalho desenvolvido pelo movimento no decorrer do processo de luta e conquista da terra.

Em relação ao assentamento Paulo Freire I e II, no geral, a luta e conquista da terra é resultado do processo de luta iniciado por parte de algumas famílias no acampamento à margem da rodovia (primeira etapa de acampamento) dando continuidade, além das famílias que iniciaram o processo de luta se incorporaram mais outras famílias já na terra (segunda etapa de acampamento). Ambos os grupos, em diferentes etapas, tiveram que passar por momentos de tensões cuja aluta e resistência das famílias em busca da terra são postas à prova. Um dos fatores analisados, segundo informações das famílias e lideranças do movimento que residiram na condição de acampadas, vivenciando o processo de formação, de organização e de condução da luta até a conquista definitiva da terra, afirma que das 152 famílias assentadas que atualmente (2015-2016) estão permanecendo no assentamento Paulo Freire I e II, poucas são as famílias camponesas que participaram dos diferentes espaços e territórios na época em que foi montado o acampamento à margem da rodovia Belém Brasília BR-153 em (2000) e nos acampamentos montado na terra à margem direita do córrego rio dos Bois próximo à sede da fazenda Sombra da Mata (Paulo Freire I em 2001) e o outro acampamento montado na fazenda Toca do Boi e São Sebastião à margem esquerda do córrego rio dos Bois (Paulo Freire I em 2001). Nesse aspecto, os camponeses do assentamento Paulo Freire I e II residentes atualmente, poucos tem experiência e conhecimento sob a luta do movimento conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 9- Participação da luta nos acampamentos do MST-TO.

Participaram dos acampamentos	Quantidade de famílias	Número em (%)
Participaram da luta na etapa de acampamento à margem da rodovia Belém Brasília.	17	11.1
Participaram da luta na etapa de acampamento na terra.	12	7.9
Não participaram da luta em nenhum das etapas acampamentos	123	80.9
Total	152	100

Fonte: Organizado pelo autor, 2016.

De acordo com a tabela acima se percebe que das 152 famílias atualmente assentadas no assentamento Paulo Freire I e II, identifica-se que 123 famílias não participaram da luta do movimento em nenhuma das etapas de acampamentos seja às margens da rodovia ou na terra, o que corresponde a 80.9% do total de famílias assentadas. Vemos que apenas 17 famílias o que corresponde a 11.1% do total das famílias assentadas atualmente, participaram da luta do movimento no acampamento à margem da rodovia. Observamos também que somente 12

famílias participaram da luta do movimento nos acampamentos na terra o que corresponde a 7.9% do total de famílias acampadas.

A grande maioria das 123 famílias camponesas que estão participando da luta na terra atualmente são famílias que chegaram para o assentamento depois das duas etapas do processo de luta concluído. Para o movimento, são camponeses que não vivenciaram momentos e situações consideradas delicadas durante as etapas e do processo de luta. Há indícios que a grande maioria desses camponeses tenha adquirido suas parcelas de terra através da compra e venda. São aqueles camponeses que opta pelo conquistar e reconquistar da terra evitando ter que se expor ou ingressar diretamente numa frente de luta com essa finalidade. Para o movimento, parte dessas famílias camponesas são sujeitos que estão no campo por opção periódica, momentânea, terapêutica, modo de vida aventureiro e não como modo de vida camponesa e nem luta de classe – camponês.

No geral podemos afirmar que grande parte da evasão de famílias camponesas do assentamento Paulo Freire I e II ocorreram e ocorre por diversos fatores: o primeiro está relacionado à qualidade da terra que apresenta características de solo bastante (arenoso) não muito apropriado para atividade de agricultura camponesa conforme a cultura, a situação e a necessidade das famílias. Outro aspecto observado é falta de assistência técnica por parte do Estado que pudesse dá suporte e orientação quanto à produção e garantia de comercialização dos produtos; falta de estruturas e serviços de atenção social como estradas-vias de acesso adequadas, falta de atendimento educacional no assentamento que contemple o ensino básico, falta de atenção à saúde, falta de espaços voltados para a prática de esporte/lazer e atividades culturais que contemple os anseios sobre tudo da juventude.

3.4 Espaços comunitários e a produção camponesa no assentamento Paulo Freire I e II casa sede e o córrego rio dos Bois

Pode-se afirmar que na relação das estruturas sociais deve ser considerado o rio, chamado de rio dos Bois, trata-se de um dos principais mananciais de água que passa praticamente no meio do assentamento, do lado esquerdo situa-se a parte do assentamento Paulo Freire II e do lado direito situa-se a outra parte do assentamento Paulo Freire I. O rio e a casa sede da fazenda da antiga Sombra da Mata, conforme as imagens abaixo, tem um valor simbólico e uma lembrança histórica, nessa localidade, bem como à margem direita do rio próximo a casa sede, foi montado o acampamento Paulo Freire I, espaço onde um grupo de 45

famílias permaneceram um ano acampadas. Nesse local chegou-se a discutir a possibilidade de transforma-lo em agrovila pertencente a parte do assentamento Paulo Freire I. Entretanto, devido a topografia-relevo do terreno, riscos de alagamento da área, opiniões utópicas, política e ideológicas por parte de lideranças do movimento que estava a frente das discussões na época (2001), acabaram motivando e convencendo muitas famílias que mesmo oferecendo sentimento de resistência silenciosa, concordaram em instalar a agrovila numa área que embora fosse plana e uma vista panorâmica considerada boa, era desprovida de água.

Figura 2: Vista espacial da antiga casa, sede da fazenda Sombra da Mata.



Fonte: Messias, 2016.

Figura 3: Vista espacial de parte do rio dos Bois.



Fonte: Messias, 2016.

Educação no assentamento Paulo Freire I

A educação no assentamento Paulo Freire I II é desenvolvida por educadores residentes no próprio assentamento por educador residente na cidade que se deslocam diariamente até o assentamento para trabalhar na escola. Nesse espaço começa a se desenvolver as atividades educacionais das crianças, que inicia a partir a alfabetização e vai até ao quarto ano do ensino fundamental.

Figura 4: Primeira Escola do assentamento, agrovila Paulo Freire I.



Fonte: Messias, 2010.

Nesta casa imagens acima, desenvolvia-se dupla função – espaço comunitário e a escola local do assentamento Paulo Freire I.

A escola da parte do assentamento Paulo Freire I foi construída pela prefeitura do município de Rio dos Bois e a escola da parte do assentamento Paulo Freire II sempre funcionou numa casa cedida pelo um morador do assentamento.

Figura 5: Escola atual (2015-2016) do assentamento agrovila Paulo Freire I.



Fonte: Messias, 2016.

É importante destacar que esta escola hoje se constitui numa das principais estruturas social da comunidade Paulo Freire I, tem uma casa de um cômodo ao lado, onde deveria funcionar um tele centro casa à direita – projeto inicialmente pensado pelo governo para implantar centros com equipamentos de informática nos assentamentos que não de propaganda enganosa ou meios para desviar recursos públicos. Porém, devido o projeto não ter dado certo, a estrutura física foi aproveitada como sala de aula. Sua manutenção e feita pelo o município e pela comunidade que tem feito um grande esforço para manter a escola funcionando no assentamento. Grande parte das educadoras vem da cidade, os outros funcionários – merendeira e a zeladora são pessoas residentes no assentamento.

Em função da luta e pressão dos assentados do Paulo Freire I, reivindicando a construção de uma escola na comunidade a prefeitura resolveu construir a escola, ainda que de forma limitada e precária vem conseguindo atender a comunidade. Embora, ultimamente (último semestre de 2016) a prefeitura vem tentando desativar totalmente a escola no assentamento e levar os educandos para escola da cidade - Rio dos Bois, distante a mais 15 km do assentamento. Para o movimento a educação deve ser levada em conta, pois temos que lutar para que o processo ensino-aprendizagem se estruture e permita que os camponeses estudem no próprio lugar onde vivem.

Espaços comunitários no assentamento Paulo Freire I e II

Nas localidades onde foram implantadas as agrovilas, o movimento organizou espaços coletivos destinados para atividades comunitárias, políticas, religiosas e culturais no assentamento. A exemplo de que ocorreu nas diferentes etapas de acampamentos com relação aos espaços coletivos, em outras localidades onde o movimento vai desenvolver suas atividades, esses espaços são imediatamente reproduzidos.

Figuras 6- Vista dos barracões de reuniões do assentamento agrovila Paulo Freire I.



Fonte: Messias, 2010.

Área social do assentamento Paulo Freire I

Figura 7: Vista do barracão de reuniões, assentamento, agrovila Paulo Freire II



Fonte: Messias, 2010.

Os espaços comunitários das agrovilas Paulo Freire I e II, são espaços organizados para realização das discussões e definições políticas referente ao assentamento, podendo ser utilizado também para realização de eventos festivos da comunidade e cultos religiosos entre outros. Estes espaços se constituem como espaços que carregam uma simbologia da cultura, da luta e resistência camponesa.

Atendimento à saúde no assentamento Paulo Freire I e II

Inicialmente é serviço de atendimento na área de saúde, é desenvolvido no assentamento Paulo Freire I e II através do acompanhamento de dois Agentes Comunitários de Saúde residentes no próprio assentamento e atua conforme orientação da secretaria municipal de saúde do Rio dos Bois. O trabalho dos agentes de saúde é desenvolver um acompanhamento das famílias assentadas relacionado à saúde orientando sob a prevenção, tratamento e manutenção da limpeza dos ambientes-espacos residências, cuidado com os animais domésticos e importância da boa qualidade da água. Destaca-se também a atenção e acompanhamento quanto às pessoas que sofrem com problema de hipertensão, razão pelo o qual o trabalho dos agentes comunitário de saúde se torna indispensável no assentamento.

A função do serviço de Agente Comunitário foi instituída pelo município através de concurso público simplificado o qual a pessoa classificada estabelece um vínculo empregatício efetivo como funcionário público municipal. Os trabalhos das Agentes Comunitárias de Saúde no assentamento estão distribuídos da seguinte forma: Numa parte do assentamento, Paulo Freire II uma Agente Comunitária de saúde acompanha 102 famílias, e na outra parte do assentamento Paulo Freire I outra Agente Comunitária de Saúde acompanha 45 famílias.

Esta função contradiz-se com as normas oficiais de beneficiários da reforma agrária pelo fato de ser funcionário público. Entretanto, depois de muitas discussões, questionamentos e debates junto ao MAD/INCRA, a pessoa assentada que se encontra nessa situação, deve ser notificada pelo órgão responsável pelo assentamento-INCRA. Ao receber a notificação, a pessoa assentada tem um prazo para recorrer junto ao INCRA onde apresenta sua justificava e defesa contra a notificação. Normalmente, quando a pessoa em questão é legalmente assentada, quando está trabalhando normalmente na parcela, quando exerce sua função como servidor público trabalhando para comunidade no assentamento. Nestes casos é comum o órgão aceitar que a pessoa exerça as duas funções legalmente. Até o momento

temos conhecimento de que estes benefícios foram concedidos para agentes de saúde e professores que trabalham na comunidade. Entretanto, tanto no órgão como nos assentamentos, tem inúmeros processos envolvendo pessoas assentados atuando em serviço público trabalhando como empregado, vinculada por meio de concurso público ou contrato temporário e principalmente em escolas e postos de saúde.

Estruturas de atenção social no assentamento Paulo Freire I e II

Estrutura de abastecimento de água

A distribuição de água no assentamento era realizada por meio de poços semi-artesianos implantados nas duas agrovilas do assentamento. Esses poços são compostos por uma estrutura que envolve uma bomba elétrica, caixa d' água, encanação. Esse conjunto de equipamentos constituiu o abastecimento de água nas agrovilas do assentamento. Essas estruturas de abastecimentos de água foram implantadas cinco anos após a criação do assentamento (2002 a 2005). Seu funcionamento e abastecimento duraram cerca de seis anos (2005 a 2010). Durante esse período, os referidos poços não conseguiram atender bem a comunidade. A distribuição de água para as residências nas agrovilas era bastante precária provocada pela inadequada instalação do sistema de encanação, fato que contribuía para o desperdício de água. Havia também falha na organização, manutenção e administração no funcionamento dos poços sob tudo de quem era mesmo a responsabilidade, dos assentados? Do INGRA? Da prefeitura do município de Rio dos Bois? Como e quem deve pagar a contar das despesas da energia elétrica gasta com o funcionamento das bombas dos poços.

Figura 8: Vista do poço artesiano e da caixa d'água da agrovila, Paulo Freire I.



Fonte: Messias, 2016.

As estruturas de abastecimentos de água foram implantadas com recurso do governo federal em 2005, funcionou normalmente até 2010. Atualmente está desativado, segundo a comunidade é possível que não tenha mais como consertar os problemas existentes nos poços. Para a comunidade as encanações da parte interna dos poços se desintegraram em função da corrosão provocada pela ferrugem nas encanações.

Sistema de comunicação

A comunicação no assentamento foi auxiliada por meio da instalação de antenas ou mine torres telefônicas montadas para funcionar aparelhos telefônicos (orelhões). Trata-se de equipamentos público destinados para o uso da comunidade nas agrovilas do assentamento Paulo Freire I e II. As Atenas/torres foram instaladas entre (2004 a 2005).

Figura 9: Antena/torre telefônica da agrovila, Paulo Freire I.



Fonte: Messias, 2016.

Essa estrutura foi implantada pelo município para facilitar a comunicação na comunidade. Este meio de comunicação, embora tenha perdido espaço para o celular, continua contribuindo com a comunidade. Apesar de caracterizar-se aspecto de abandono, esse equipamento, atualmente (2016) se encontra em pleno funcionamento servindo a comunidade. Seu número é: (63) 3530-1198.

Moradias no assentamento Paulo Freire I e II

As moradias no assentamento foram construídas através do projeto de moradia no campo, conquistado pelos camponeses e garantido pelo governo Federal. O projeto era gerenciado pelo o INCRA com a participação ativa das famílias camponesas assentadas que sob orientação técnica auxiliaram na construção de suas próprias casas. Essas casas foram construídas entre os anos de (2005 a 2009). Na agrovila do assentamento Paulo Freire I foi construído 45 casas. Na agrovila do assentamento Paulo Freire II foi construído 107 casas padrão. As casas foram construídas pelos próprios assentados conforme imagens abaixo:

Figura 10: Habitação do assentamento, agrovilas, Paulo Freire I e II



Fonte: Messias, 2016.

Analisando as imagens das casas acima, podemos observar que sua estrutura apresenta aspectos de uma casa que teve problemas no decorrer de sua construção principalmente no que tange falta a qualidade dos materiais utilizados como: (madeira e areia), a quantidade adequada dos materiais a ser utilizada na obra bem como: (cimento e ferro) e a qualidade da mão-de-obra (pedreiro e carpinteiro). A falta desses elementos, observado grosso modo, pode ter contribuído para a má estruturação das casas.

Outro fator que não aparece nesta análise, mas está diretamente relacionado à forma como era conduzida o projeto. Inicialmente, com anuência de grande parte dos assentados, representado pela associação do assentamento juntamente com o INCRA repassaram o processo de construção e aquisição dos materiais para uma empresa que passou a articular e representar juntos aos fornecedores (casas de materiais de construção da região). Segundo algumas famílias, eram comuns ocorrer atraso na entrega dos materiais e sempre ficava

faltando alguns itens que demorava chegar e em alguns casos não entregaram mais. Gerando assim suspeita de irregularidades envolvendo as diretorias das associações, a empresa empreiteira, o INCRA e os fornecedores de materiais de construção.

Abandono das moradias na agrovila Paulo Freire I e II

Motivado pela localização das parcelas situarem-se distantes das agrovilas em torno de 1 a 10 km o que dificultava a locomoção diária, motivado arrependimento tardio na escolha da opção criação de agrovilas no assentamento contrapondo a opção moradia na parcela, falta de equipamento de atenção social como escolas que pudesse atender das séries iniciais até o ensino médio, posto de saúde, espaços para atividades esportivas, atividades de lazer e atividades culturais, distribuição adequada e segura relacionada ao abastecimento de água. Portanto, acredita-se que a falta desses benefícios contribuiu para o abandono das casas como se ver abaixo:

Figura 11: Habitação abandonadas nas agrovilas, Paulo Freire I e II.



Foto: Messias, 2016.

Em relação às moradias abandonadas nas agrovilas, segundo os camponeses assentados, este fato ocorreu porque as famílias passaram a residir permanentemente nas parcelas. Essa mudança refere-se a uma manifestação espontânea, individual e aleatória por parte da grande maioria das famílias assentadas. Uma opção totalmente contrária a discussão e definição realizada quando residiu um ano (2001) acampado na terra. Neste período, segundo algumas famílias relatam que na época a definição de organizar as moradias do assentamento em agrovilas foi baseada mais em opiniões, ideias e propostas passadas e

repassadas pelas lideranças do movimento porque eles tinham mais experiência e conhecimento por isso confiaram, seguiram e acreditaram.

{... nós não demos muita opinião porque o pessoal do movimento tinha mais conhecimento, tinha mais experiência, nós não tinha e nem conhecia nenhum lugar que pudesse seguir como exemplo e por isso aceitamos e concordamos com eles...}, (Silvia A.M, fevereiro de 2016).

Essa manifestação deixa claro que, os sujeitos na base quando submetida a determinadas normas e regras tem dificuldades de manifestar seu real sentimento. Como o acampamento é um espaço mais de relações coletivas do que individual esses sentimentos costumam ficarem reprimidos o que impede sua real manifestação contra algo que possa contrariar alguém, principalmente quando se tratar de sujeitos investidos de representação social. Portanto, ao tomar posse de sua parcela e de seu local de moradia na agrovila, as famílias passaram a se dedicar mais às suas atividades produtivas e as relações sociais próprias, em quanto que as relações e ações políticas do movimento foram ficando em segundo plano o que se acredita tenha motivado às famílias a definirem-se por conta própria a mudanças de localidades de suas moradias. O curioso é que um dos primeiros a tomar essa decisão foi uma das lideranças que mais contribuiu para que fosse aprovado no assentamento moradias em agrovilas.

Na realidade o que pode ter ocorrido com o assentamento Paulo Freire I e II em relação à mudança das casas da agrovila para as parcelas foi às disputas territoriais entre Estado, MST e as famílias camponesas assentadas. O Estado impõe uma política de desenvolvimento rural de maneira a substituir o modo de vida cultural do campesinato brasileiro, em quanto que o MST defende um projeto de desenvolvimento territorial que contemple organização da produção das atividades produtivas e culturais no assentamento, conforme (CAUME, 2006) afirma que:

Disputa territorial dos assentamentos entre Estado e MST, um elemento não deve ser desconsiderado: a resistência camponesa. Essa resistência emerge devido à necessidade de defender sua cultura, seu *ethos* camponês. Há um choque entre a cultura camponesa e as proposições do Estado e do MST. A cultura camponesa está calcada em seis elementos: a) posse da terra, lugar da reprodução biológica e social da família; b) o trabalho, mecanismo de progresso material e valor moral; c) a família, unidade fundamental de socialização; d) a religiosidade, que confere significado às práticas sociais; e) a comunidade, que configura laços e compromissos de ordem moral e f) os saberes-fazer empíricos, adquiridos através da experiência. Portanto, a cooperativa, a agroindústria e a socialização dos meios de produção não contemplam os ideais camponeses e sua cultura (CAUME, 2006, et ali, (MATOS e PESSÔA, 2009).

Para CAUME, (2006) essa mudança está relacionada à disputa que existe no território entre o projeto adotado pelo Estado brasileiro, o projeto pretendido pelo MST e o projeto defendido pelas famílias camponesas assentadas. O MST propõe defende o projeto de desenvolvimento territorial dos seus assentamentos, através da organização da produção agrícola por meio de cooperativas, fomentar a criação de agroindústrias nos assentamentos, implantação de escolas de formação política para produção e reprodução de suas lideranças futuras. Porém, um dos principais elementos que deve ser observado é a postura relacionada também ao modo de vida do camponês brasileiro e a forma como o camponês foi tratado e considerado no decorrer da sua história de luta no Brasil, (MARTINS, 1991).

As moradias das agrovilas do assentamento Paulo Freire I e II apresentam um histórico emblemático além de terem sido malfeitas em função da baixa qualidade do material como já foi abordado, as famílias, depois de três anos, em sua grande maioria desistiram da ideia de residir nas agrovilas. Uma parte das famílias venderam seus lotes e foram embora do assentamento, outra parte abandonaram as casas da agrovila e foram residir nas parcelas, outra parte desconstruíram as casas das agrovilas, aproveitaram os materiais e construiu novamente suas casas nas parcelas e por último há um pequeno grupo que ainda permanece nas casas da agrovila.

O fato dos assentados terem desconstruído as casas da agrovila, tem lhes causado alguns problemas porque segundo o INCRA, a ação de terem desconstruído e transferido a casa para a parcela, já gera implicações porque se trata de obra pública e ainda está no período de carência, este ato inviabilizou o crédito reforma e ampliação das mesmas. Para o governo, a casa só poderia receber mais benefícios se ainda estivesse situada na mesma localidade onde fora construído inicialmente.

Nas agrovilas do assentamento Paulo Freire I e II, foram construídas 152 moradias de alvenaria básica (tijolo, cimento, areia, telha, madeira, metal-ferro). A maioria das casas possui cinco cômodos interno sendo: uma sala, uma cozinha e dois pequenos quarto. Em relação a evasão de famílias do assentamento, ao abandono de moradias e à destruição das estruturas das casas no assentamento Paulo Freire I e II, são ações que não ocorrem somente em áreas de assentamento de reforma agrária. Este é um fenômeno que se verifica também em outras pequenas e médias propriedades rurais no Tocantins e também em outros Estados brasileiro no meio rural, provocado por um processo de ajuste ou mudança social influenciado pela agricultura capitalista.

No caso das pequenas propriedades camponesas, há um desinteresse por parte da juventude em continuar trabalhando junto com os pais no campo, principalmente pela falta de Infraestrutura social que incentive a sua permanência no meio rural. Por sua vez, os pais, sem o vigor físico que tinha antes, sem apoio e sem motivação, acabam aceitando a ideia de deixar o campo.

Já as médias propriedades rurais, estão passando também por um processo de ajuste e mudança social que em sua grande maioria não são trabalhadas por famílias camponesas e sim por famílias ou pessoas que desenvolvem atividades ligadas ao meio urbano. Para essas famílias que pouco tem vínculo de trabalho e vivencia permanentemente no campo, conservam a propriedade no meio rural apenas como recurso de reserva para adquirir capital via financiamento bancário e funciona também como objeto de reserva econômica para venda futura do imóvel. Uma ação que atinge tanto a pequena como a média propriedade rural, um fenômeno que se intensificou com revolução verde como afirma:

No período de 1964 a 1984, com imposição da ditadura militar, o projeto desenvolvido pela burguesia na agricultura, foi de uma modernização conservadora e dolorosa para os camponeses. Do ponto de vista político eles massacraram fisicamente todas as formas de organização camponesa. E com a sociedade calada e reprimida impuseram sua hegemonia em toda sociedade e na agricultura. Foi o período de consolidação da agricultura capitalista voltada para o mercado externo, baseado em grandes extensões de terra, na mecanização agrícola, na adoção dos agrotóxicos e na expulsão dos camponeses (Cartilha do VI Congresso Camponês do MST, 2014, p. 25-26).

Na realidade, esta ação, desfaçada de compra e venda de terra, são uma das formas que agricultura capitalista tem se utilizado para se apropriar de terras no campo. Uma iniciativa que tende a se intensificar na região Norte e Nordeste do país, sob tudo com a criação, imposta pelo Estado, da região do matopiba, área que compreende parte dos Estados do Maranhão, do Piauí, da Bahia e o Estado do Tocantins, onde projetos relacionados à agricultura capitalista representado pela monocultura da soja e do eucalipto ampliará sua expansão.

Atividades produtivas no assentamento Paulo Freire I e II

O assentamento Paulo Freire I e II, contar com mais de 13 anos de criação/fundação desenvolve suas atividades produtivas¹⁴ baseado na produção de produtos básicos da agricultura camponesa de auto-suficiência com ênfase para a criação de aves – galinhas, gado

¹⁴ Representa as atividades relacionadas à plantação agrícola, a criação de animais e aves, a extração de produtos vegetais nativos (pequi e outros), e atividades industriais.

e produção de abacaxi. O plantio de abacaxi foi motivado mais pela aptidão da microrregião aonde os municípios de Miracema do Tocantins, Miranorte e Rio dos Bois, vem se constituído como importante pólo na produção e importação desse fruto.

No início de implatação do assentamento as famílias camponesas tiveram apoio técnico e financeiro. Entretanto não conseguiram ser bem sucedidos por que os projetos foram desenvolvidos por meio de uma assitência e atenção tècnica precária, algumas famílias acabaram optando por projetos cuja atividade produtiva não conseguiu corresponder as suas expectativas e também porque outras famílias cometeram desvio na finalidade da aplicação dos recursos.

No geral muitas atividades relacionadas à produção agrícola e criação no assentamento ainda estão se estruturando. Os camponeses estão buscando formas de se adequarem a determinadas atividades que melhor lhe convém economicamente. Dessa forma, a grande maioria dos camponeses se empenham mais no sentido de se dedicarem à produção de produtos que tenha destino comercial mais seguro como abacaxi e a criação de gado.

Plantação de Abacaxi

Figura 12: Plantação de abacaxi no assentamento Paulo Freire I e II.



Fonte: Messias, 2016

A plantação de abacaxi (figura, 11) acima, é uma atividade comum em parte da região Central do Estado do Tocantins. Essa atividade, graças à grande procura pelo fruto, tem motivado médios e pequenos proprietários de terra residentes nos municípios de Miracema do Tocantins, de Miranorte e de Rio dos Bois se dedicarem ao cultivo do desse produto. Neste

sentido, muitos camponeses do assentamento Paulo Freire I II, também aderiram a essa atividade, tanto é que a grande maioria dos assentados cultivam o referido produto.

Criação de gado

A criação de gado é uma atividade que em determinado aspectos são imposto pelo Estado brasileiro através dos pacotes de assistência técnica para extensão rural, que aliado ao desejo ou a intenção muitas vezes ingênua por parte dos camponeses, acabam optando pela exploração de uma atividade que em termos técnicos se torna inviável para ser desenvolvido na localidade devido a limitação condicionada dimensão da parcela e a qualidade do solo para mencionada atividade.

Figura 13: Criação de gado no assentamento Paulo Freire I e II.



Foto: Messias, 2016.

Criação de galinha

A criação de galinha, conforme a figura (14) a seguir, se constitui numa das atividades desenvolvida pela grande maioria das famílias assentadas. Quanto à forma de criação, vivem soltas nos terreiros e quintais das casas. Por em enquanto não existe uma organização definido sob a forma de implementação de criação e comercialização desse

produto. Entretanto muitas famílias cogita a ideia de pensar algo mais organizado neste sentido. Por em quanto à produção é destinada apenas para subsistência.

Figura 14: Criação de galinha no assentamento Paulo Freire I e II.



Fonte: Messias, 2016.

3.5 Projeto capitalista e sua influencia negativa no assentamento Paulo Freire I e II

Ferrovias Norte Sul, é um empreendimento capitalista implantado no país segundo o discurso governamental, criado para desenvolver a região Norte e parte das regiões Centro-Oeste e Nordeste ligando o posto de Itaqui em São Luis capital do Maranhão, com perspectiva de chegar até o Sul do país. A linha do trilho da ferrovia atravessa o assentamento e não contribue em nada com o assentamento, ha não ser, impactos negativos.

Figura 15: Linha do Trem da Ferrovia Norte Sul.



Fonte: Messias, 2016.

Vale ressaltar que o assentamento Paulo Freire I e II, constituído por uma sociedade não capitalista de produção se encontra no contexto de influência do projeto de grandes plantações de soja presente na microrregião que compreende o município de Pedro Afonso. Aliado a esse projeto temos a Ferrovia Norte e Sul, uma via que passa no meio do assentamento que de certa forma pode trazer problemas para os assentados como risco de acidente (atropelamento de animais e muito barulho).

Desde o início da implantação da linha da ferrovia, já começou a trazer problemas para o assentamento, algumas parcelas tiveram áreas cedidas para que a linha férrea pudesse passar. Embora as áreas dessas parcelas na época (2005-2009) as famílias assentadas tenha recebido indenizações consideradas satisfatórias, logo tiveram problemas, pois a empresa que construiu a linha de trem no percurso que compreende o assentamento danificou totalmente uma das principais via de acesso (ponte sobre o rio dos Bois) via que ligava o assentamento Paulo Freire I com o assentamento Paulo Freire II, uma das principais estruturas que garantia acesso livre entre as duas partes do assentamento. Essa ponte foi construída pelo INCRA entro os anos (2004-2006) e deveria passar apenas cargas leves. Porém na época da construção da linha do trem, a empresa utilizou a via de acesso que passava sobre a ponte o que devido ao excesso de peso e a dimensão dos caminhões de cargas, acabou danificando a ponte. Segundo os assentados a empresa utilizava esta via por ser mais próximo da rodovia Belém Brasília.

Na época chegou a haver preocupação e questionamentos por parte dos assentados sob a passagem de caminhões pesados sobre a ponte o que já estava apresentado sinais de comprometedores na estrutura e por isso deveria ser proibido. Com relação aos questionamentos e problemas os assentados ficaram divididos e não fizeram nada, o INCRA embora tenha sido acionada jogou a responsabilidade para os assentados dizendo que o culpado foram eles por terem permitido e deixado à empresa passar com caminhões sobre a ponte e ainda falou que quem deveria consertar ou reconstruir deveria ser a própria empresa que havia danificado.

Porém, como ninguém fez absolutamente nada para evitar esse problema, o resultado ficou assim, no final do ano de 2012, a ponte caiu completamente. Este é o retrato e o resultado das ações do capital no campo, materializado no assentamento Paulo Freire I e II, exploração e destruição.

Outro elemento relacionado ao capital, que nas imediações do assentamento se encontra representado pela agricultura capitalista-agronegócio ligado às grandes plantações

de soja, o assentamento atualmente situa-se ilhado e ao mesmo tempo pressionado pelos fazendeiros querendo arrendar suas parcelas para plantação de soja. Devido ao assédio e a pressão, alguns camponeses já estão tencionando o INCRA e o movimento sem terra quanto à ideia de possível aceitação ou não dessa proposta. Neste sentido, por enquanto, o INCRA ainda não está permitindo. Entretanto o órgão está trabalhando no sentido viabilizar meios para que o assentado da reforma agrária possa arrendar e comercializar suas parcelas. Já o movimento sem terra tem um posicionamento contrário, pois está se constituindo um caminho perigoso onde compromete a produção de alimento, destrói a vegetação e os recursos hídricos, compromete a produção e reprodução da classe social camponês, destrói a cultura e modo de vida camponês – sertanejo.

Atualmente, está ocorrendo o fator da monoculturação na produção de abacaxi. Essa atividade produtiva se dá mais em função do bom momento de comercialização do produto o que incentiva muitos assentados a procurarem explorar mais o cultivo de abacaxi. Segundo alguns camponeses, a terra não ajuda, por isso é melhor trabalhar só com esse produto porque tem mais garantia economicamente. Neste contexto se percebe que estamos diante de elemento eminentemente capitalista que influencia negativamente na cultura camponesa causando confusão em seu modo de vida. Embora haja manifestações que motivam desvirtuar o modo de produção camponesa, se percebe que no assentamento se fazem um esforço no sentido de desenvolver a produção baseada na diversidade de produtos (arroz, feijão, milho e mandioca) cultivados conforme a necessidade básica das famílias.

CONSIDERAÇÕES

O tema dessa Dissertação foi construído em discussões com o orientador que sempre sucinta a necessidade da academia se preocupar com questões relacionadas às lutas sociais no campo e na cidade. Uma temática intitulada de Reforma Agrária no Tocantins: Uma Análise da Luta e Conquista da Terra a Partir do Assentamento Paulo Freire I e II, Rio dos Bois-Tocantins, o qual se constitui como objeto de estudo. Acredito que as observações e as abordagens contribuirão para analisar melhor a política de reforma agrária implantadas no Estado do Tocantins bem como os sujeitos sociais envolvidos nesta luta.

A falta de reforma agrária representa um problema histórico que o Estado e as classes dominantes ainda não tiveram interesses em resolverem. Na visão de muitos analistas ligados à questão agrária como Ariovaldo Umbelino de Oliveira, José de Sousa Martins, Bernardo Mançano Fernandes, Elizeu Ribeiro Lira, Horácio Martins de Carvalho e João Pedro Stedile defendem a reforma agrária e a mudança na estrutura agrária brasileira que pode ser solucionada por meio de medidas políticas, econômicas, jurídicas e sociais que desenvolva agricultura camponesa. Entretanto, a lógica da produção e reprodução capitalista desigual e combinada nos leva a compreender que o verdadeiro papel do Estado e da classe dominante que atua no campo, tem sido a de produzir e reproduzir a agricultura capitalista no campo e conseqüentemente as contradições, o que nos motiva a rever e resgatar elementos que pode ser importante para o entendimento da situação existente no campo.

Para Marx e Engels (1818-1883) as contradições do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção capitalistas levariam a sociedade à divisão em duas classes bem distintas, com dois pólos opostos que se atraem e se distanciam ao mesmo tempo: a burguesia e o proletariado no caso da cidade e no caso do campo, trazendo para nossa realidade, os proprietários de terra e os camponeses. São duas classes antagônicas que com o decorrer do tempo as contradições foram e vem se aprofundando, paulatinamente, as diferenças entre as duas, fato que se acentuaram e acentuam a tal ponto que a luta de classe se tornou e se torna inevitável, apresentando-se, desta forma, feição de conflitos extremamente enérgico, declarado entre dois extremos bem definidos: de um lado uma pequena franja rica da sociedade e do outro uma massa de famílias camponesas sem nenhuma perspectiva, que lutam contra a exploração e expropriação provocados pelos efeitos múltiplos do processo econômico imposto pelo sistema capitalista, caracterizando assim, o que chamamos de “questão social - questão agrária”.

Nesta perspectiva é importante recorrer à análise de Marx sob a luta de classe o que baseado em suas abordagens, pode-se afirmar que no campo brasileiro temos duas classes sociais, a classe dos proprietários de terra e classe dos camponeses. A classe que Marx chama proprietários de terra, hoje pode entendida de agricultura capitalista-agronegócio e a outra é a classe dos camponeses que embora tenha sido inventado o termo agricultura familiar para desvirtuar sua verdadeira identidade e origem, ainda assim continua camponês como afirmação autêntica. Portanto, a essas classes sociais ao longo do tempo tem travando intensas lutas e batalhas. Lutas essas que em função da falta de estrutura política e econômica os camponeses tem acumulado inúmeras derrotas. Porém ainda sim permanece vivo e ativo na luta.

Ressalto que o assentamento Paulo Freire foi concebido num período político e social envolvendo modelos agrícolas de conciliação: de um lado, criando uma política de assentamentos e incentivo à agricultura camponesa - familiar com produção de alimentos para o programa de combate à pobreza e de outro, injetando vultosos investimentos econômicos no agronegócio, para produção em grande escala e exportação. As duas políticas acabaram reforçando a predominância econômica do grande latifúndio, sob a égide do agronegócio ou grande capital deste setor (nacional e, sobretudo estrangeiro), conservando a manutenção concentração da estrutura agrária brasileira.

Neste contexto si insere a luta dos camponeses do assentamento Paulo Freire I e II, organizado pelo MST-TO, uma luta e conquista que não se traduz apenas no aspecto da posse da terra em si e nos aspectos produtivos, abrange também questões políticas da luta dos camponeses, tais como, manifestações em busca de recursos para a produção, organicidade do assentamento em associações e grupos, articulação e auxílio nas ocupações de terra, etc. Portanto, verifica-se essas características de socialização política dos camponeses no assentamento e também características tradicional conservadoras.

De acordo com a organicidade do assentamento as ações se materializaram no trabalho familiar e nas relações de solidariedade entre os camponeses. Dessa forma a luta e organização dos camponeses do assentamento negam a subordinação e os meios de dominação do sistema capitalista que no entendimento da desterritorialização do sujeito, perpassa sobre o rebatimento do processo de globalização na sociedade atual, envolve-se no processo de desterritorialização “sem pátria” e reaparece num caráter intrinsecamente territorializador numa luta que foi reiniciada partir do acampamento à conquista da terra. Esse caráter faz dos sem-terra, trabalhadores rurais e urbanos, militantes que lutam contra a

expropriação e exploração do capital, portanto defendem a Reforma Agrária como um direito de todos e dever do Estado brasileiro.

Esta Dissertação procurou fazer uma análise através de um estudo de caso, realizado por meio de recortes temporal e espacial protagonizados pelas lutas e conquistas dos movimentos socioterritoriais e desenvolvimento da agricultura camponesa na terra. Uma pesquisa que se trata de um estudo preliminar. Portanto os aspectos, fatores e elementos abordados neste trabalho estão ativos de aprofundamentos e refutações à espera de corajosas pesquisas.

Acredito que mesmo apresentado algumas lacunas, provocadas por limitações diversas encontradas no decorrer da pesquisa, este trabalho pode contribuir, subsidiando com informações importantes sob os assentamentos de reforma agrária existentes atualmente no Estado do Tocantins.

Este trabalho pretende contribuir também para afirmação e reafirmação da luta dos camponeses do assentamento Paulo Freire I e II através do resgate de suas lutas, da autoestima, da valorização e importância das lutas e conquistas para os que participaram desse processo e mostrar para os chegaram camponeses que depois, perceberem que a constituição deste assentamento se deu por meio de um processo de luta organizado pelo Movimento Sem Terra, iniciado na região no final do ano de 1999.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Francisco da Rocha. **A questão agrária no Brasil. Um exemplo de interdependência entre Filosofia, Ciência, Geografia e Sociedade.** in Boletim Goiano de Geografia- IQG-UFG. Vol. 7/8-n. 1/2- janeiro/dezembro de 1987/1988.

ANDRADE, Manoel Correia de, 1922- **Nordeste: alternativa da agricultura.** – Campinas, SP: Papiros, 1988. 88 p.

AQUINO, Napoleão Araújo. **A construção da Belém Brasília e Suas Implicações no Processo de Urbanização do Estado do Tocantins.** in A (trans)formação histórica do Tocantins/ Odair Giralдин (org.). – Goiânia: Ed. UFG; Palmas: Unitins, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14.724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

_____. NBR 6.027: **informação e documentação:** sumário: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

ATLAS DO TOCANTINS: **subsídios ao planejamento da gestão territorial.** Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública - SEPLAN. Superintendência de Pesquisa e Zoneamento Ecológico-Econômico. Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico - DZE. Organizado e atualizado por Paulo Augusto Barros de Sousa, Rodrigo Sabino Teixeira Borges e Ricardo Ribeiro Dias. 6. ed. rev. atu. Palmas: Seplan, 2012.

BARBOSA, Messias Vieira, **Assentamento Padre Josimo I e II: a posse definitiva da terra e novas realidades.** Trabalho de conclusão de Curso, em Geografia Bacharelado, Universidade Federal do Tocantins. Campus de Porto Nacional, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRADÃO. Elias Canuto, **História Social: da invasão do Brasil ao Maxixe e Lambari-Maringá:** Ed. Massolini, 2003.

BRASIL: **Estudos de Reordenamento Agrário Nº 7** / Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário, Coordenação-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação, Projeto Crédito Fundiário e Combate a Pobreza Rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. 164p. : il.

CADERNOS TEMÁTICOS: educação do campo/Paraná. **A questão agrária no Brasil hoje: subsídios para pensar a educação do campo.** Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. - Curitiba: SEED-PR, 2005. - 72vp. Fonte:
http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/caderno_tematico_campo01.pdf acessado em dezembro de 2015.

COSTA, Madalena Varzinha F. M. **Reflexões de uma experiência realizada no Programa Projovem Campo - Saberes da Terra no assentamento Paulo Freire – município de Rio**

dos Bois-TO, p. 233. **Anais-Seminário do Grupo de Pesquisa Educação, Cultura e Mundo Rural**, 5: Pesquisa em Educação: Diálogos Interdisciplinares na Trajetória Histórica da Pedagogia e da Geografia, 25 a 27 de junho de 2014 / Coordenação Geral: Antonio Miranda de Oliveira. – Miracema do Tocantins, TO, 2014. Fundação Universidade Federal do Tocantins.

CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNSEP, 2010.

CARVALHO, Horácio Martins de; COSTA, Francisco de Assis. **Agricultura Camponesa**, p. 30-31. **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 788 p.

CATANI, Afrânio M. **O que é capitalismo**. 27ª ed. SP. Brasiliense, 1989.

ENGELS, Friedrich. **A Questão Camponesa em França e na Alemanha**, 22 de Novembro de 1894. Fonte: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1894/11/22.htm>. Acesso abril de 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano, **MST - formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES *et al.*: **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980/ Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.). – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. 327p. – (História social do campesinato brasileiro).

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Os Sem Terra, ONGs e Cidadania**. – 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GOIAS, **Separações – A criação do Tocantins**. Disponível em: <http://www.goias.gov.br/paginas/conheca-goias/historia/separacoes-a-criacao-do-tocantins>, Acessado em Janeiro de 2016.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **As Três Frentes da Luta de Classes no Campo Brasileiro - 1960**. in **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960** / João Pedro Stedile (org.) 1 edição- São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005. 304 p.

_____, Alberto. Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Ed.- Paz e Terra, Volume 3-3ª ed.- Rio de Janeiro, 1981.

IANNI, Octavio. “**O Estado e a acumulação capitalista**”, **Debate & Crítica**, v. 3, 1974, p. 121-129.

IBGE: Instituto Bras. de Geo. e Estatística: **Tocantins-Miracema do Tocantins, Histórico**. <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=171320&search=tocantins|miracema-do-tocantins|infograficos:-historico>. Acessado em janeiro de 2016.

_____: Instituto Brasileiro. de Geografia. e Estatística: **Tocantins-Miranorte - Histórico**. <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=171330&search=||infogr%EFicos:-hist%F3rico>. Acessado em janeiro de 2016.

_____: Instituto Brasileiro. de Geografia. e Estatística: **Tocantins-Rio dos Bois – Histórico**. <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=171870&search=tocantins|rio-dos-bois|infograficos:-historico>. Acessado em janeiro de 2016.

JUNIOR. Caio Prado. **A Questão Agrária no Brasil 2 ed.** Editora Brasiliense. São Paulo, 1979. 201 p.

LIRA, Elizeu Ribeiro, **A Gênese de Palmas – A Geopolítica de (Re) Ocupação Territorial da Amazônia Legal – Goiânia: Kelps, 2011, 248 p.**

_____, Elizeu Ribeiro, **A Comunidade Jacotinga: A Luta pela Posse da Terra**, in Rev. Produção Acadêmica Porto Nacional, Ed Pote, 2003

_____, Elizeu Ribeiro, **A Descontinuidade do Território**. Tese, UNESP. SP. 2005.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Porto: Portucalense, 1972 (1899).

MARX, Karl, A Chamada Acumulação Primitiva. In: **O Capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital**. São Paulo: DIFEL – Difusão Editorial S/A, 7ª ed. 1982, Livro Primeiro, Vol. II, p.828-896.

MARX, Karl, 1818-1883. Manifesto do Partido Comunista/Karl Marx e Friedrich Engels-1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008, 72 p.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil - As Lutas Sociais no Campo e seu Lugar no Processo Político**. Petrópolis: Vozes, 4ª edição (1ª ed.: 1981).

_____, **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2009.

MATOS, Patrícia Francisca de; PESSÔA, Vera Lúcia S. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, Júlio César de L.; PESSÔA, Vera Lúcia S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p. 279 – 291.

MATTOS, Marcelo Badaró. **E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico**/Marcelo Badaró Matos. – Rio de Janeiro: Editora UFJ, 2012. (Pensamento Crítico, 18) 288 p, 14x21.

NERA – Núcleo de Estudos, **Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP** Coordenação: GIRARDI. E P.; Presidente Prudente, São Paulo, Dezembro de 2015. DATA LUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil 2014.

NEVES. Delmo Peçanha. **Agricultura familiar** p. 34-40. Dicionário da Educação do Campo. Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 788 p.

OLIVEIRA; Ariovaldo Umbelino. **Agricultura Brasileira: Transformações recentes**. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches. *Et al*: Geografia do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

_____, Ariovaldo Umbelino de, **A geografia das lutas no campo** – São Paulo: Contexto; EDUSP – 1988.

_____, Ariovaldo Umbelino de. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

_____, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/livro_aviovaldo.pdf>. Acessado em Janeiro de 2016.

_____, Ariovaldo Umbelino. **A Questão da Aquisição de Terras por Estrangeiros no Brasil** - um retorno aos dossiês. AGRÁRIA, São Paulo, Nº. 12, pp. 3-113, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/viewFile/702/711>.

PAULINO, Eliane Tomiase paulino; FABRINI, João Edimilson Fabrini /(Organizadores): **Campesinato e territórios em disputa**- 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós- graduação em geografia. 2008. 496 p.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx**. Revista Nera – Ano 8, N. 7 – julho/dezembro de 2005.

PORTELA, Fernando; BERNARDO Mançano Fernandes, **Reforma Agrária**: in Rev. Série Viagem Pela Geografia, Editora Ática, 1998.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RECLUS, E. **A propriedade e a exploração da terra**. In: Andrade, M. C. de (org.). Élisée Reclus: grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1985. p. 75-98.

SANTO, Milton. 1926-2001. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** – 4 ed. 5. reimpressão – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. – (Coleção Milton Santo;1).

SHANIN, Teodor. "1980. "A definição do camponês: conceituações e Desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista". Estudos CEBRAP, RJ, Vozes, 26; 41/80:

VILA, Marcos Antonio. **Canudos o Povo da Terra**. 3ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1999, p. 278.

Cartilha “**Programa agrário do MST** - Texto em construção para o VI Congresso Nacional” é uma publicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 3ª edição setembro 2013e apresentação fevereiro de 2014, p. 52.

APÊNDICE

Apêndice 1 - Ficha de entrevista



Universidade Federal do Tocantins. Programa de Pós-graduação em Geografia
Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação. Mestrado em Geografia
Campus Universitário de Porto Nacional-TO

Ficha de entrevista para coleta de informações no assentamento Paulo Freire I e II, Rio dos Bois-Tocantins

- 1- Número da Parcela/Lote 139 Nome do (da) Assentado (a):
- 2- Quantas famílias ou pessoas moram nesta parcela? 1 família
- 3- Há quando tempo você reside no assentamento? desde o dia 15 de fevereiro 2002
- 4- Em qual Estado moravam antes de vir para o Estado do Tocantins? Maranhão
- 5- Em qual Município ou Cidade moravam antes de vir para o Assentamento? Rio dos Bois
- 6- Quais os cereais cultivados na parcela? Arroz () Feijão Milho Mandioca .
Outros: almeirão
- 7- A produção agrícola é destinada para: o sustento da família venda/comércio
- 8- Quais os animais e aves criados na propriedade? Galinhas Porcos Gado ()
Outros: coelhos
- 9- A fonte de renda da família vem principalmente das atividades desenvolvidas na:
Parcela ajuda de familiares () prestação de serviços
Obs.:
- 10- Você conviveu no acampamentos montado à beira da estrada - BR 153?
Sim () Quanto tempo? Não
- 11- Você conviveu no acampamento montado aqui na terra? Sim Quanto tempo? Não ()
- Sobre as discussões e definição política sob a criação de agrovilas e moradia nas parcelas**
- 12- Você participou das discussões sob as moradias na agrovila? Sim, porque? () Não, porque?
Obs.: porque eu acredito que temos que participar.
- 13- Você participou das discussões sob as moradias nas parcelas? Sim, porque? () Não, porque?
Obs.:
- 14- Após ter optado seja pela moradia na agrovila ou pela moradia nas parcelas? Por que você definiu mudar para moradia nas parcelas?
Obs.: não ainda não mudei para a chácara por que não há condições de fazer a casa na chácara
- 15- Se percebe que muitas famílias, que foram assentadas no início da criação do assentamento, foram embora. Porque motivo? por vários motivos morte, saúde, etc.
- 16- Quantas famílias estão atualmente no assentamento?
- 17- Das famílias que estão assentadas atualmente, quantas vieram do processo de luta no acampamento à beira da estrada 16 famílias e no acampamento na terra 8

Apêndice 2 - Ficha de entrevista



Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-graduação em Geografia
Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Mestrado em Geografia
Campus Universitário de Porto Nacional-TO

Ficha de entrevista para coleta de informações no assentamento Paulo Freire I e II, Rio dos Bois-Tocantins

- 1- Número da Parcela/Lote: 110 Nome do (da) Assentado (a):
- 2- Quantas famílias ou pessoas moram nesta parcela? 1 família
- 3- Há quando tempo você reside no assentamento? desde o dia 15 de fevereiro 2002
- 4- Em qual Estado moravam antes de vir para o Estado do Tocantins? Goiás
- 5- Em qual Município ou Cidade moravam antes de vir para o Assentamento? Miranorte
- 6- Quais os cereais cultivados na parcela? Arroz Feijão Milho Mandioca
Outros: abacaxi, jabotica
- 7- A produção agrícola é destinada para: o sustento da família venda/comércio
- 8- Quais os animais e aves criados na propriedade? Galinhas Porcos () Gado
Outros: caualo
- 9- A fonte de renda da família vem principalmente das atividades desenvolvidas na:
Parcela ajuda de familiares prestação de serviços ()
Obs.: apassentado
- 10- Você conviveu no acampamentos montado à beira da estrada - BR 153?
Sim Quanto tempo? 1 ano 3 meses Não ()
- 11- Você conviveu no acampamento montado aqui na terra? Sim Quanto tempo? 1 ano Não ()
- Sobre as discussões e definição política sob a criação de agrovilas e moradia nas parcelas**
- 12- Você participou das discussões sob as moradias na agrovila? () Sim, porque? Não, porque?
Obs.: estava em tratamento
- 13- Você participou das discussões sob as moradias nas parcelas? () Sim, porque? () Não, porque?
Obs.:
- 14- Após ter optado seja pela moradia na agrovila ou pela moradia nas parcelas? Por que você definiu mudar para moradia nas parcelas?
Obs.: Não por que não tem condições de construir a casa na chácara
- 15- Se percebe que muitas famílias, que foram assentadas no início da criação do assentamento, foram embora. Porque motivo? por vários motivos, morte, saúde e t.c.e.
- 16- Quantas famílias estão atualmente no assentamento?
- 17- Das famílias que estão assentadas atualmente, quantas vieram do processo de luta no acampamento à beira da estrada 14 famílias e no acampamento na terra 8.

ANEXO

